CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

Hortolândia, 16 de dezembro de 2015.

Ofício C.M.H., Nº 456-08/2015

Assunto: **Encaminha Moção nº 162/2015**

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência para conhecimento, a MOÇÃO nº 162/2015, de autoria do Senhor Vereador Jair Padovani, de "Repúdio quanto à deficiência na prestação dos serviços pela CPFL", aprovada na Sessão Ordinária de 15 de dezembro de 2015.

Atenciosamente,

GERVÁSIO BATISTA POZZA
Presidente

A Sua Exa.
Petrus Bartholomeus Weel
Presidente da Câmara Municipal de Holambra

CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA
ESTADO DE SÃO PAULO

MOÇÃO Nº 162/2015

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Moção de repúdio quanto à deficiência na prestação dos serviços pela CPFL

Lido e Aprovado no Expediente da Sessão Ordinária de 15 DEZ. 2015

Com fundamento no artigo 184, inciso II, do Regimento Interno apresento a Moção de repúdio quanto à deficiência na prestação dos serviços pela CPFL, nos termos que segue.

Nos termos da Lei Orgânica do município a prestação dos serviços públicos obedecerão às garantias de generalidade, economicidade, permanência e **eficiência**, as quais buscam assegurar que a prestação deles satisfaça os requisitos de comodidade, conforto e bem estar dos usuários.

Considerando que no município, neste sábado (12/12/2015), em razão de chuvas fortes, houve queda de energia elétrica em várias regiões do Município, e, até a presente data (14/12/2015), não houve o restabelecimento da prestação do serviço. Restando evidente a excessividade do prazo para o restabelecimento da energia elétrica.

Essa demora para o restabelecimento da energia elétrica, além da questão de segurança pública, ocasiona inúmeros prejuízos, tanto em comércios quanto em residências, haja vista que há produtos perecíveis que não podem ser reaproveitados se mantidos em temperatura inadequada, bem como se ocorrer no período noturno há impossibilidade de funcionamento do comércio. Insta salientar ainda, que o problema ocorre de forma regionalizada em todo município.

Razão pela qual, ressalto a importância do tema em destaque, e a necessidade de todos envolverem-se na discussão, e nas ações que venham a contribuir para um melhor atendimento à população nesta área, garantindo-se a eficaz proteção do interesse público e dos direitos dos usuários.

Por todo o exposto é que proponho a presente **Moção de repúdio quanto à deficiência na prestação dos serviços pela CPFL**, requerendo outrossim, que uma vez aprovada, da mesma seja dado conhecimento ao responsável pela CPFL local, à ANEEL, ao Sr. Prefeito Municipal, às Câmaras Municipais da região e às Prefeituras Municipais da região.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2015.

João Pereira da Silva
Vereador

Jair Padovani
Vereador

Genuncio

Claudinei Benedito Gonçalves
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

Of. GP/DP n.º 1333/15

Valinhos, 2 de dezembro de 2015.

Prezado Senhor,

Valemo-nos do presente para, cumprimentando Vossa Excelência, encaminhar-lhe cópia da Moção n.º 132/2015, de Apelo à Presidente da República e ao Ministro dos Transportes para cessão do trecho ferroviário entre Jundiaí-Campinas e sua respectiva faixa de domínio para implantação de um sistema ferroviário de passageiros.

A presente Moção, de autoria do vereador Lourivaldo Messias de Oliveira "Lorival", foi aprovada por unanimidade pelo plenário desta Casa de Leis em sessão do dia 1º de dezembro do corrente ano.

Ao ensejo, renovamos os protestos de nossa consideração e respeito.

SIDMAR RODRIGO TOLOI
Presidente

Exmo. Sr.
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Presidente
Câmara Municipal de Holambra
Holambra – SP

C.M.V.
Proc. Nº 5200/15
Fls. 01
Resp.

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

MOÇÃO DE APELO Nº 332/2015

EXMO SR PRESIDENTE
SIDMAR RODRIGO TOLOI

O vereador Lorival, requer, nos termos regimentais, a apreciação e aprovação pelo Plenário da presente Moção de Apelo a Excelentíssima Presidente da República e ao Excelentíssimo Ministro dos Transportes para cessão do trecho ferroviário entre Jundiaí-Campinas e sua respectiva faixa de domínio para implantação de um sistema ferroviário de passageiros.

Justificativa

Considerando-se que a mobilidade urbana, dos municípios que compõe nossa Região não atendem a real necessidade da população; em especial as das classes média/baixa, em seus deslocamentos entre cidades e a Capital do Estado;

Considerando-se que em nossa Região há um contingente de aproximadamente 2 milhões de habitantes;

Considerando-se que diariamente, ocorrem grandes deslocamentos de ônibus, carros e motos entre nossos municípios com destino a Capital;

Considerando-se que as rodovias que atendem nossa Região (Bandeirantes, Anhanguera, Dom Pedro e outras mais) encontram-se permanentemente congestionadas;

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Considerando-se que nossa Região, através de deliberação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, poderá ser integrada ao sistema de transporte ferroviário de passageiros (CPTM);

Considerando-se que os trens de passageiros da CPTM, serão mais uma grande opção de transporte de massa para a nossa região, modal de transporte elétrico, sem poluição e de baixo custo;

Considerando-se que o Governo Federal em 1° de janeiro de 1.999 concedeu à FERROBAN (hoje RUMO-ALL) o trecho ferroviário entre JUNDIAÍ-CAMPINAS;

Considerando-se que a 1ª concessionária, devido a falta de interesse comercial neste trecho da ferrovia, permissionou a outra concessionária (MRS - LOGÍSTICA S/A) sua utilização deste trecho ferroviário;

Considerando-se que atualmente neste trecho entre Campinas à Jundiaí, trafegam apenas 05 (cinco) trens/dia;

Considerando-se que o contrato de concessão na sua Cláusula Vigésima, prevê possibilidades de sofrer alterações nos termos previstos nos artigos 57, 58, e 65 da Lei 8.666/93;

Considerando-se que o interesse público, deva sempre, prevalecer sobre o interesse privado;

Considerando-se que a Lei nº. 8.666/93 (Lei das Concessões) em seu artigo 65 prevê a possibilidade de ALTERAÇÃO CONTRATUAL UNILATERAL EM DECORRÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO;

Considerando-se que o GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, NECESSITA DESTE TRECHO FERROVIÁRIO para a implantação da CPTM de Jundiaí até Campinas;

Considerando-se que, a implantação das vias férreas da CPTM não afetarão a circulação dos trens, tão pouco os interesses econômicos das concessionárias interessadas;

CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

Hortolândia, 09 de dezembro de 2015.

Ofício C.M.H., Nº 447-08/2015

Assunto: **Encaminha Moção nº 157/2015**

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência para conhecimento, a MOÇÃO nº 157/2015, de autoria do Senhor Vereador Cleuzer Marques de Lima, de "Congratulação pela posse do Deputado Ângelo Perugini", aprovada na Sessão Ordinária de 08 de dezembro de 2015.

Atenciosamente,

GERVÁSIO BATISTA POZZA
Presidente

A Sua Exa.:
Petrus Bartholomeus Weel
Presidente da Câmara Municipal de Holambra

CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA
ESTADO DE SÃO PAULO

MOÇÃO Nº 157/2015

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Moção congratulação pela posse do Deputado Ângelo Perugini.

Nos termos do inciso I, do artigo 184 do Regimento Interno, apresento a seguinte moção de congratulação, conforme as informações que seguem:

Angelo Perugini, que foi prefeito por dois mandatos e também vereador em nosso município assumiu na semana passada o posto de deputado estadual na Assembleia Legislativa de São Paulo. Perugini foi eleito com 94.174 votos nas eleições de outubro do ano passado e não havia assumido devido a alguns impasses burocráticos do TCE.

Ele que é um político com história em Hortolândia além dos cargos eletivos, lutou por questões sociais importantes como a ocupação do Parque Peron, acampamento em Sumaré, além das bandeiras de água e asfalto, quando a cidade não dispunha de tais estruturas.

Portanto, essa moção pretende congratular esse político que nunca deixou de trabalhar por esse município e, com o cargo assumido de deputado estadual, poderá fazer ainda mais pela terra hortolandense. Pelas conquistas e pelas ideologias sempre ao encontro das lutas do povo desse município é que ele merece ser parabenizado por essa casa legislativa.

Diante das informações aqui expostas, requer que, após aprovação dos nobres pares, esse documento seja encaminhado ao mandato do deputado Ângelo Perugini, para a Imprensa regional, ao diretório municipal, estadual e nacional do Partido dos Trabalhadores, para os deputados membros da bancada estadual e nacional dos Partidos Trabalhadores e para o Parlamento Metropolitano da Região Metropolitana de Campinas e ao Excelentíssimo Prefeito Municipal.

Lido e Aprovado no Expediente da Sessão Ordinária de 08 DEZ. 2015

Sala das Sessões 07 de dezembro de 2015

João Pereira da Silva
Vereador

Cleuzer Marques de Lima
Vereador

Antonio Barros
Vereador

Marcos Antônio Panício
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

Hortolândia, 09 de dezembro de 2015.

Ofício C.M.H., Nº 444-08/2015

Assunto: **Encaminha Moção nº 154/2015**

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência para conhecimento, a MOÇÃO nº 154/2015, de autoria do Senhor Vereador Adailton Sá dos Santos, de "Aplausos e Agradecimentos ao Deputado Estadual Chico Sardelli e a Deputada Federal Ana Perugini pelos esforços na aprovação do PLC 49/2014 que elevou o Município de Hortolândia a condição de Comarca", aprovada na Sessão Ordinária de 08 de dezembro de 2015.

Atenciosamente,

GERVÁSIO BATISTA POZZA
Presidente

A Sua Exa.:
Petrus Bartholomeus Weel
Presidente da Câmara Municipal de Holambra

CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA
ESTADO DE SÃO PAULO

MOÇÃO Nº 154/2015

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Lido e Aprovado no Expediente da Sessão Ordinária de 08 DEZ. 2015

Moção de Aplausos e Agradecimentos ao Deputado Estadual Chico Sardelli e a Deputada Federal Ana Perugini pelos esforços na aprovação do PLC 49/2014 que elevou o Município de Hortolândia a condição de Comarca

Nos termos do inciso IV do Art. 184 do Regimento Interno, encaminho a presente Moção de Aplausos, nos seguintes termos:

Finalmente Hortolândia foi reconhecida como Comarca e elevada ao patamar de entrância final.

Obrigado Deputado Estadual Chico Sardelli, como prometido em reunião com este vereador, enquanto presidente da Alesp, o PLC (Projeto de Lei Complementar) 49/2014, do TJ-SP (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo), que estava parado desde o início de 2014, foi finalmente colocado em pauta e aprovado.

Muitos podem não entender a importância que é o foro distrital da cidade ser reconhecido como Comarca e elevado ao patamar de entrância final. Mas, com certeza nós sabemos que a medida é considerada uma grande vitória para a cidade. Estamos muito felizes pelo reconhecimento que Hortolândia teve como Comarca, reconhecimento que é compatível com o número de eleitores e habitantes que existem na cidade. Realmente Hortolândia estava precisando ser reconhecida dessa forma pelo grande volume de processos e ainda por ter uma penitenciária na cidade. Em termos administrativos é uma grande mudança. Além disso, favorece o vínculo dos juízes com a cidade que não precisam mudar de Fórum para serem promovidos, medida que deve enraizar os servidores do judiciário no município.

Outra grande vantagem para o município será a criação de cartórios, virão para a cidade os cartórios de protesto, de títulos de documentos, de registro de imóveis. Hoje, o cidadão hortolandense tem que se deslocar até Sumaré, quando necessita desses serviços.

Destacamos também que, se tornando comarca, a cidade passa a ter maior visibilidade perante o Tribunal de Justiça. Com isso, Hortolândia ganha o reconhecimento de que precisa de uma estrutura melhor, como é o caso do novo fórum e quem sabe a criação de novas varas.

Caros Deputado Estadual Chico Sardelli e Deputada Federal Ana Perugini, humildemente espero que seus esforços não parem por aí, não podemos esquecer que está tramitando também na Assembleia Legislativa a aprovação do Projeto de Lei que cria as 3ª, 4ª e 5ª Varas na Comarca. Estamos contando com seus esforços e esperamos de que o projeto que trata da criação das varas seja aprovado também. Agora, com o reconhecimento da cidade como Comarca, acredito que será mais fácil. Pelo número de processos existentes na cidade, seria necessário a criação de mais quatro varas, conforme informações de advogados e juízes.

Muito obrigado Chico Sardelli e Ana Perugini por tudo que fizeram e continuam fazendo em benefício do município de Hortolândia.

Pelo exposto, é que propomos a presente Moção de Aplausos e Agradecimento, requerendo que, aprovada, da mesma seja enviada cópia ao Diretório Estadual do PV, Diretório Nacional do PV, a todas as Câmaras Municipais da RMC (Região Metropolitana de Campinas), ao Sr. Prefeito Municipal Antônio Meira, ao Deputado Estadual Chico Sardelli, a Deputada Federal Ana Perugini, imprensa local e regional, para que tomem conhecimento de seu inteiro teor.

Sala das Sessões 03 de dezembro de 2015.

Marcos Antônio Panicio
Vereador

Adailton Sá dos Santos
Vereador

Excelentíssimo Sr Presidente da Câmara de Vereadores de Holambra

Arthur Augusto Campos Freire, RG: 33886 892-6, CPF: 221. 618. 338-55, OAB 266.329, escritório profissional em Paulínia, na avenida armelinda Rádula Petrobom nº 254, jardim Itapoã, vento mui respeitosamente à digna e honrada presença de Vossa Excelência, com base na lei da Transparência, requerer cópia da Portaria de nomeação do Dr. Roberto Sapthy Lino, perante à essa Egrégia casa de leis.

Termos com os quais peço deferimento.

Holambra, 14 de dezembro de 2015

Arthur Augusto Campos Freire

DESPACHO

Defiro o pedido do interessado.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 14 de 12 de 2015

P. B. Weel

PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador / Presidente

Câmara Municipal de Holambra

Numero de Protocolo 00735/2015

Data: 14/12/2015 Hora: 11:14:00

Procedência SOCIEDADE CIVIL

Assunto SOLICITA CÓPIA DE DOCUMENTOS. DR. ARTUR AUGUSTO CAMPOS FREIRE

ATO DA MESA N.º079,

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÕES DE CARGOS EM COMISSÃO DESTA CÂMARA MUNICIPAL.

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando o que dispõe o artigo 24, inciso XXIV, da Resolução nº 165, de 06 de março de 2012, (Regimento Interno),

DECIDE:

Artigo 1º - Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2012, o Senhor **REINALDO AMÉLIO TAGLIARI**, portador da cédula de identidade R.G. nº 9.023.349 – SSP/SP e C.P.F. nº 719.155.168-20, do cargo em comissão de **DIRETOR GERAL LEGISLATIVO**, referência 22, Anexo I, Cargos em Comissão, da Resolução nº 158, de 08 de fevereiro de 2011.

Artigo 2º - Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2012, o Senhor **DR. ROBERTO LAFFYTHY LINO**, portador da cédula de identidade R.G. nº 24.552.075-2 – SSP/SP e C.P.F. nº 184.352.878-90 e O.A.B. nº 151.539, do cargo em comissão de **DIRETOR JURÍDICO LEGISLATIVO**, referência 22, Anexo I, Cargos em Comissão, da Resolução nº 158, de 08 de fevereiro de 2011.

Artigo 3º - Exonerar, a partir de 31 de dezembro de 2012, o Senhor **ARIEL CAHEN**, portador da cédula de identidade R.G. nº 43.765.980-X SSP/SP e C.P.F. nº 362.227.778-56, do cargo em Comissão de Assessor de Comunicação, referência 17, Anexo I, cargos em comissão, da Resolução nº 158, de 08 de fevereiro de 2011.

Artigo 4º - As despesas com a execução deste Ato da Mesa correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 5º - Este Ato da Mesa entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2012.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 26 de dezembro de 2012.

Vereador José Marcos de Souza
Presidente

Vereador Mario Luiz Sitta
Vice-Presidente

Vereadora Naiara Regitano Hendrikx
1ª Secretária

Vereadora Andreza Esperança
2ª Secretária

Recebemos
Holambra, 15 de

Publicado por afixação, na mesma data, no quadro de avisos da Portaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra.

REINALDO AMÉLIO TAGLIARI
Diretor Geral Legislativo

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802.1625
(19) 3802.1487

ATO DA MESA N.º007,

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO AO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR JURÍDICO DESTA CÂMARA MUNICIPAL.

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando o que dispõe o artigo 23, inciso XXV, da Resolução nº 011, de 18 de agosto de 1994, (Regimento Interno),

DECIDE:

Artigo 1º - Nomear, a partir de 1º de fevereiro de 2011, o Senhor **DR. ROBERTO LAFFYTHY LINO**, portador da cédula de identidade R.G. nº 24.552.075-2 – SSP/SP, C.P.F. nº 184.352.878-90 e O.A.B. nº 151.539, para exercer o cargo em comissão de **DIRETOR JURÍDICO**, referência 21, Tabela I – Pessoal em Comissão, da Resolução nº008/1993, alterada pela Resolução nº 120, de 07 de março de 2007.

Artigo 2º - As despesas com a execução deste Ato da Mesa correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 3º - Este Ato da Mesa entrará em vigor na data de sua publicação.

Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 1º de fevereiro de 2011.

Vereador José Marcos de Souza
Presidente

Vereador Mario Luiz Sitta
Vice-Presidente

Vereadora Naiara Regitano Hendrikx
1ª Secretária

Vereadora Andreza Esperança
2ª Secretária

Publicado por afixação, na mesma data, no quadro de avisos da Portaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra.

Danieia Cristina Santos
Chefe de Divisão de Recursos Humanos

Recebemos
Holambra 14 de 02 de 15

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 07 de dezembro de 2015.

Às 9:30 hrs, nesta data, na sala da Procuradoria Jurídica desta Câmara, na presença dos servidores Aline Flaviane dos Santos Rosa e Noêmia Tomaz Vieira, compareceram os Srs. Arthur Augusto Campos Freire, advogado constituído, com procuração outorgada pela Sra. Margareti Rose de Oliveira Groot de Goes, e Sr. Tiago, para fazer vistas aos documentos ora requeridos anteriormente.

Assim sendo, tiveram acesso a todos os processos administrativos solicitados, e requereram, verbalmente, e transcrito nesta, a digitalização dos documentos citados abaixo:

- Processo de pagamento nº 019/2013 – Prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria específica para estudos, acompanhamento, orientação, análise e emissão de parecer sobre o Processo TC – 3005/026/10 – Contas 2010.

Páginas: 1 a 4; 22.

- Processo de pagamento nº 0118/2013 – Prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria específica para estudos, acompanhamento, orientação, análise e emissão de parecer sobre o Processo TC – 1477/026/11 – Contas 2011.

Páginas: 1 a 4; 17 a 23.

Solicitaram, ainda, e já entregue nesta data, cópias em papel dos processos referentes às Contas 2011. – Processo nº 99/2013 – 332 pags. – na íntegra e Processo nº 121/2013 – 374 págs. – na íntegra.

Entregue, ainda, em CD, cópias digitalizadas dos processos referentes às Contas 2010. Processo 078/2012 e Processo 035/2013 – na íntegra.

Ficou determinado que a retirada de tais documentos, digitalizados e gravados em mídia, serão entregues a partir de 08/12/2015, através do e-mail: **freire_arthur@ig.com.br, com acusação do recebimento.**

Era o que se tinha a afirmar,

Aline Flaviane dos Santos Rosa

Noêmia Tomaz Vieira

Arthur Augusto Campos Freire

PROCURAÇÃO

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT DE GOES, brasileira, casada, portadora do RG nº. 20447342 SSP/SP, CPF nº. 102.698.328-23, endereço eletrônico: margaretigoes@gmail.com, residente e domiciliada em Holambra - SP e com endereço na Avenida das Tulipas, nº. 1.325, Jardim Holanda, pelo presente instrumento de procuração nomeia e constitui **ARTHUR AUGUSTO CAMPOS FREIRE**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo, sob o nº. 266.329, com escritório na Avenida Armelinda Pádula Pietrobom, nº. 257, Jardim Itapoan, Paulínia, São Paulo, ao qual confere poderes, **especificamente para representar a OUTORGANTE perante a Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, para o fim de ter acesso (vista) a processos e documentos requeridos em nome da OUTORGANTE nesta "Casa Legislativa", com base na chamada "Lei da Transparência". Podendo, inclusive, em nome da OUTORGANTE, pleitear e retirar cópias impressas e/ou digitais dos respectivos processos e documentos.**

Holambra/SP, em 13 de novembro de 2015.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT DE GOES

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Isto posto, submetemos à apreciação do Plenário, na forma regimental, a presente Moção de Apelo à Excelentíssima Presidente da República, Senhora Dilma Rousseff, e ao Excelentíssimo Ministro dos Transportes, Dr. Antonio Carlos Rodrigues, que seja permissivo, autorizando-se ao ESTADO DE SÃO PAULO, na utilização deste trecho de ferrovia e sua respectiva faixa de domínio, através de contrato de comodato, para implantação no local, de um sistema ferroviário de passageiros.

Solicito ainda que cópia do deliberado seja enviado aos destinatários da presente Moção e também a todas as Câmaras Municipais que compõem a Região Metropolitana de Campinas.

Atenciosamente

Valinhos 26 de outubro de 2015.

Lourivaldo Messias de Oliveira

Vereador

Partido Republicano da Ordem Social (PROS)

Adroaldo M. de Almeida (Dinho)
Vereador - PC do B
Câmara: 3829-5355
Gabinete: 3829-5343

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

Rua Ângelo Antônio Schiavinato, 59 - Residêncial São Luiz Tel: (19) 3829-5355 - CEP: 13270-470
site: www.camaravalinhos.sp.gov.br - e-mail: imprensa@camaravalinhos.sp.gov.br

Carta
SR120320031/2013 - DR/SPI
Câmara Municipal de Valinhos
CORREIOS

Exmo. Sr.
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Presidente

Câmara Municipal de Holambra
Avenida das Tulipas, n.º 45 – Centro
CEP: 13825-000 – Holambra/SP

Recebemos
Holambra, 16 de 12 de 13

Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO



A Sua Excelência
Petrus Bartholomeus Weel
Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Av. Tulipas, 45 – Centro / Holambra - SP
CEP: 13825-000

Recebemos

Holambra, 16 de 12 de 15.

Rua Sebastião Custódio de Oliveira, 20 - Cep 13.184-507 - Remanso Campineiro - Hortolândia - SP
Fone: (19) 3897-9900 - www.cmh.sp.gov.br

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

Ref.: Licitações desde o ano-calendário de 2011 até a presente data.

Eu, **MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT DE GOES**, brasileira, casada, portadora do RG nº. 20447342 SSP/SP, CPF nº. 102.698.328-23, endereço eletrônico: margaretigoes@gmail.com, residente e domiciliada em Holambra - SP e com endereço na Avenida das Tulipas, nº. 1.325, Jardim Holanda, com fundamento na **Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informações Públicas)**, vem expor e requerer:

É a presente para **requerer** o acesso e cópia (capa a capa – integral, inclusive, de propostas, requisições de compras, empenhos, pagamentos, ordem de serviço(s), contratos, aditamentos e afins) **de todos os respectivos processos licitatórios desta Câmara de Vereadores, desde 01 de janeiro de 2011 até a presente data**, incluindo, Cartas Convites, Tomadas de Preços, Pregões Presenciais, Pregões Eletrônicos e Concorrências Públicas.

Na eventualidade de as informações solicitadas não serem fornecidas, requeiro que seja apontada a razão da negativa bem como, se for o caso, eventual grau de classificação de sigilo (ultrassecreto, secreto ou reservado), tudo nos termos do artigo 24, parágrafo 1º da Lei 12.527/2011.

Desde logo agradeço pela atenção e peço deferimento.

Holambra/SP, 30 de outubro de 2015.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT DE GOES

Recebi em 03 de 11 de 2015

PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

Câmara Municipal de Holambra

Numero de Protocolo **00677/2015**

Data **30/10/2015** Hora **15:32:00**

Procedência SOCIEDADE CIVIL

Assunto REQUER CÓPIAS E O ACESSO DE TODOS OS PROCESSOS LICITATÓRIOS DESTA CÂMARA DESD 2001 ATÉ O MOMENTO, MARGARETI GROOT DE GOES.

Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

MOÇÃO DE REPÚDIO Nº 033 /2015.

"Moção de repúdio à iniciativa do Governo Federal de reduzir o repasse às instituições do chamado 'Sistema S'"

Nobres Vereadores,

CONSIDERANDO que o Governo Federal anunciou cortes absurdos de até 30% no repasse de verbas ao "Sistema S" que poderá implicar na paralização das atividades desenvolvidas pelo SENAI, SESI, SENAR, SENAC, SESC, SESCOOP, SEST, SNAT e SEBRAE;

CONSIDERANDO que este sistema atende milhões de pessoas em todo o território nacional, e que estes cortes comprometerão a quantidade e a qualidade dos serviços prestados pelas diversas entidades do sistema;

CONSIDERANDO que esta medida agrava um quadro já preocupante, em meio à crise financeira e econômica do país, e que já tem comprometido o emprego e a renda desta classe trabalhadora, além da competitividade ao enfraquecer a oferta de qualificação de mão de obra em um momento tão importante;

CONSIDERANDO que os trabalhadores e seus filhos não podem ser penalizados por uma medida pouco producente diante da crise, ao estabelecer soluções ineficazes e que evitam cortes efetivos nas contas e gastos públicos;

CONSIDERANDO que a aprovação do pacote fiscal apresentado com o objetivo de reduzir os recursos do Sistema S ocasionará a diminuição dos repasses ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Social da Indústria (SESI) e causarão a redução significativa da oferta de vagas em cursos profissionalizantes oferecidos pelo SENAI em todo o país e outros milhares de alunos poderão deixar de estudar no ensino básico ou educação de jovens e adultos oferecido pelo SESI no Brasil;

CONSIDERANDO que, caso os cortes sejam confirmados, as duas instituições (SESI e SENAI) estimam que deverão demitir um grande número de trabalhadores em todo o país;

Ante o exposto e nos termos do Art. 197 do Regimento Interno desta colenda Casa de Leis, a **Câmara Municipal de Monte Mor** manifesta **REPÚDIO** à iniciativa do Governo Federal de reduzir o repasse às instituições do chamado "Sistema S", e que cópia desta moção seja encaminhada ao Congresso Nacional e ao Senado Federal.

Sala das Sessões Vereador Héllio Nemer, 27 de outubro de 2015.

MARCOS ANTONIO GIATI
Presidente da Câmara Municipal de Monte Mor

CAMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR
PROTOCOLO
Nº 1497
DATA 28 OUT 2015
ÀS 11 : 29 horas
Elisabeth Azevedo
Recepção/Protocolo

RUA RAGE MALUF, 61 - MONTE MOR - SP - CEP 13190-000 - Fone/Fax: (19) 3585-2780
Email: camara@camaramontemor.sp.gov.br

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

Ref.: Contratação de empresas para apreciação contábil dos Processos de Contas dos anos de 2009, 2010 e 2011.

Eu, **MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT DE GOES**, brasileira, casada, portadora do RG nº. 20447342 SSP/SP, CPF nº. 102.698.328-23, endereço eletrônico: margaretigoes@gmail.com, residente e domiciliada em Holambra - SP e com endereço na Avenida das Tulipas, nº. 1.325, Jardim Holanda, com fundamento na **Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informações Públicas)**, vem expor e requerer:

Considerando que está signatária foi prefeita da Estância Turística de Holambra, de 01 de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2012.

Considerando que essa Egrégia Câmara de Vereadores contratou (na época da apreciação das contas de minha gestão perante a Prefeitura da Estância Turística de Holambra) uma empresa para dar suporte contábil, em tese, técnico aos respectivos vereadores.

Posto isto, é a presente para **requerer** o acesso e cópia (capa a capa – integral, inclusive, de propostas, empenhos, pagamentos, ordem de serviço, contrato, aditamentos e afins) dos respectivos processos licitatórios (desta Câmara) que originaram a contratação das empresas que deram suporte, em tese, técnico para os vereadores desta Câmara, para a apreciação e julgamento das **contas** da Prefeitura da Estância Turística de Holambra **dos anos de 2009, 2010 e 2011**.

Na eventualidade de as informações solicitadas não serem fornecidas, requeiro que seja apontada a razão da negativa bem como, se for o caso, eventual grau de classificação de sigilo (ultrassecreto, secreto ou reservado), tudo nos termos do artigo 24, parágrafo 1º da Lei 12.527/2011.

Desde logo agradeço pela atenção e peço deferimento.

Holambra/SP, 30 de outubro de 2015.

Recebi em 03 de 11 de 2015

P. B. Weel

PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT DE GOES

Câmara Municipal de Holambra

Número de Protocolo **00678/2015**

Data 30/10/2015 Hora 15:35:00

Procedência SOCIEDADE CIVIL

Assunto REQUER CÓPIA E ACESSO DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS DAS EMPRESAS QUE DERAM SUPORTE TÉCNICO PARA APRECIAÇÃO DAS CONTAS, MARGARETI GROOT DE GOES.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

Recebi em 16 de 11 de 2015
P.B. Weel
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

Eu, **MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT DE GOES**, brasileira, casada, portadora do RG nº. 20447342 SSP/SP, CPF nº. 102.698.328-23, endereço eletrônico: margaretigoes@gmail.com, residente e domiciliada em Holambra - SP e com endereço na Avenida das Tulipas, nº. 1.325, Jardim Holanda, com fundamento na **Lei 12.527/2011** (**Lei de Acesso a Informações Públicas**), vem expor e requerer:

Considerando que anteriormente foi protocolado nesta **CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA** requerimento com base na **Lei 12.527/2011** (**Lei de Acesso a Informações Públicas**), para se ter:

> "...acesso e cópia (capa a capa – integral) dos processos (que tramitaram nesta Câmara) das contas da Prefeitura da Estância Turística de Holambra dos anos de 2009, 2010 e 2011...".

Provavelmente, por lapso, as cópias fornecidas por essa **CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA** estavam incompletas.

Assim sendo, é a presente para requerer o agendamento de data para se ter:

Acesso e cópia dos processos (que tramitaram nesta Câmara) das contas da Prefeitura da Estância Turística de Holambra dos anos de 2009, 2010 e 2011.

Para o fim de selecionarmos as folhas das referidas contas, a serem digitalizadas por essa Egrégia Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em favor desta peticionaria.

Desde logo agradeço pela atenção e peço deferimento.

Holambra/SP, 13 de novembro de 2015.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT DE GOES

Câmara Municipal de Holambra

Número de Protocolo 00698/2015

Data 13/11/2015 Hora 16:34:00

Procedência SOCIEDADE CIVIL

Assunto REQUER ACESSO E CÓPIA DOS PROCESSOS (QUE TRAMITAM NESTA CÂMARA) DAS CONTAS DA PREFEITURA DOS ANOS DE 2009,2010 E 2011, EX-PREFEITA MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT DE GOES

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802.1625
(19) 3802.1487

RESOLUÇÃO Nº151/ 2010

AUTORIZA O LEGISLATIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR CESTAS DE NATAL AOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, e eu, seu Presidente, promulgo a seguinte Resolução:

Artigo 1º - Fica a Câmara Municipal da Estância Turistica de Holambra, autorizada a adquirir Cestas de Natal para fornecê-las aos seus servidores, no mês de dezembro de cada ano, por ocasião das festividades natalinas.

Artigo 2º - As Cestas de Natal deverão ser compostas de gêneros alimentícios tradicionalmente consumidos no Natal.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Resolução, serão custeadas por dotação orçamentária própria consignada à Câmara Municipal no Orçamento em curso.

Artigo 4º - Esta Resolução entra entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Estância Turistica de Holambra, aos 07 de dezembro de 2010.

Autoria: Vereador JOSÉ MARCOS DE SOUZA

ASTÉRIO PINTO FILHO
Vereador/Presidente

Publicado por afixação na Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, no quadro de avisos da portaria da Câmara.

ANDREIA PEREIRA CANPANHA
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

Monte Mor, 23 de novembro de 2015.

Ofício nº 139/2015 - LCMM

Prezado Senhor,

Servimo-nos do presente ofício para encaminhar, para conhecimento de Vossa Senhoria, cópia da ***MOÇÃO DE REPÚDIO Nº. 033/2015***, proposta pelo nobre Vereador Marcos Antonio Giatti.

A referida propositura foi aprovada por unanimidade e através de subscrição de todos os vereadores, em única discussão, na 39ª sessão ordinária, realizada no dia 09 de novembro de 2015.

Na oportunidade, aproveitamos para manifestar nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Marcos Antonio Giati
Presidente da Câmara Municipal

Exmo. Senhor
Petrus Bartholomeus Well
Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Holambra/SP

RUA RAGE MALUF, 61 - MONTE MOR - SP - CEP 13190-000 - Fone/Fax: (19) 3889-2780
Email: camara@camaramontemor.sp.gov.br

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

DECRETO LEGISLATIVO Nº 052/2012

"APROVA AS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA REFERENTE AO EXERCICIO FINANCEIRO DE 2009".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aprovou, e eu seu Presidente promulgo o seguinte Decreto Legislativo.

Artigo 1º- Ficam aprovadas as contas anuais apresentadas pelo Poder Executivo, relativas ao exercício financeiro de 2009, corroborando com o parecer prévio favorável emitido pela egrégia segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no processo TC-607/026/09, exceção feita aos atos pendentes de apreciação.

Artigo 2º- As contas ora aprovadas ficarão nesta Câmara Municipal durante todo o exercício, à disposição para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade, conforme determina os termos do artigo 49 da Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Artigo 3º- Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 15 de maio de 2012.

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Vereador/ Presidente

Autores do Projeto de Decreto Legislativo nº001/2012: Vereadores Wilson Barbosa e José Benedito de Souza.

Publicado por afixação no quadro de avisos da Câmara Municipal, na data supra.

ANDREIA PEREIRA CAMPANHA
Coordenadora Administrativa

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR

Recebemos

Holambra, 01 de Dezembro de 2015

AC MONTE MOR
27 NOV 2015
MONTE MOR-DR/SPI

REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY
CORREIOS
AR
MP
PESO / WEIGHT (kg)
JO 03288671 0 BR

Ilmo. Sr.
PETRUS BARTHOLOMEUS WELL
Av. das Tulipas, 45
Centro
HOLAMBRA / SP

CEP: 13.825-000





AC MONTE MOR
27 NOV 2015
MONTE MOR-DR/SPI

RUA RAGE MALUF, 61 - CENTRO - MONTE MOR / SP - CEP 13190-000 - FONE / FAX 3889.2780
Site: www.camaramontemor.sp.gov.br E-mail: camara@camaramontemor.sp.gov.br

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

REQUERIMENTO Nº 1969 , *DE 2015*

Requeiro, nos termos do artigo 165, inciso VIII, da XIV Consolidação do Regimento Interno, que se registre nos anais desta Casa um voto de congratulações com a população de HOLAMBRA, pelo aniversário do Município, comemorado no dia 27 de Outubro de 2015.

Requeiro, ainda, que desta manifestação dê-se ciência ao Senhor Prefeito, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, e aos órgãos de imprensa local.

JUSTIFICATIVA

Parabenizo a população de HOLAMBRA por mais um aniversário, rendendo homenagens aos cidadãos desse município, que prestam importante contribuição para o crescimento de nosso Estado e, consequentemente, de nossa Nação.

Sala das Sessões em, 26/10/2015.

a) Coronel Telhada

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
Av. Pedro Álvares Cabral, 201 - Ibirapuera - São Paulo - SP - 04097-900
Palácio 9 de Julho

São Paulo, 05 de novembro de 2015

RGL 7539/2015

Of. SGP n.º 5694/2015

Senhor Presidente

Requerimento n.º 1969, de 26/10/2015
Autor: Deputado CORONEL TELHADA

Encaminho a Vossa Excelência o incluso avulso do requerimento em epígrafe, apresentado a esta Assembleia Legislativa na data mencionada.

Valho-me da oportunidade para apresentar os protestos de minha alta consideração.

Deputado ENIO TATTO
1° Secretário

Ao Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal
HOLAMBRA – SP

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

SÃO PAULO
Secretaria Geral Parlamentar

Palácio 9 de Julho
Avenida Pedro Álvares Cabral, 201
Andar Monumental - Sala M38
Ibirapuera - São Paulo - 04097-900

2306182 4603302 04158761 26238838 PALÁCIO 9 DE JULHO 1111 2015 SÃO PAULO - SPM
R$ 01,40 MF01075 BRASIL CORREIOS

Recebemos
Holambra, 23 de Novembro de 15

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da
Câmara Municipal
Avenida das Tulipas. 45 - Centro
HOLAMBRA - SP
13825-000

CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

Hortolândia, 11 de novembro de 2015.

Ofício C.M.H., Nº 412-08/2015

Assunto: **Encaminha Moção nº 137/2015**

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência para conhecimento, a MOÇÃO nº 137/2015, de autoria do Senhor Vereador Cleuzer Marques de Lima, de "Apelo ao Governador do Estado de São Paulo para a construção da terceira faixa de rolamento na Rodovia SP 101", aprovada na Sessão Ordinária de 10 de novembro de 2015.

Atenciosamente,

GERVÁSIO BATISTA POZZA
Presidente

A Sua Exa.:
Petrus Bartholomeus Weel
Presidente da Câmara Municipal de Holambra

Rua Joseph Paul Julien Burlandy, nº 250, (Antiga Rua 02) Parque Gabriel – Hortolândia/SP – CEP: 13186-620
Fone/Fax: (19) 3897-9900 www.cmh.sp.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA
ESTADO DE SÃO PAULO

MOÇÃO Nº 137/2015

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Moção de Apelo ao Governador do Estado de São Paulo para a construção da terceira faixa de rolamento na Rodovia SP 101 .

Nos termos do Art. 184 do Regimento Interno, apresento a seguinte Moção de Apelo diante das justificativas que se seguem.

A Rodovia SP 101, no trecho de Hortolândia necessita urgentemente da Terceira faixa de Rolamento (pista tripla).

São diversas ocorrências inerentes a uma rodovia com um fluxo intenso de veículos, que os moradores usufruem diariamente para se locomover aos seus trabalhos e que diariamente sofrem com congestionamento, ora por acidentes, ora pelo movimento diário de veículos.

Não bastasse o transporte coletivo que já é precário em nossa região, penaliza ainda mais o trabalhador devido ao congestionamento da rodovia em horário de pico, dificultando a chegada do mesmo em seu trabalho e também o retorno á nossa Cidade.

Grande parte da população de Hortolândia que necessitam ir para Campinas já não sabe o que fazer para evitar tal percurso devido ao estresse do trânsito.

Além de ter que trabalhar em outra cidade e percorrer o tempo normal para chegar ao destino, a população é obrigada a deparar com o trânsito que vem de outras Cidades do interior.

Por essas justificativas destacadas, requer que, após o plenário ser consultado, essa moção de apelo seja encaminhada à concessionária Rodovia Tietê, ao Governo do Estado de São Paulo, ao Prefeito Municipal.

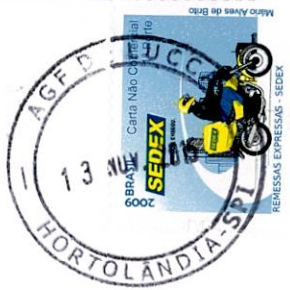
Sala das Sessões 29 de outubro de 2015

Cleuzer Marques de Lima
Vereador

Lido e Aprovado no Expediente da Sessão Ordinária de 10 NOV. 2015

Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO



A Sua Excelência
Pedro Weel
Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Rua Antônio Damásio Filipini, 188 – Sala 5
Centro
Holambra – SP

Recebemos
Holambra, 23 de Novembro de 15.

COPHOL
CONSELHO DE PASTORES DE HOLAMBRA

HOLAMBRA 10 DE NOVEMBRO DE 2015

Recebi em 11 de 11 de 2015

PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

DE: COPHOL CONSELHO DE PASTORES DE HOLAMBRA

PARA: CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DE HOLAMBRA

ATT: ILMO. PRESIDENTE DA CÂMARA DE HOLAMBRA

SR. PEDRO WELL

NO DIA 21 DE NOVEMBRO AS 16h00min HORAS SERÁ REALIZADA A ***MARCHA PARA JESUS*** ONDE TODAS AS DENOMINAÇÕES RELIGIOSAS ESTARÃO PRESENTES, O INÍCIO SERÁ A PARTIR DO MOINHO, CAMINHANDO PELA CIDADE ATÉ CHEGARMOS Á RUA COBERTA, ONDE HAVERÁ UM SHOW COM OS GRUPOS DE LOUVORES DE VARIAS DENOMINAÇÕES.

PORTANTO CONVIDAMOS **V.S. E DEMAIS VEREADORES** A PARTICIPAREM DESTE EVENTO O QUAL MUITO NOS HONRARA.

DESDE JÁ FICAMOS GRATOS DA ATENÇÃO E APROVEITAMOS PARA REITERARMOS PROTESTOS DE ALTA ESTIMA E DISTINTA CONSIDERAÇÃO.

JOSÉ NORBERTO DEL CET
1º SECRETÁRIO

JOSÉ EVANIO SANTOS
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Holambra

Número de Protocolo 00694/2015

Data 11/11/2015 Hora 10:43:00

Procedência COPHOL

Assunto CONVIDA O SR. PRESIDENTE E OS DEMAIS VEREADORES PARA PARTICIPAR DO EVENTO MARCHA PARA JESUS, DIA 21/11, COPHOL.

DEUS O ABENÇOE

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Unidade Estadual em São Paulo

Rua Urussuí, 93 – Itaim Bibi
São Paulo-SP CEP 04542-050
Pabx (11) 2105-8200
http://www.ibge.gov.br
e-mail: sddisp@ibge.gov.br

Ofício SDI/SP nº 46/2015

São Paulo, 05 de novembro de 2015

A Sua Excelência o Senhor
Vereador Petrus Bartholomeus Weel
Presidente
Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra
Avenida das Tulipas, nº 45 - Centro
Caixa Postal 94
CEP 13825-000 - Holambra - SP

Assunto: Ofício nº 162/2015 – GP – solicita número de habitantes do município

Excelentíssimo Senhor Vereador,

Em atendimento ao Ofício nº 162/2015 - GP, expedido por Vossa Excelência em 20/10/2015, recebido e protocolado nesta Unidade Estadual do IBGE em São Paulo em 27/10/2015 sob o nº 03635.004609/2015-74, encaminho a Vossa Excelência, anexada, a Certidão de Estimativa da População Residente no Município de Holambra/SP, referente a 1º/07/2015.

Assim sendo, apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

FRANCISCO GARRIDO BARCIA
Chefe da Unidade Estadual do IBGE em São Paulo

Câmara Municipal de Holambra
Número de Protocolo 00693/2015
Data 10/11/2015 Hora 16:14:00
Procedência IBGE
Assunto ENC. CERTIDÃO SOLICITADA REF. O OFICIO Nº162/2015

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CERTIDÃO

CERTIFICO, a requerimento do Senhor Vereador **Petrus Bartholomeus Weel**, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra/SP, protocolado nesta Unidade Estadual do IBGE em São Paulo sob o nº 03635.004609/2015-74, em 27/10/2015, para ingressar projeto, nessa Casa, com o objetivo de fixar o número de vereadores, para a próxima legislatura, em cumprimento às regras vigentes, que a população residente em Holambra/SP, de acordo com as Estimativas Populacionais para os Municípios Brasileiros em 01/07/2015, era de 13.375 habitantes.

São Paulo, 05 de novembro de 2015

FRANCISCO GARRIDO BARCIA
Chefe da Unidade Estadual do IBGE em São Paulo

Câmara Municipal de Holambra
Número de Protocolo 00693/2015
Data 10/11/2015 Hora 16:14:00
Procedência IBGE
Assunto ENC. CERTIDÃO SOLICITADA REF. O OFICIO Nº162/2015

CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DE HOLAMBRA
CONSEG

Oficio Especial

Holambra, 09 de Novembro de 2015.

Assunto: Reunião

O CONSEG de Holambra/SP, vem muito respeitosamente convidar o Digníssimo Presidente e demais Vereadores a participar da Reunião que se realizará na data de 17 de Novembro de 2015, as 18:00h, na Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, situada a Avenida das Tulipas, nº. 45, Centro – Holambra – SP.

Certos de sua atenção com este Conselho antecipamos nossos agradecimentos e da oportunidade reiteramos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Recebi em 09 de 11 de 2015
P.B. Weel
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

Atenciosamente;

Antonio Reginaldo de Jesus Beleza Giron
Presidente do CONSEG/HOLAMBRA

Ao Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra
Excelentíssimo Senhor
Petrus Bartholomeus Weel

Câmara Municipal de Holambra
Número de Protocolo 00691/2015
Data 09/11/2015 Hora 16:29:00
Procedência CONSEG
Assunto CONVITE AOS VEREADORES P/ PARTICIPAR DA REUNIÃO DO CONSEG NO DIA 17/11/2015 AS 18:00 HORAS

CÓPIA

Sugestões de mudanças para apreciação PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO DO PARLAMENTO METROPOLI...

De:
laffythy@uol.com.br

Para:
parlamentormc@gmail.com , presidencia@camaraholambra.com.br

Cópia:
laffythy@uol.com.br

Cópia oculta:

Assunto:
Sugestões de mudanças para apreciação PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO DO PARLAMENTO METROPOLI...

Data:
28/10/2015 15:10

e mail seu... .docx **23.20 KB**
Baixar todos os anexos
Ver miniaturas

Ciente dia 06/11/15 Laffythy Lemos Wellington D. Pereira Presidente Câmara Holambra - SP.

Boa tarde a todos.

A pedido do Presidente da Câmara de Holambra, que nos lê em cópia, nacondição de Diretor Jurídico desta Casa, envio a V.sa., sugestões e perguntas, sobre o documento com o título de "INTENÇÕES DO CONSÓRCIO DO PARLAMENTO ...", para a devida análise e inserção de sugestões no texto, para futura apreciação em reunião, a ser marcada para tal fim.

Inicialmente, questiono qual será o valor efetivo da despesa com a criação e manutenção do parlamento da RMC, e qual o custo para cada uma das câmaras que participará? Já existe estudo neste sentido?

Envio, também, sugestões, para estudo e formatação do texto a ser apresentado ao parlamento da RMC:

Fico no aguardo de suas considerações, com brevidade, face a proximidade da reunião, agendada para o dia 06/11 p.f.

" ... Sugestões de mudanças para apreciação

PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO DO PARLAMENTO METROPOLITANO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

As Câmaras Municipais que integram o Parlamento Metropolitano da RMC, ora denominado ASSOCIAÇÃO CONSORCIAL DO PARLAMENTO METROPOLITANO DA REGIÃO (1)

METROPOLITANA DE CAMPINAS, através de seus presidentes reunidos em Assembleia Geral Ordinária, dia ___ de _____ 2015, resolvem formalizar o presente Protocolo de Intenções com o objetivo de constituir o Estatuto Social do Parlamento da RMC de acordo com a Lei Federal 11.107, de 06 de abril de 2005 e o Decreto Federal 6.017, de 17 de janeiro de 2007 que dispõem sobre normas gerais para a criação de entidade de consórcio público, constituindo o (órgão, ora denominado ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARLAMENTO (2) METROPOLITANO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS), sob a forma de pessoa jurídica de direito privado, doravante denominada ASSOCIAÇÃO CONSORCIAL DO PARLAMENTO (3) METROPOLITANO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS, (doravante denominado ASSOCIAÇÃO CONSORCIAL DO PARLAMENTO METROPOLITANO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS) – ACPMRMC. (4)

Sugestão – criar a sigla ACPMRMC – para inserir no texto e ter menos repetições.

Sugestão – numerar todas as páginas.

Cláusula 3ª.: DAS COMPETÊNCIAS ? (???) – sugestão – DO PRAZO

ASSOCIAÇÃO CONSORCIAL DO PARLAMENTO METROPOLITANODA REGIÃO
METROPOLITANA DE CAMPINAS terá prazo indeterminado de vigência sendo que a
sua extinção, quando por ventura ocorra, dar-se-á mediante aprovação em Assembleia Geral e retificação em lei por todos os entes consorciados.

Cláusula 7ª.: DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

A ASSOCIAÇÃO CONSORCIAL DO PARLAMENTO METROPOLITANO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CAMPINAS será dotado da seguinte estrutura administrativa:

I – ASSEMBLEIA GERAL: -> Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal

II – DIRETORIA EXECUTIVA;

III – TESOURARIA;

IV – CONSELHO FISCAL;

V – SECRETARIA EXECUTIVA.

O Estatuto da ASSOCIAÇÃO CONSORCIAL DO PARLAMENTO METROPOLITANO
DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS disporá sobre a organização, composição,
atribuições e funcionamento de cada um dos órgãos que constituam a estrutura administrativa.

Cláusula 8ª.: DA ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral é a instância máxima de deliberação da ASSOCIAÇÃO CONSORCIAL DO PARLAMENTO METROPOLITANO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS e será constituída pelos representantes legais das Câmaras consorciadas.

I - Compete privativamente à Assembleia Geral:

a) Elaborar, aprovar e alterar o Estatuto;

b) Indicar (eleger) os membros (eleitos) titulares e suplentes do Conselho Fiscal e formas de substituição:

c) Apreciar e deliberar acerca de prestação de contas anual;

d) Apreciar e deliberar acerca da inclusão, retirada e exclusão de consorciados;

e) Decidir sobre a dissolução.

II - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, na forma definitiva por este protocolo, e extraordinariamente, quando for convocada pelo Presidente ou por, pelo menos, 1/5 (2/3) dos consorciados, com direito a um voto por ente consorciado.

III - A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, reunir-se-á, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços), no mínimo, dos consorciados e, em segunda convocação, meia hora depois, com (qualquer número.) no mínimo mais de 50% + 1 da quantidade da Diretoria Executiva = 5 pessoas.

IV - As deliberações da Assembleia Geral se darão por maioria simples de votos, exceto na elaboração, aprovação ou alteração do Estatuto ou de dissolução da A ASSOCIAÇÃO CONSORCIAL DO PARLAMENTO METROPOLITANO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS quando será exigido o voto concorde de, no mínimo, 2/3 dos consorciados.

V- A convocação da Assembleia Geral será feita através do Diário Oficial do Município sede com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e em idêntico prazo, por meio de publicação de convocação no sítio eletrônico da associação consorcial.

VI - Num mesmo edital serão feitas a primeira e a segunda convocações, constando a pauta do dia da reunião, onde deverá ser previsto a discussão de assuntos diversos ou permissão de uso da palavra aos presentes. referente a assuntos diversos.

VII – exclui

Cláusula 10ª.: (DA DIRETORIA EXECUTIVA) Conselho Deliberativo

A ASSOCIAÇÃO CONSORCIAL DO PARLAMENTO METROPOLITANO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CAMPINAS será dirigido por uma Diretoria Executiva e será
constituído pelos seguintes membros:

I – Presidente

II – 1° Vice-presidente;

III – 2ª Vice-presidente;

IV – 1° Secretário

V – 2° Secretário

VI – 3° Secretário

VII – 1° Tesoureiro ?

VIII – 2° Tesoureiro ?

IX – 3 Membros do Conselho Fiscal. + 3 Suplentes

§ 1°. O mandato dos membros será de 2 anos permitindo a reeleição por igual período, dentro da legislatura;

§ 2°. A eleição da Diretoria Executiva será realizada em assembleia geral convocada para este fim;

§3°. Em ano do pleito eleitoral municipal cuja posse dos vereadores e escolha de presidente das Câmaras legislativas se dará no primeiro dia do ano subsequente, a eleição para o mandato do primeiro biênio ocorrerá na primeira quinzena do mês de fevereiro, respondendo pelo controle administrativo e financeiro a Diretoria Administrativa da ASSOCIAÇÃO CONSORCIAL DO PARLAMENTO METROPOLITANO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS, em caráter excepcional;

§4°. Para o mandato de segundo biênio, a eleição ocorrerá até o dia 31 de dezembro do ano da eleição dos presidentes das câmaras consorciadas, ficando automaticamente empossados seus membros a partir de 01 de janeiro do ano seguinte. (XX)

§ 5°. Ocorrendo empate nos critérios das eleições, a preferência é da chapa que apontar o candidato a do presidente mais idoso. (mais participante)

§ 6°. A eleição será secreta (aberta), podendo ser por aclamação em caso de chapa única.

§ 7°. As chapas deverão ser apresentadas até o final do expediente do dia útil anterior ao da eleição.

§ 8°. O Presidente da Diretoria Executiva é o representante legal da ASSOCIAÇÃO CONSORCIAL DO PARLAMENTO METROPOLITANO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS, cujo cargo deverá ser, obrigatoriamente, ocupado por um vereador PRESIDENTE de alguma das Câmaras consorciadas.

§ 9°. Para os outros cargos, devem ser ocupados por vereadores dos 20 municípios, que podem candidatar.

Cláusula 11ª. COMPETÊNCIA DA DIRETORIA (EXECUTIVA) Deliberativo

Compete à Diretoria Executiva:

I – Deliberar sobre a contratação do Diretor Administrativo (Executivo) e tomar-lhe bimestralmente as contas da gestão financeira e administrativa da ASSOCIAÇÃO CONSORCIAL DO PARLAMENTO METROPOLITANO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS, que atenda ao disposto da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005;

I – Elaborar o Regimento Interno – inserir e renumerar os demais incisos.

II – Aprovar e modificar o regimento interno da ASSOCIAÇÃO CONSORCIAL DO
PARLAMENTO METROPOLITANO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS;

III – definir e acompanhar a execução da política patrimonial e financeira e os programas de investimento da ASSOCIAÇÃO CONSORCIAL DO PARLAMENTO
METROPOLITANO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS;

IV – Deliberar sobre (estrutura administrativa e) o Plano de Cargos e Salários da ASSOCIAÇÃO CONSORCIAL DO PARLAMENTO METROPOLITANO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS e a remuneração de seus empregados,

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.campinas.sp.leg.br

R. 1935/15

Campinas, 30 de setembro de 2015.

Excelentíssimo Senhor
Petrus Bartholomeus Weel
Presidente da Câmara Municipal de Holambra

Estamos encaminhando cópia de inteiro teor do Requerimento nº **1935/2015**, de autoria do Vereador Carmo Luiz, devidamente aprovado na 57ª Reunião Ordinária.

Atenciosamente,

Rafa Zimbaldi

Rafa Zimbaldi
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.camaracampinas.sp.gov.br

APROVADO
28 SET. 2015
SALA DE REUNIÕES
Presidente

Requerimento nº 1935/2015

Exmo. Sr. Presidente:

Ementa: **Requer votos de aplausos aos organizadores e participantes da 34ª Expoflora, em Holambra (SP).**

Milhares de pessoas já foram para a Expoflora 2015, que iniciou dia 28 de agosto, e terminou neste final de semana, dia 27 de setembro. Seu principal objetivo é resgatar a cultura holandesa, através dos imigrantes e seus descendentes que *ali* chegaram há muitas décadas na região.

Ante o exposto, requeremos ouvido o plenário, o seguinte requerimento:

Requeremos votos de aplausos para os organizadores e participantes da 34ª Expoflora em Holambra (SP). Este vereador esteve na festa com meus familiares, e prestigiamos as várias atrações no local, o qual parabenizamos a Prefeitura Municipal de Holambra pelo sucesso deste grandioso evento.

Que do deliberado seja dada ciência, por ofício, para o Exmo. Sr. Prefeito de Holambra Fernando Fiori de Godoy, Alameda Maurício de Nassau, 444, Centro, Holambra, CEP: 13825-000; e ao Exmo. Sr. Vereador Petrus Bartholomeus Weel, Presidente da Câmara Municipal de Holambra, Avenida das Tulipas, 45, Holambra/SP, CEP: 13825-000.

Campinas, 28 de setembro de 2015.

CARMO LUIZ
Vereador

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

REQUERIMENTO Nº 1776 , *DE 2015*

Requeiro, nos termos do artigo 165, inciso VIII, da XIV Consolidação do Regimento Interno, que se registre nos anais desta Casa um voto de congratulações com a população de HOLAMBRA, pelo aniversário do Município, a ser comemorado no dia 27 de outubro.

Requeiro, ainda, que desta manifestação dê-se ciência ao Senhor Prefeito FERNANDO FIORI GODOY, e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vereador PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL.

JUSTIFICATIVA

No ensejo do transcurso de mais um aniversário, deste importante Município, desejando homenagear suas populações laboriosas, que tanto vem contribuindo para o desenvolvimento de nosso Estado, apresento, através da presente propositura, os votos de congratulações desta Casa, que irmanada aos cidadãos deste município, rejubila-se por mais um aniversário, cheio de conquistas próprias de um povo amigo e trabalhador.

Sala das Sessões em, 23/09/2015.

a) Alexandre Pereira

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
Av. Pedro Álvares Cabral, 201 - Ibirapuera - São Paulo - SP - 04097-900
Palácio 9 de Julho

São Paulo, 05 de outubro de 2015

RGL 6712/2015

Of. SGP n.º 5060/2015

Senhor Presidente

Requerimento n.º 1776, de 23/09/2015
Autor: Deputado ALEXANDRE PEREIRA

Encaminho a Vossa Excelência o incluso avulso do requerimento em epígrafe, apresentado a esta Assembleia Legislativa na data mencionada.

Valho-me da oportunidade para apresentar os protestos de minha alta consideração.

Deputado ENIO TATTO
1° Secretário

Ao Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal
HOLAMBRA – SP

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

SÃO PAULO
Secretaria Geral Parlamentar

Palácio 9 de Julho
Avenida Pedro Álvares Cabral, 201
Andar Monumental - Sala M38
Ibirapuera - São Paulo - 04097-900

0405176 9316306 07227663 27327839
PALÁCIO 9 DE JULHO 0910 2015 SÃO PAULO - SPM
R$ 01,40 MF01075 BRASIL CORREIOS

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da
Câmara Municipal
Avenida das Tulipas. 45 - Centro
HOLAMBRA - SP
13825-000

Recebemos
Holambra, 19 de outubro de 15

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Of. GP/DP n.º 1035/15

Valinhos, 7 de outubro de 2015.

Prezado Senhor,

Valemo-nos do presente para, cumprimentando Vossa Excelência, encaminhar-lhe cópia da Moção n.º 121/2015, de Apelo à manutenção das Escolas Estaduais Prof. José Leme do Prado, Prof. Américo Belluomini e Profa. Maria Neiva Abdelmassih.

A presente Moção, de autoria de todos os Vereadores, foi aprovada por unanimidade pelo plenário desta Casa de Leis em sessão do dia 6 de outubro do corrente ano.

Ao ensejo, renovamos os protestos de nossa consideração e respeito.

SIDMAR RODRIGO TOLOI
Presidente

Exmo. Sr.
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Presidente
Câmara Municipal de Holambra
Holambra – SP

C.M.V.
Proc. Nº 4829/15
Fls. 01
Resp.

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

MOÇÃO N.º 121 /15

Os Vereadores que esta subscrevem requerem, nos termos regimentais, a apreciação e aprovação pelo Plenário da presente MOÇÃO DE APELO à manutenção das Escolas Estaduais Prof. José Leme do Prado, Prof. Américo Belluomini e Profa. Maria Neiva Abdelmassih Justo, pelas razões a seguir expostas.

Justificativa

Recentemente o Secretário Estadual de Educação foi aos meios de comunicação a fim de apresentar Plano de Reestruturação de sua pasta, que incluía mudanças que podem restringir o ensino nas escolas estaduais a apenas um segmento educacional, de modo que uma parte das escolas estaduais ofereceria apenas o Ensino Fundamental e outras apenas o Ensino Médio.

Em decorrência desta reorganização, os cidadãos e alunos do Município receberam a notícia de que as Escolas Estaduais Prof. José Leme do Prado, Prof. Américo Belluomini e Profa. Maria Neiva Abdelmassih Justo poderiam ter suas atividades encerradas para o próximo ano letivo, o que gerou grande comoção da comunidade.

Os Vereadores, representando a comunidade valinhense afetada, entendem que o fechamento de unidades educacionais e o consequente remanejamento de uma grande massa de alunos para outras unidades educacionais podem gerar grandes dificuldades para os alunos das escolas afetadas, bem como para seus familiares e para a comunidade em geral.

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Ademais, ainda que mantidas em funcionamento as escolas mencionadas, as mesmas correm o risco de ter seu segmento restringido a apenas Ensino Fundamental ou apenas Ensino Médio, o que também geraria grandes transtornos aos alunos, muitos dos quais possuem emprego e não podem se deslocar excessivamente de suas residências para estudar, o que estimularia o abandono dos estudos.

Diante do exposto, solicitamos ao Plenário que a presente Moção de Apelo seja aprovada, manifestando esta Casa de Leis seu amparo em favor da manutenção das Escolas Estaduais Prof. José Leme do Prado, Prof. Américo Belluomini e Profa. Maria Neiva Abdelmassih Justo, bem como pela manutenção do Ensino Médio nessas escolas, e que cópias do presente sejam encaminhadas ao Governador do Estado, ao Secretário Estadual de Educação, ao Diretor Regional de Ensino, à Deputada Estadual Célia Leão e a todas as Câmaras Municipais da Região Metropolitana de Campinas.

Sidmar Rodrigo Toloi
Vereador

Israel Scupenaro
Vereador

César Rocha Andrade da Silva
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Adroaldo Mendes de Almeida "Dinho"
Vereador

Aldemar Veiga Junior
Vereador

Antonio Soares Gomes Filho "Tunico"
Vereador

Edson José Batista
Vereador

Gilberto Aparecido Borges "Giba"
Vereador

João Moysés Abujadi
Vereador

José Henrique Conti
Vereador

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

REQUERIMENTO Nº 1700, *DE 2015*

Requeiro, nos termos do artigo 165, inciso VIII, da XIV Consolidação do Regimento Interno, que se registre nos anais desta Casa um voto de congratulações com a população de HOLAMBRA, pelo aniversário do Município, a ser comemorado no dia 27 de Outubro de 2015.

Requeiro, ainda, que desta manifestação dê-se ciência ao Senhor Prefeito Fernando Fiori de Godoy, e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vereador Pedro Weel.

JUSTIFICATIVA

No ensejo do transcurso de mais um aniversário, deste importante Município, desejando homenagear suas populações laboriosas, que tanto vem contribuindo para o desenvolvimento de nosso Estado, apresento, através da presente propositura, os votos de congratulações desta Casa, que irmanada aos cidadãos deste município, rejubila-se por mais um aniversário, cheio de conquistas próprias de um povo amigo e trabalhador.

Sala das Sessões em, 15/09/2015.

a) Rogério Nogueira

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
Av. Pedro Álvares Cabral, 201 - Ibirapuera - São Paulo - SP - 04097-900
Palácio 9 de Julho

São Paulo, 23 de setembro de 2015

RGL 6517/2015

Of. SGP n.º 4880/2015

Senhor Presidente

Requerimento n.º 1700, de 15/09/2015
Autor: Deputado ROGÉRIO NOGUEIRA

Encaminho a Vossa Excelência o incluso avulso do requerimento em epígrafe, apresentado a esta Assembleia Legislativa na data mencionada.

Valho-me da oportunidade para apresentar os protestos de minha alta consideração.

Deputado ENIO TATTO
1° Secretário

Ao Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal
HOLAMBRA – SP

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

Rua Ângelo Antônio Schiavinato, 59 - Residêncial São Luiz Tel: (19) 3829-5355 - CEP: 13270-470
site: www.camaravalinhos.sp.gov.br - e-mail: imprensa@camaravalinhos.sp.gov.br

Exmo. Sr.
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Presidente

Câmara Municipal de Holambra
Avenida das Tulipas, n.º 45 – Centro
CEP: 13825-000 – Holambra/SP

Carta
Câmara Municipal de Valinhos
CORREIOS

Recebemos
Holambra, 19 de Outubro de 15

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

SÃO PAULO
Secretaria Geral Parlamentar

Palácio 9 de Julho
Avenida Pedro Álvares Cabral, 201
Andar Monumental - Sala M38
Ibirapuera - São Paulo - 04097-900

0108137 8623307 08514657 21387011 PALÁCIO 9 DE JULHO 0810 2015 SÃO PAULO - SPM R$ 01,40 MF01075 BRASIL CORREIOS

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da
Câmara Municipal
Avenida das Tulipas. 45 - Centro
HOLAMBRA - SP
13825-000

Recebemos
Holambra, 16 de outubro de 15

CONSAB
SANEAMENTO AMBIENTAL
Consórcio Intermunicipal

Artur Nogueira - Conchal - Cordeirópolis - Cosmópolis
Engenheiro Coelho - Holambra - Jaguariúna

Praça Dr. Paulo de Almeida Nogueira, 56
Centro - Cosmópolis/SP - 13.150/000
Tel: (19) 3812.6389
www.consabambiental.com.br

CONVOCAÇÃO

Ilmo. Sr.

Petrus Bartholomeus Weel

Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Tendo em vista os questionamentos acerca do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Urbanos, convoco o senhor a comparecer na data 28/09/2015, às 12h (doze horas), para devidos esclarecimentos em reunião com Cilene Novaes da empresa Resi Consultoria e Projetos e a Diretora Técnica do CONSAB, Bianca R. Magnusson.

A reunião será no município da Estância Turística de Holambra, de acordo com a preferência dos envolvidos.

Cosmópolis, 21 de setembro de 2015

Sem mais,

Helton Bassi Filippini
Presidente da Comissão de Atualização do Plano de Gestão de Resíduos

Recebi. 22-09
P.B. Weel

Câmara Municipal de Holambra
Número de Protocolo 00629/2015
Data: 22/09/2015 Hora: 11:09:00
Procedência CONSAB
Assunto CONVOCA O SR. PETRUS PARA COMPARECER DIA 28/09/2015, ÀS 12 HORAS NA CÂMARA MUNICPAL DE HOLAMBRA.

CONSAB
SANEAMENTO AMBIENTAL
Consórcio Intermunicipal

Artur Nogueira - Conchal - Cordeirópolis - Cosmópolis
Engenheiro Coelho - Holambra - Jaguariúna

Praça Dr. Paulo de Almeida Nogueira, 56
Centro - Cosmópolis/SP - 13.150/000
Tel: (19) 3812.6389
www.consabambiental.com.br

CONVOCAÇÃO

Ilmo. Sr.

Géza Ferenc Gyorgy Árbocz

Vereador e Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Estância Turística de Holambra

Tendo em vista o Ofício GP n° 037/2015 e seus questionamentos sobre o Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Urbanos, convoco o senhor a comparecer na data 25/09/2015, às 14h (catorze horas), para devidos esclarecimentos em reunião com Cilene Novaes da empresa Resi Consultoria e Projetos e a Diretora Técnica do CONSAB, Bianca R. Magnusson.

A reunião será na sede do CONSAB, localizada na Praça Dr. Paulo de Almeida Nogueira, n° 56, Centro, Cosmópolis-SP.

Cosmópolis, 17 de setembro de 2015

Atenciosamente,

Helton Bassi Filippini

Presidente da Comissão de Atualização do Plano de Gestão de Resíduos

Câmara Municipal de Holambra

Numero de Protocolo 00625/2015

Data 18/09/2015 Hora 12:34:00

Procedência CONSAB

Assunto CONVOCA O SR. GÉZA PARA COMPARECER DIA 25/09/2015, ÀS 10 HORAS NA SEDE DO CONSAB.

Sumaré, 03 de Setembro de 2015.
Ofício Gab. nº 597/2015.

REFERÊNCIA:

Moção de Apelo n° 136/2015

Autor: Vereador Décio Marmirolli

Aprovado na Sessão Ordinária de 01 de setembro de 2015.

Cumpre-nos o dever de comunicar-lhe, que esta Casa aprovou em Sessão a referida moção.

Valemo-nos do ensejo para renovar-lhe nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

WELINGTON DOMINGOS PEREIRA
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Petrus Bartholomeus Weel
Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Holambra /SP

(era)

CÂMARA MUNICIPA
ESTADO DE SÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ

Protocolo Geral nº	Data	Hora
004972/2015	01/09/2015	13:12 h

Requerente
VER. DÉCIO MARMIROLLI

Assunto
Espécie: MOÇÃO nº 136
Moção de Apelo a ANELL e a CPFL. (phab)

Aprovado na Sessão Ordinária

de 01/09/15 por 16 1 0 votos

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ

A questão do aumento da tarifa de energia elétrica tem resultado em gastos não previstos a trabalhadores, comerciantes, empresários, enfim à todos.

Se o aumento já onerou o orçamento de todos, onerou ainda mais os que possuem em suas residências pessoas acamadas que dependem de aparelho de oxigenoterapia, UTI domiciliar, equipamentos elétricos essenciais à sobrevivência humana.

Em sua maioria, trata-se de famílias que em razão de um ente querido estar acamado necessitam dispor de recursos de seu orçamento para manutenção do mesmo, seja na questão de fraldas, medicamentos, alimentação específica, materiais de procedimento dentre outros gastos, sabemos que em sua maioria essas famílias são privadas em suas necessidades básicas para disporem de recursos em prol ao acamado.

Gestores de saúde estão observando a redução do tempo do uso dos equipamentos elétricos, tendo em vista o alto custo da energia, havendo agravamento da enfermidade do paciente.

Em nossa região, atendida pela CPFL Paulista, o aumento nas contas de energia a partir de 02 de março do corrente ano foi de 31,90% e de 4,13% a partir de 08 de abril, acumulando assim um aumento de 36,03 apenas no ano de 2015.

Dispensável salientar, mas tal aumento sobrepôs a inflação acumulada no ano, bem como ultrapassou as reposições salariais.

Diante de todo acima exposto, e reconhecendo ser a saúde o bem maior de todo cidadão, cabendo ao Poder Público adotar meios para garantir a vida de todos.

Pelo presente e na forma Regimental, apresento a presente ***MOÇÃO DE APELO***, a ANELL e a CPFL Paulista para que realizem estudos e verifiquem a possibilidade de adotarem uma *TARIFA SAÚDE*, com valor inferior ao cobrado das demais residências, destinada às famílias que possuem acamados, dependentes de equipamentos elétricos essenciais a vida.

Solicito a aprovação da presente pelos Nobres Pares e após, seja encaminhada às Câmaras Municipais que compõem a Região Metropolitana de Campinas, para que juntos possamos formar uma corrente em prol da *TARIFA SAÚDE* que atenderá centenas e mais centenas de famílias em nossa região, bem como aos 234 municípios atendidos pela CPFL Paulista.

Sala das Sessões, 01 de Setembro de 2.015.

UDUIR APARECIDO MENES
2º SECRETÁRIO

DÉCIO MARMIROLLI
VEREADOR

JOSUÉ CARDOZO
VEREADOR

PROF.º MARQUINHO
VEREADOR

Joel Cardoso da Luz
VEREADOR

Marcos de Paula
Vereador

João Maioral
VEREADOR - PDT

CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ
ESTADO DE SÃO PAULO

1º Porte Carta Comercial
BANCO POSTAL
MAIS CORREIOS
BRASIL 2012

09 SET 2015
SUMARÉ-DRISP

Excelentíssimo Senhor
Petrus Bartholomeus Weel
Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Av. Tulipas, 45 Centro
Holambra 13.825.000

Recebemos

Holambra, 14 de setembro de 15

.....

D.H.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

"Capital Nacional das Flores"

Convite

*A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra tem o prazer de convidar Vossa Excelência e Família, para Solenidade de "**Descerramento na Galeria dos Ex-Presidentes, da placa do Vereador Senhor José Marcos de Souza, biênio 2011-2012".***



Data: 11 de maio de 2015, (Segunda-Feira) ás 20 horas;
Local: Avenida das Tulipas, nº45 – Centro; (Plenário da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra).

Sua participação é muito importante para realização do evento.

Petrus Bartholomeus Weel
Presidente da Câmara Municipal

Confirmar presença com Leni (19) 3802-1487 até dia 07/05/2015

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Capital Nacional das Flores

Convite

Tenho o prazer de convidar o amigo Excelentíssimo Senhor **Tarcísio Cleto Chiavegato**, Prefeito do Município de Jaguariúna para entrega de Moção de Congratulação e Aplausos, em reconhecimento a cooperação na área de Saúde aos cidadãos Holambrenses.

Data: 20 de julho de 2015, (Segunda-Feira) ás 19h30Min
Local: Plenário da Câmara Municipal de Holambra.

Sua participação é muito importante para realização do evento.

Eduardo da Silva
Vereador

SAEHOL – SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO E DRENAGEM URBANA DE HOLAMBRA
Rua Aster, 470 – Jardim das Tulipas – FONES (019) 3802-4347 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
C.N.P.J. 19.700.431/0001-99 – www.holambra.sp.gov.br

Of.073/2015

Ref. Oficio 109/2015 – Gabinete da Presidencia

Excelentíssimo Senhor,

Com os meus respeitosos cumprimentos, é a presente para encaminhar a esta Casa de Leis, parecer exarado pela nossa Assessoria Jurídica a despeito de parecer emitido pelo Departamento Jurídico desta Camara Municipal

Esperando com este parecer dirimir as dúvidas apresentadas, aproveitamos a oportunidade para transmitir-lhe nossos mais elevados protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Estância Turística de Holambra, aos 07 de julho de 2015

ANTONIO CARLOS BERNARDI JUNIOR

PRESIDENTE SUPERINTENDENTE

Câmara Municipal de Holambra
Numero de Protocolo 00497/2015
Data: 14/07/2015 Hora: 16:55:00
Procedência SAEHOL
Assunto OFÍCIO Nº/ GP, ENCAMINHA PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA A RESPEITO DA LEI Nº.684/2009, SAEHOL.

Ao

Excelentissimo Senhor,

Vereador Petrus Bartholomeus Well

Presidente da Camara Municipal da Estancia Turistica de Holambra

Campinas, 06 de junho de 2015.

CONSULTA Nº 02/2015 – SAEHOL
Assunto – Revogação da Lei Municipal nº 684 de 28 de outubro de 2009
Parecer exarado pela MD. Procuradoria da Câmara Municipal de Holambra
Interessado: Superintendência do SAEHOL

RELATÓRIO

Consulta-nos o MD. Superintendente do SAEHOL, sobre a vigência das disposições contidas na Lei Municipal nº 684 de 28 de outubro de 2009, que dispõe sobre serviços relacionados ao sistema de abastecimento e distribuição de água potável no Município.

Encaminha o consulente com a consulta, ofício encaminhado pelo Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Holambra, que traz consigo PARECER exarado pela Procuradoria daquele Poder Legislativo, sustentado em outro PARECER exarado por assessoria externa que indicam pela vigência e validada dos dispositivos contidos na Lei Municipal nº 684, de 28 de outubro de 2009, sob o argumento de que não houve revogação expressa da referida lei, pelas Leis Complementares nº 250 e 251/2013 do Município de Holambra e que as disposições contidas na Lei anterior não seriam incompatíveis com o novo ordenamento o que afastaria a possibilidade de revogação tácita.

É o que tínhamos a relatar.

PARECER

Da alteração do regime jurídico da prestação de serviços de água e esgoto no Município da Estância Turística de Holambra do regime tributário para o regime tarifário

Para que possamos esclarecer de forma precisa a questão aqui formulada inicialmente nos deteremos na alteração promovida pelas Leis Complementares nº 250 e 215/2013, que instituíram o Serviço de Água e Esgoto e Drenagem Urbana de Holambra – SAEHOL.

O regime de execução dos serviços de água e esgoto no Município da Estância Turística de Holambra anteriormente à criação do SAEHOL se dava da forma direta, sendo executado por Departamento integrado à Administração Direta do Município, sendo portanto, um regime de execução vinculado a uma retribuição por taxa e assim sob o regime tributário.

Ao instituir o SAEHOL o Município através das Leis Complementares nº 251 e 250/2013, também fixou um novo regime jurídico para a prestação de serviços de água e esgoto no âmbito Municipal,

estabelecendo a prestação de serviços por ente autônomo com outorga dos serviços vinculados a uma remuneração por preço público ou sob o regime tarifário.

Sobre o tema destacamos o entendimento de Eduardo de Moraes Sabbag, que *in* - http://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1998809/stj-na-sumula-407-se-manifesta-pela-natureza-de-preco-publico-do-imposto-atribuido-a-agua-permitindo-que-o-mesmo-seja-escalonado-ou-progressivo - que ao confrontar os dois institutos esclarece que ambos prestam ao suprimento dos cofres públicos de recursos em face do serviço público prestado. Mas diferem no tocante a razão de extração do recurso.

Vejamos os dispositivos constitucionais que estabelecem uma e outra:

> Art. 145 . A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:
> I - impostos;
> II - taxas , em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
> III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.
> 1° - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
> 2° - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.
>
> Art. 175 . Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
> Parágrafo único. A lei disporá sobre:
> I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;
> II - os direitos dos usuários;
> III - política tarifária ;
> IV - a obrigação de manter serviço adequado.

Desta forma, Para Sabbag o traço inerente que deve marcar a distinção entre uma e outra, consiste *na inerência ou não da atividade à função do Estado*. Se houver nexo entre a prestação e a atividade do Estado em sua função será taxa, do contrário, será tarifa.

Fica evidenciado que enquanto o serviço de água e esgoto de Holambra esteve sob a Administração Direta de Departamento Municipal específico, o regime existente era o regime tributário com

remuneração por taxa (art. 145, CF), e ao revés, com a nova ordem estabelecida pelo Sistema Normativo adotado pelas Leis Complementares nº 251 e 250/2013, com a outorga dos serviços a ente autônomo e possibilidade de sua concessão o regime jurídico foi integralmente modificado e disciplinado, passando a ser regime *tarifário* regido por um novo marco regulatório (art. 175, CF).

É evidente que existindo um novo *marco regulatório* fixado pelo conjunto de Leis Complementares acima indicado existiu uma regulamentação *integral da matéria* o que suscita a revogação do antigo sistema e regime também em sua integralidade como a seguir abordaremos.

Da revogação da Lei Municipal nº 684 de 28 de outubro de 2009 – aplicação do p. primeiro do art. 2º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB

Em que pese nosso respeito pelos PARECERES precedentes e que vieram com a consulta formulada, ousamos discordar, pois, não se trata aqui apenas de revogação por *incompatibilidade* da antiga norma ao novo marco regulatório para a prestação de serviços de água e esgoto no Município, mas, de *revogação tácita* por ter o novo ordenamento jurídico regulado *inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.*

Como já destacado no item antecedente do presente Parecer o conjunto de Leis Municipais Complementares 251 e 250/2013, estabeleceu um **novo regime jurídico** para a prestação dos serviços de água e esgoto, com a instituição de uma Autarquia Municipal, outorga dos serviços e previsão de possibilidade de concessão, motivo pelo qual se configura um novo marco regulatório para o setor, de regime tarifário e prestação sob outorga ou concessionada, o que evidentemente se configura em regular *integralmente a matéria de que tratava a lei anterior.*

Aplica-se neste caso, o disposto no p. primeiro do art. 2º, do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, antiga Lei de Introdução ao Código Civil – LICC, cuja denominação se viu modificada pela Lei Ordinária nº 12.376, de 30 de dezembro de 2010, passando a ser denominada Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB.

Assim, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB, em seu art. 2º, p. primeiro, estabelece expressamente o seguinte:

> §1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou ***quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.*** (grifamos)

Não discutiremos aqui a possibilidade da *revogação tácita* das leis, uma vez, que os que me precederam já assentaram a possibilidade de tal instituto. Todavia, destacamos que não é apenas pela *incompatibilidade* da lei antiga com a lei nova que se dá a sua revogação, mas, neste caso especialmente porque o novo marco regulatório disciplinou *integralmente a matéria de que tratava a lei anterior*, e, por conta disso a Lei Municipal nº 684, de 28 de outubro de 2009, se encontra revogada.

A Lei Municipal nº 684 de 28 de outubro de 2009, trata dos serviços de água e esgoto pelo sistema remuneratório tributário, com o lançamento de taxa e estabelece em seu bojo regulamento para prestação dos serviços pelo responsável. Assim, sob esse aspecto a mencionada Lei é incompatível com o novo

marco regulatório para o sistema de água e esgoto estabelecido pela Lei Complementar nº 251 de 28 de dezembro de 2013, que instituiu o regime de Administração Indireta, sob outorga, para os serviços de água e esgoto, com remuneração tarifária **e regulamentação pelo ente outorgado**, no caso o SAEHOL que **detém competência para regulamentar o sistema tarifário, como se constata do disposto no art. 6º, da supra referida Lei**.

Mas, não é somente isso. Pois, a nova lei, o novo marco regulatório, regulou integralmente a matéria tratada na lei anterior e por conta disso e principalmente por isso, a Lei aqui discutida se encontra revogada, nos termos da parte final, do p. primeiro, do art. 2º da LINDB.

Por fim, ao editar o ente outorgado o Regulamento da Concessão publicizado pelo Decreto nº 1.051, de 12 de março de 2015, com seu Anexo Único, expresso no seu art. 1º, o ciclo do novo marco regulatório se fecha, não havendo possibilidade de permanecer vigente dispositivo anterior que se funda em sistema tributário e prestação direta pelo ente público estatal.

Desta forma, a Lei Municipal nº 684 de 28 de outubro de 2009, que disciplinava o antigo modelo de gestão do sistema, se encontra revogada integralmente, isto porque o novo conjunto de leis instituiu o regime tarifário, Leis Complementares nº 250 e 251 de 2013, por Administração Indireta do sistema, estabelecendo o novo marco regulatório para o setor, disciplinou integralmente a matéria tratada na Lei revogada que não se encontra mais em vigor.

Nesse sentido, já decidiu o C. Superior Tribunal de Justiça como se infere do seguinte arresto:

> PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO. ARTIGO 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. Afasta-se a alegada negativa de prestação jurisdicional quando o Tribunal de origem, embora de forma diversa da pretendida pelo recorrente, rebater a tese impugnada. PREVIDENCIÁRIO. ÍNDICE DE REAJUSTE DE BENEFÍCIO. ARTIGO 41-A DA LEI Nº 8.213/1991, ACRESCIDO PELA Nº 11.430/2006. APLICAÇÃO. ESTATUTO DO IDOSO. LEI N. 9.711/1998. ULTRATIVIDADE AFASTADA. 1. Afasta-se a aplicação do IGP-DI, disposto no artigo 10 da Lei nº 9.711/1998, após a entrada em vigor da Lei nº 11.430/2006, que introduziu o artigo 41-A da Lei nº 8.213/1991. **2. Conforme o artigo 2º da LICC, ocorre a revogação tácita da lei na hipótese em que a matéria for regulada inteiramente pela nova legislação**. 3. Ao acrescentar o artigo 41-A à Lei nº 8.213/1991 - que determina o INPC como índice reajuste dos benefícios previdenciário -, a Lei nº 11.430/2006 disciplinou totalmente a matéria, afastando o índice de reajuste vigente desde maio de 1996, a saber, IGP-DI e, por consequência, revogou a Lei nº 9.711/98 no ponto. 4. A partir de 1º/4/2006, aplica-se o INPC para reajuste de benefício previdenciário, segundo o disposto no art. 41-A da Lei 8.213/91. 5. Com relação ao Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), há expressa determinação, em seu artigo 31, que aos pagamentos de parcelas relativas à benefícios em atraso deve incidir o

índice utilizado para os reajustamentos dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. 6. Não há como atribuir ultratividade à Lei nº 9.711/1998, por ser mais benéfica ao segurado, dado que tal possibilidade somente é permitida no âmbito criminal ou se o legislador o fizer expressamente. 7. Recurso especial provido.

(STJ - REsp: 1103122 PR 2008/0277375-8, Relator: Ministro JORGE MUSSI, Data de Julgamento: 16/06/2009, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/08/2009)

É evidente pela exegese do p. primeiro do art. 2º da LINDB, antigamente denominada LICC, que não é possível afastar a revogação tácita da Lei Municipal aqui comentada.

Isto posto pelos fundamentos acima delineados, nosso PARECER, S.M.J. é no sentido de que a Lei Municipal 684, de 28 de outubro de 2009, se encontra tacitamente revogada, em sua integralidade.

Rafael Angelo Chaib Lotierzo
OAB/SP 92.255

Pedro

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP
CNPJ 67.172.437/0001-83 – site: www.holambra.sp.gov.br / e-mail: gabinete@holambra.sp.gov.br

Capital Nacional das Flores

Oficio Especial

Estância Turística de Holambra, 2 de Julho de 2015.

Senhores Vereadores

É com grande alegria e satisfação que venho por meio do presente ofício convida-los para a **Solenidade de Inauguração do Centro de Convenções de Holambra**, a ser realizada no dia **18 de julho de 2015, às 20 horas.** O evento contará com uma apresentação especial da Orquestra Sinfônica de Campinas.

O primeiro Centro de Convenções da cidade, construído com recursos do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (DADE), do Governo do Estado, ao lado de um dos maiores monumentos turísticos da Região Metropolitana de Campinas, é mais um importante equipamento de valorização e fortalecimento do potencial de nossa estância para o setor.

Vossa presença, portanto, é muito importante e com toda certeza tornará ainda mais especial essa memorável ocasião.

Local: Rodovia SP-107, ao lado do Moinho Povos Unidos.

Atenciosamente,

Recebi em 15 de 07 de 2015

P.B. Weel

PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

FERNANDO FIORI DE GODOY
Prefeito Municipal

À

CÂMARA MUNICIPAL

Estância Turística Holambra

Câmara Municipal de Holambra

Numero de Protocolo **00503/2015**

Data **15/07/2015** Hora **14:48:00**

Procedência PODER EXECUTIVO

Assunto ENCAMINHANDO CONVITES PARA SOLENIDADE DE INAUGURAÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES DE HOLAMBRA

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal ARNALDO FARIA DE SÁ

Ofício n.º 0161-2015/CD/GABAFS

Brasília, 15 de junho de 2015.

Senhor Presidente,
Vereador Petrus Bartholomeus Weel

Acusamos o recebimento de sua correspondência, onde nos encaminha Moção 02/2015, de autoria do Vereador Geza Ferenc Gyorgy, e que foi alvo de nossas considerações por esta Casa estar discutindo as mudanças no Projeto da Reforma Politica.

Na oportunidade, vimos renovar nossos préstimos aqui no Congresso Nacional.

Arnaldo Faria de Sá
Deputado Federal – São Paulo
Vice-Líder do PTB

Ao Senhor
Vereador Petrus Bartholomeus Weel
Câmara Municipal Holambra
Rua Antonio Damásio Fillpini, 188 Centro
13825-0000 Holambra SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

CNPJ 67.172.312/0001-53

Ofício nº. 092/2015 – Gabinete da Presidência

Câmara Municipal, em 20 de maio de 2015.

Assunto: Encaminha Moção

Excelentíssimo Senhor Deputado,

Na qualidade de Presidente desta Casa de Leis, em cumprimento as normas regimentais, encaminhamos a Vossa Excelência, cópia da seguinte Moção:

Moção nº. 002/2015, de iniciativa do Vereador Geza Ferenc Gyorgy Arbocz, e outros.

A referida Moção foi apreciada e aprovada, em Sessão Ordinária realizada em 06 de abril de 2015, neste Legislativo.

Solicitamos o encaminhamento da mesma às lideranças partidárias.

Nossos votos de respeito e consideração.

Cordialmente,

PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

A Sua Excelência o Senhor,
ARNALDO FARIA DE SÁ
Deputado Federal
Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

MOÇÃO Nº. 002/2015

"Manifesta Apoio ao prorrogamento dos mandatos Municipais para 2018".

A Câmara de Vereadores da Estância Turística de Holambra, por intermédio de seus representantes, abaixo assinados, no intuito de colaborar com a reforma política ora em curso no Congresso Nacional, através desta Moção de Apelo, busca o seguinte:

Considerando que a gestão pública fica engessada a cada dois anos pelo atual sistema eleitoral, que tem eleições municipais e já no segundo ano a seguir tem eleições gerais a nível estadual e federal;

Considerando que a legislação eleitoral impede a assinatura de convênios na maior parte do ano que existe alguma eleição;

Considerando que o atual sistema eleitoral que permite uma reeleição para os cargos executivos, torna o processo passível de distorções para favorecer a busca desta nova candidatura para estes cargos;

Considerando ser altamente saudável para sistema de gestão pública nos três níveis: federal, estadual e municipal que as eleições venham a coincidir, de forma que apenas um ano seria travado com a falta de possibilidades de assinatura de convênios;

Considerando ainda que seria muito bom não mais existir a reeleição para o nível executivo, podendo-se entretanto introduzir um período de gestão de 5 anos ao invés de 4 anos;

Considerando que uma das alternativas para que esta coincidência de mandatos federais, estaduais e municipais possa acontecer, é de se ter eleições

Estado de São Paulo
CNPJ 67.172.312/0001-53
Tel.: (19) 3802-162
Telefax: (19) 3802-148

LIDO EM SESSÃO
06 / 04 / 2015
PRESIDENTE

APROVADO
FAVORÁVEIS 08
CONTRÁRIOS 00
ABSTENÇÕES 00
06 / 04 / 15
PRESIDENTE

Cont.Moção nº0002/2015

municipais com mandato de apenas 2 (dois) anos, o que implicaria em um elevado custo para um curto período de trabalho;

Considerando que quaisquer destas alternativas passam por uma reforma constitucional, propomos esta **MOÇÃO APOIO** para que a reforma constitucional seja apresentado para que os **ATUAIS MANDATOS MUNICIPAIS, DO EXECUTIVO E DO LEGISLATIVO SEJAM PRORROGADOS ATÉ 2018, COM A COINCIDÊNCIA DAS ELEIÇÕES A NÍVEL FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL ACONTECENDO JÁ NO ANO DE 2018.**

Diante de todos os argumentos acima expostos, apoiamos tais propostas e solicitamos aos nobres Colegas desta Casa o apoio a esta proposta a qual, deve ser amplamente discutida e deliberada.

Propomos, com respaldo contido no Artigo 210, Inciso III, do Regimento Interno, de nossa Edilidade, a presente **"MOÇÃO APOIO"**, e que, depois de consultado o Egrégio Plenário, seja encaminhada cópia da mesma, às demais Câmaras Municipais do nosso Estado, bem como aos Senhores Deputados Estaduais, Federais e Senadores, bem como os Presidentes de todos os Partidos Políticos do nosso Pais.

Sala das Sessões "Vereador Aparício de Almeida", em 04 de março de 2015.

GEZA FERENC GYORGY ARBOCZ
Vereador

Câmara Municipal de Holambra
Data: 12/03/2015 Hora: 08:56:00
Procedência: CÂMARA MUNICIPAL
Assunto: MANIFESTA APELO AO PRORROGAMENTO DOS MANDATOS MUNICIPAL PARA 2018, VER GEZA.
00175/2015

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-162
Telefax: (19) 3802-148

Cont.Moção nº0002/2015

Vereadores:

APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA

Sem Assinatura
EDUARDO DA SILVA

JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN
1ª Secretária

JESUS APARECIDO DE SOUZA

JOSÉ ZAN DA SILVA
Vice-Presidente

MAURO SÉRGIO DE OLIVEIRA

Sem Assinatura
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Presidente

SEBASTIÃO RIBEIRO DOS SANTOS
2º Secretário

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Igor Soares –Deputado Estadual

São Paulo, 27 de maio de 2015

Exmo. Sr. Vereador

Cumpre-me informar que recebi o r. ofício nº 077/2015, que trata sobre o envio da Moção nº 002/2015 de autoria do nobre Vereador Geza Ferenc Gyorgy Arbocz e outros que manifesta apoio a prorrogação dos mandatos Municipais para 2018.

Venho cordialmente informá-lo que como Líder da bancada do Partido Trabalhista Nacional – PTN, nesta Casa de Leis, acho louvável toda e qualquer manifestação que venha de encontro aos baluartes da democracia brasileira.

Somente com muito trabalho e dedicação é que somos capazes de realizar grandes feitos na reforma política que é assunto constante nos últimos anos. Ações como a apresentada pela Câmara Municipal de Estância Turística de Holambra vislumbram a preocupação dos Excelentíssimos Senhores Vereadores dessa urbe com a situação política do país.

Ao ensejo, aproveito e renovo protestos da mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Igor Soares
Deputado Estadual

Excelentíssimo Senhor
Petrus Bartholomeus Weel
DD Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra
Av. Tulipas, 45 – Centro – Holambra/SP
Cep: 13825-000

PALÁCIO 9 DE JULHO
Av. Pedro Álvares Cabral, 201 – T 117 – CEP 04097-900 – São Paulo – SP
Fones: 11 3886-6219 / 6220 – igorsoares@al.sp.gov.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
3 DE FEVEREIRO DE 1874

PODER JUDICIÁRIO
FORO DISTRITAL DE ARTUR NOGUEIRA DA COMARCA DE MOGI MIRIM
"Desembargador Emeric Levai"
Rua Treze de Maio, 140/150, Centro, CEP 13.160-000, (19) 3877-3122.

Ofício nº 87/2015.

Artur Nogueira, 29 de junho de 2015.

Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício nº 50/2015- Gabinete da Presidência, informo-vos que está em trâmite na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo o PLC nº 49/2014, que, entre outros pontos, prevê a elevação do Foro Distrital à categoria de Comarca de entrância Intermediária. Referido projeto ainda traz a possibilidade da criação de cargos, o que viabilizaria a presença de um segundo Juiz com a instalação de uma segunda vara para a comarca de Artur Nogueira. Nossa expectativa é de que o projeto seja aprovado ao final do segundo semestre.

Não obstante as iniciativas tomadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, há outras linhas de ação que poderiam contribuir para uma melhor prestação jurisdicional aos cidadãos das três cidades que compõem o nosso Foro Distrital (Artur Nogueira, Engenheiro Coelho e a Estância Turística de Holambra), mas que dependem da vontade política dos Executivos Estaduais e Municipais. Destaco a possibilidade de que as prefeituras firmem convênios para a criação de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC´s), ou Unidades Digitais de Atendimento Judiciário, mais adequadas ao perfil de Holambra, ajudando a reduzir o número de processos em tramitação por intermédio de conciliações e acordos nas fases pré-judicial e judicial dos litígios, acelerando a apreciação das causas remanescentes. Podem, ainda, firmar convênios para a construção de um novo prédio forense, pois o atual não conta com salão do Tribunal do Júri, sala para testemunhas, ambiente próprio para o reconhecimento de pessoas, além de não comportar a instalação da segunda vara, dentre outras limitações. Os municípios podem contribuir, ainda, com a cessão de servidores qualificados, por intermédio de convênio, suprindo a carência de servidores do quadro próprio do Tribunal. No âmbito da Casa das Leis, é possível a criação de lei fixando um valor mínimo

para o ajuizamento das execuções fiscais (sugestão: R$-1.200,00) e a adoção pelo Poder Executivo do protesto das Certidões de Dívida Ativa.

Além das medidas "caseiras" acima elencadas, na hipótese de não aprovação do Projeto antes mencionado, opino pela necessidade de desmembramento do Foro. A estância de Holambra tem maior ligação social, econômica e cultural com a Comarca de Jaguariúna (classificada na entrância intermediária), e que conta já com duas Varas Judiciais. Engenheiro Coelho, por sua vez, deveria fazer parte da futura Comarca de Conchal, de modo que a futura Comarca de Artur Nogueira ficaria competente apenas para atender a população da cidade de quem empresta o nome. Tal medida traria efeitos imediatos em termos de tempo de tramitação, pois, em uma linguagem mais didática, os processos de Holambra "competiriam" com um número menor de processos se redistribuídos a uma das Varas de Jaguariúna.

Em relação aos dados estatísticos solicitados, informo-vos que são públicos e poderão ser acessados por vossa assessoria nos ambientes virtuais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e do Conselho Nacional de Justiça.

Esperançoso de que as palavras acima possam contribuir para a evolução da questão no âmbito político, despeço-me renovando protestos de estima e consideração, augurando-lhe uma presidência proba e sem máculas, para o bem da população a quem serve.

Lucas Eduardo Steinle Camargo
Juiz de Direito do Foro Distrital de Artur Nogueira
Comarca de Mogi Mirim

Câmara Municipal de Holambra
Número de Protocolo 00468/2015
Data 30/06/2015 Hora 14:21:00
Procedência FORO DE ARTUR NOGUEIRA
Assunto ENC. OFICIO EM RESPOSTA AO OFICIO Nº50/2015.

Ao Ilustríssimo Senhor Vereador
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3 DE FEVEREIRO DE 1874
SÃO PAULO

SELO

Ao Ilustríssimo Senhor Vereador
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Presidente da Câmara Municipal da Estância
Turística de Holambra

Remetente: Fórum Distrital de Artur Nogueira
Rua 13 de Maio, 140 – Centro – Artur Nogueira SP – CEP 13160-000

RPC

CÂMARA MUNICIPAL DE
VALINHOS
PRESIDÊNCIA

Carta
0912523031/2013 - DR/SPI
Câmara Municipal
de Valinhos
CORREIOS

Exmo. Sr.
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Presidente

Câmara Municipal de Holambra
Avenida das Tulipas, n.º 45 – Centro
CEP: 13825-000 – Holambra/SP

Recebemos
Holambra, 05 de 05 de 15
15:16h

NOVO ENDEREÇO
Câmara Municipal de Valinhos
Rua Ângelo Antônio Schiavinato, n.º 59
Residencial São Luiz
CEP 13270-470 – Valinhos/SP

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
Rua José Milani, 15 - CEP 13270-200 - Valinhos - SP
Fone/Fax: (19) 3829-5355
site: www.camaravalinhos.sp.gov.br - e-mail: imprensa@camaravalinhos.sp.gov.br



Ofício nº 277 – GDEB/DF

Brasília-DF, 14 de abril de 2015.

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Holambra.

Senhor Presidente,

É com satisfação que, como representante eleito pelo povo do Estado de São Paulo para a Câmara Federal, me dirijo a essa Câmara de Vereadores, por intermédio de Vossa Excelência, colocando-me à disposição na busca de implementar medidas que busquem elevar a qualidade de vida e melhorar as relações sociais nos municípios.

É certo que, por questões formais, as Câmaras de Vereadores, por vezes, ficam impedidas de editar normas, ainda que sejam os locais mais próximos das pessoas e, portanto, mais conhecedora das angústias e problemas que afetam o dia-a-dia da população.

Assim, como policial federal no exercício do mandato de deputado federal, ratifico meu compromisso na defesa dos valores da família, no incentivo do setor produtivo e, principalmente, na valorização dos profissionais de segurança pública, ofertando, respeitosamente, meu gabinete para atendê-los da melhor forma possível, acolhendo as sugestões de Vossas Excelências.

Solicito, por fim, seja dado conhecimento do teor do presente a todos os demais Vereadores dessa Casa Legislativa.

Atenciosamente,

EDUARDO BOLSONARO
Deputado Federal – PSC/SP

Câmara dos Deputados – Praça dos Três Poderes — Anexo III – Gab.481
Brasília – DF – CEP 70960-900 – +55 (61) 3215 5481
dep.eduardobolsonaro@camara.leg.br – www.bolsonaro.com.br

Representação Política no Estado de São Paulo
Rua Rodolfo Troppmair, nº 97, Bairro Jardim Paulista
São Paulo – SP – CEP 04001-010 – +55 (11) 2365 1120

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

Of. GP/DP n.º 199/15

Valinhos, 16 de abril de 2015.

Prezado Senhor,

Valemo-nos do presente para, cumprimentando Vossa Excelência, encaminhar-lhe, para ciência, cópia da Moção n.º 19/2015, de Apoio à criação de Bilhete Único Regional e Intermunicipal, melhoria na qualidade dos serviços e intensificação das fiscalizações das operações, dos horários, dos locais de paradas e medidas de segurança.

A presente Moção, de autoria do vereador Lourivaldo Messias de Oliveira "Lorival", foi aprovada por unanimidade pelo plenário desta Casa de Leis em sessão do dia 14 de abril do corrente ano.

Ao ensejo, renovamos os protestos de nossa consideração e respeito.

SIDMAR RODRIGO TOLOI
Presidente

Exmo. Sr.
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Presidente
Câmara Municipal de Holambra
Holambra – SP

C.M.V.
Proc. Nº 927/15
Fls. 01
Resp.

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

MOÇÃO Nº 19 /2015

Exmo. Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

O Vereador Lourivaldo Messias de Oliveira requer, nos termos regimentais, à apreciação e aprovação do nobre Plenário, a presente **MOÇÃO DE APOIO** à Agencia Estadual de Regulação dos Serviços Públicos (ARTESP) e à Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU) para a criação de Bilhete Único Regional e Intermunicipal, melhoria na qualidade dos serviços e intensificação das fiscalizações das operações, dos horários, dos locais de paradas e medidas de segurança.

É de notório conhecimento que a Agencia Estadual de Regulação dos Serviços Públicos (ARTESP), por força do Decreto Estadual nº 29.913, de 12 de maio de 1989, possui a atribuição de regular, fiscalizar e controlar os serviços de Linhas de Transporte Urbano Intermunicipal.

Não obstante, segundo o Decreto Estadual nª 58.353, de 29 de agosto de 2012, compete a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU) fiscalizar e regulamentar o transporte intermunicipal dentro das regiões metropolitanas formalmente estabelecidas, ou seja, Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), Região Metropolitana de Campinas (RMC), Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) e Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN).

Considerando que o município de Valinhos está localizado na Região Metropolitana de Campinas, na atualidade composta por 20 municípios e de população estimada de 2,97 milhões de habitantes, ou seja, a cidade está situada dentro da área de atuação da EMTU, bem como da ARTESP.

Considerando que os munícipes de Valinhos e demais moradores da RMC não diferenciam uma cidade da outra quando saem ao trabalho, às compras, ao lazer, aos cultos religiosos, etc.

Considerando que a movimentação destes munícipes e de grande parcela de moradores da RMC ocorre através de ônibus suburbanos, sem lugares marcados, que podem, inclusive, transportar pessoas em pé, além de fazerem diversas paradas para embarque e desembarque de passageiros ao longo do trajeto.

Considerando que, nesta importante região metropolitana, são constantes as reclamações dos usuários sobre o alto valor da passagem, os atrasos, os

C.M.V.
Proc. Nº 927/15
Fls. 02
Resp.

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

descumprimentos de itinerários, os abusos de velocidade e frenagens bruscas, o desrespeito aos idosos e aos portadores de deficiências.

Diante de todo exposto, considerando a importância e relevância do presente tema, este Vereador propõe a presente **MOÇÃO DE APOIO** a Agencia Estadual de Regulação dos Serviços Públicos (ARTESP) e à Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São de Paulo (EMTU) para a criação de Bilhete Único Regional e Intermunicipal, melhoria na qualidade dos serviços e intensificação das fiscalizações das operações dos horários, dos locais de paradas e medidas de segurança, requerendo que após aprovada, da mesma seja dado conhecimento ao Governador do Estado de São Paulo, ao Secretário Estadual de Transporte, à ARTESP, à EMTU, às Prefeituras e Câmaras das cidades que compõe a Região Metropolitana de Campinas, ao Parlamento da Região Metropolitana de Campinas e à imprensa da região.

Atenciosamente,

Valinhos, 02 de março de 2015.

Lourivaldo Messias de Oliveira
Vereador

Léo Godói
Vereador - PT
Câmara: 3829-5355
Gabinete: 3829-5351

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente - GAEMA

GAEMA/PCJNúcleo-Campinas
Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 340 - Cidade Judiciária - Jardim Santana
Campinas- SP - CEP 13088-902 - Telefone (19) 3578-8334

Campinas, 13 de abril de 2015.

Ofício n.º 088/2015 – GAEMA/PCJ-Campinas
Ref.: Inquérito Civil nº- 14.1097.0000019/2013-0; instaurado visando cumprir as "Metas 1 e 2" do Plano Geral de Atuação do Ministério Público de São Paulo para o ano de 2013, bem como dar cumprimento à meta específica do GAEMA/PCJ-Núcleo Campinas, no que diz respeito, especificamente, às políticas de saneamento e gestão de resíduos do Município de Holambra, município da área do Núcleo PCJ-Campinas do GAEMA.

Excelentíssimo Senhor:

Na oportunidade em que cumprimento Vossa Excelência, venho, por meio do presente, nos autos do Inquérito Civil em epígrafe e com fulcro no artigo 129, inciso VIII, da Constituição Federal no artigo 26, I e II, da Lei Federal n. 8.625/1993, e no artigo 104, III, da Lei Complementar Estadual nº 734/1993, requisitar que, informe sobre o encaminhamento do Projeto de Lei nº 040/2014 para análise, informando sobre sua aprovação ou não tão logo haja votação pelo Poder Legislativo Municipal.

Recebi em 23 de 04 de 2015

PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

Atenciosamente,

RODRIGO SANCHES GARCIA
Promotor de Justiça
GAEMA/PCJ-Campinas

Ao Excelentíssimo Senhor
Petrus Bartolomeu Weel
Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Av. Tulipas, 45 - Centro
Holambra - SP
CEP: 13825-000

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Carta
dd/mm/aaaa
9912351267-DR/SPM/SPI
MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO
CORREIOS

17 ABR 2015

Ao Excelentíssimo Senhor
Petrus Bartolomeu Weel
Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Av. Tulipas, 45 - Centro
Holambra - SP
CEP: 13825-000

Recebemos
Holambra, 23 de abril de 15
16:50 horas

MOD. MP - 700-001

CORREIOS
REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY
AR
PESO / WEIGHT (kg)
JH 77126478 1 BR

REMETENTE:
GAEMA/PCJ NÚCLEO-CAMPINAS
AV. FRANCISCO X. ARRUDA CAMARGO, 340, 1º ANDAR.
CIDADE JUDICIÁRIA
CEP: 13088-902 CAMPINAS-SP

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

CENTRO ESPORTIVO TUBANTIA

Holambra, 15 de abril de 2015.

Assunto: 2ª Etapa do II Campeonato Team Penning / I Campeonato de Ranch Sorting Liga ABQM – ABC Paint - ABCCA

Recebi em 23 de 04 de 2015

P.B. Weel

PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

Senhor Presidente,

O Centro Esportivo Tubantia tem a honra de convidar vossa senhoria e demais vereadores para prestigiar a 2ª Etapa do II Campeonato Team Penning / I Campeonato de Ranch Sorting Liga ABQM – ABC Paint - ABCCA , em Holambra, a realizar-se aos 09 de maio de 2015 (sábado), às 9:30 horas, na Tubantia, na Alameda dos Eucaliptos, s/n.

Sua presença é muito importante para nós.

Atenciosamente,

Thomas Eysink

Ao excelentíssimo Senhor
Petrus Bartholomeus Weel
Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Câmara Municipal de Holambra
Data: 23/04/2015 Hora: 15:48:00
Procedência CENTRO ESPORTIVO TUBANTIA
Assunto CONVITE AOS VEREADORES PARA EVENTO NO DIA 09/05/2015 AS 09:30 HORAS.
Número de Protocolo 00301/2015

Endereço: Alameda dos Eucaliptos, s/n - Holambra SP
Caixa Postal 126 - **CEP** 13825-000 - **Telefone:** (0XX19)3802-1083
E-mail: tubantia@uol.com.br cel. 19-991986796/ 991184423

CENTRO ESPORTIVO TUBANTIA

Holambra, 15 de abril de 2015.

Assunto: 4ª Etapa do XVI Campeonato da Liga Regional Leste Paulista de Team Penning

Recebi em 23 de 04 de 2015

PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

Senhor Presidente,

O Centro Esportivo Tubantia tem a honra de convidar vossa senhoria e demais vereadores para prestigiar a 4ª Etapa do XVI Campeonato da Liga Regional Leste Paulista de Team Penning , em Holambra, a realizar-se aos 23 de maio de 2015 (sábado), às 9:30 horas, na Tubantia, na Alameda dos Eucaliptos, s/n.

Sua presença é muito importante para nós.

Atenciosamente,

Thomas Eysink

Ao excelentíssimo Senhor
Petrus Bartholomeus Weel
Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Câmara Municipal de Holambra
Data 23/04/2015 Hora 15:50:00
Procedência CENTRO ESPORTIVO TUBANTIA
Assunto CONVITE AOS VEREADORES PARA EVENTO NO DIA 23/05/2015 AS 09:30 HORAS.
Número de Protocolo 00302/2015

Endereço: Alameda dos Eucaliptos, s/n - Holambra SP
Caixa Postal 126 - **CEP** 13825-000 - **Telefone:** (0XX19)3802-1083
E-mail: tubantia@uol.com.br cel. 19-991986796/ 991184423

Correios

Recebi em 22 de 04 de 2015
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

Carta 00256/2015 - SONE/SUTEC/GESUV/SPI
Bauru/SP, 10 de abril de 2015.

Assunto: Reajuste de Tarifas

Prezado Senhor,

Mantendo a política de transparência e de diálogo com nossos parceiros comerciais, informamos que, conforme Portaria nº 1560 do Ministério das Comunicações de 08/04/2015, publicada no Diário Oficial da União, de 09/04/2015, foi autorizado o reajuste das tarifas postais, relativas aos serviços operados sob o regime de monopólio.

O Índice de Serviço Postal - ISP médio de reajuste foi de 9,329%, sendo os novos valores vigentes a partir de 10/04/2015.

O realinhamento efetivado visa manter o equilíbrio financeiro dos contratos celebrados com nossos clientes e atender às demandas da sociedade brasileira e da comunidade internacional.

Esclarecemos que os serviços concorrenciais não foram abrangidos pelo presente reajuste, que se limitou, apenas, àqueles prestados sob monopólio, conforme exposto no 1º parágrafo anterior.

Ressaltamos que, conforme previsto em contrato, novo reajuste somente ocorrerá posteriormente a 12 meses, contados a partir da data de início da vigência da tabela.

Atenciosamente,

Cibele Adriana Cunha Sanchez
Gerente de Suporte a Vendas
Diretoria Regional São Paulo Interior
ECT/DR/SPI

RI120244092BR

RI120244092BR

2ª DOBRA

CORREIOS

PRÉ-SELADO

CARTA via Internet

BRASIL

13/04/2015

Recebemos
Blumenau, 22 de abril de 2015
14:46h.

RI120244092BR

CAMARA MUN EST TUR HOLAMBRA
AVENIDA DAS TULIPAS 45, . - CENTRO
13825-000 HOLAMBRA-SP

335/750 (cviSimples.20150413175753-SC1)

1ª DOBRA

REMETENTE

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Praça Dom Pedro II, 4-55 1º Andar - Centro
17015-905 Bauru-SP

11813827

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

- Ausente
- Falecido
- Recusado
- Mudou-se
- Endereço insuficiente
- Não existe o número indicado
- Desconhecido
- Outros (Especificar)

DATA

RUBRICA DO RESPONSÁVEL

VISTO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Promotoria de Justiça de Artur Nogueira
Rua Treze de Maio, 140/150 – Centro – Artur Nogueira/SP
CEP:13160-000 - Fone/Fax: 3827-3585
email: pjarturnogueira@mpsp.mp.br

Ofício nº 243/2015

Artur Nogueira, 14 de abril de 2015.

Ao Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Av. das Tulipas, 45 - Holambra/SP
CEP 13825-000

Recebi em 22 de 04 de 2015
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

Assunto: **Inquérito Civil nº 14.0688.0000108/2015**

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 20 do Ato Normativo n.º 484-CPJ/2006 e do artigo 15, inciso III, do Ato Normativo n.º 664/2010, comunico a Vossa Senhoria a instauração do Inquérito Civil em epígrafe, consoante cópia da portaria que segue em anexo.

A fim de instruir os autos, com fundamento no artigo 8º, § 1º, da Lei 7347/85 (Lei da Ação Civil Pública), requisito-lhe, no **prazo de 30 dias** a contar do recebimento deste, que **responda aos seguintes questionamentos**:

a) O município possui Conselho Municipal do Idoso? Em caso positivo, encaminhar cópia da Lei Municipal que o criou, do Regimento Interno do órgão e a qualificação das pessoas que atualmente o integram. Em caso negativo, explicar o motivo da inexistência desse órgão e as providências que serão e estão sendo tomadas para suprir tal lacuna;

b) O município possui o Fundo Municipal do Idoso - FMI de que trata a Lei Federal nº 12.213/2010? Em caso positivo, encaminhar cópia da Lei Municipal que o criou e da Portaria que o regulamentou. Em caso negativo, explicar os motivos da inexistência do FMI e as providências que serão e estão sendo tomadas para suprir tal lacuna.

Informo-lhe que no site do Ministério Público do Estado de São Paulo (www.mpsp.mp.br) há cartilha específica com orientações sobre o tema e modelos de projetos de lei sobre a criação do CMI e do FMI, os quais poderão ser enviados pelo Ministério Público como subsídio à criação e implementação do CMI – Conselho Municipal do Idoso e FMI – Fundo Municipal do Idoso, caso necessário.

Atenciosamente,

Luis Henrique Scanferla
Promotor de Justiça Substituto

MP 41A

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA DE INQUÉRITO CIVIL Nº 14.0689.0000108/2015

Representados: Municípios e Câmara dos Vereadores de Artur Nogueira, Engenheiro Coelho e Holambra.

Objeto: Apuração da existência e funcionamento do Conselho Municipal do Idoso e do Fundo Municipal do Idoso, nos Municípios de Artur Nogueira, Engenheiro Coelho e Holambra.

Considerando que em contato com representantes do CREAS obtive a informação extraoficial dando conta da inexistência de Conselho Municipal do Idoso nos Municípios de Artur Nogueira e Holambra, com notícia, também extraoficial, da existência de Conselho Municipal do Idoso em Engenheiro Coelho, que demanda confirmação;

Considerando o desconhecimento deste Promotor de Justiça a respeito da criação e funcionamento do Fundo Municipal do Idoso nos Municípios de Artur Nogueira, Holambra e Engenheiro Coelho;

Considerando que o artigo 230 da Constituição Federal estabelece que *"A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida."*;

MP 41

Considerando que o artigo 7º da Lei nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso) estabelece que *"Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na Lei no 8.842, de 4 de janeiro de 1994, zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei."*;

Considerando que em conformidade com os artigos 6º e 7º da Lei nº 8.842/94 os Conselhos Municipais do Idoso *"serão órgãos permanentes, paritários e deliberativos, compostos por igual número de representantes dos órgãos e entidades públicas e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área"* atuando de forma decisiva sobre *"a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas"*;

Considerando que para consecução dos relevantes objetivos dos Conselhos dos Direitos do Idoso a Lei nº 12.213/2010 instituiu o Fundo Nacional do Idoso, destinado a financiar os programas e as ações relativas ao idoso com vistas em assegurar os seus direitos sociais e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, com simetria na esfera municipal em que deverá existir o Fundo Municipal do Idoso, criados ambos por Lei Municipal específica;

Considerando, por fim, que cabe ao Ministério Público, nos termos do artigo 74 da Lei nº 10.741/2003, a defesa intransigente de todos os direitos e garantias legais dos idosos, podendo fazê-lo por meio de ações judiciais, acordos extrajudiciais e recomendações, sugerindo ao Poder Público a adoção das

melhores medidas, com o escopo de evitar o descumprimento dos mandamentos legais, visando a cabal apuração dos fatos, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por seu promotor de Justiça que esta subscreve, instaura **INQUÉRITO CIVIL**.

Para tanto, determino as seguintes providências preliminares:

a) Registre-se no sistema SIS MP INTEGRADO, fazendo-se as comunicações previstas no Ato Normativo nº 665/2010-PGJ-CGMP, de 24 de novembro de 2010 (Área de Atuação: Direitos Humanos / Proteção ao Idoso; Tema/Assunto: Conselho Municipal do Idoso – funcionamento; e as seguintes observações: Criação e funcionamento de Conselho Municipal do Idoso e do Fundo Municipal do Idoso nos Municípios de Artur Nogueira, Engenheiro Coelho e Holambra);

b) Nomeio a Oficial de Promotoria Rosely kiyomi Sakuma Koki, lotada nesta Promotoria de Justiça, para secretariar o feito, juntando-se compromisso;

c) O objeto do Inquérito civil é "Apuração da existência e funcionamento do Conselho Municipal do Idoso e do Fundo Municipal do Idoso, nos Municípios de Engenheiro Coelho, Holambra e Artur Nogueira, ou causas da inexistência e providências para instalação";

d) Oficie-se aos representados, com cópia desta portaria, para que: 1) tomem conhecimento da instauração

deste Inquérito Civil (art. 20, do Ato Normativo nº. 484-CPJ, de 5 de outubro de 2006); 2) respondam aos seguintes questionamentos:

i) O município possui Conselho Municipal do Idoso? Em caso positivo, encaminhar cópia da Lei Municipal que o criou, do Regimento Interno do órgão e a qualificação das pessoas que atualmente o integram. Em caso negativo, explicar o motivo da inexistência desse órgão e as providências que serão e estão sendo tomadas para suprir tal lacuna;

ii) O município possui o Fundo Municipal do Idoso - FMI de que trata a Lei Federal nº 12.213/2010? Em caso positivo, encaminhar cópia da Lei Municipal que o criou e da Portaria que o regulamentou. Em caso negativo, explicar os motivos da inexistência do FMI e as providências que serão e estão sendo tomadas para suprir tal lacuna;

e) No corpo das notificações acima indicadas, seja informado aos representados que no *site* do Ministério Público do Estado de São Paulo há cartilha específica com orientações sobre o tema e modelos de projetos de lei sobre a criação do CMI e do FMI, os quais poderão ser enviados pelo Ministério Público como subsídio à criação e implementação do CMI e FMI.

f) Após as respostas, tornem conclusos para ulteriores deliberações.

Artur Nogueira, 18 de fevereiro de 2015.

Luis Henrique Scanferla
Promotor de Justiça Substituto

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ao Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Av. das Tulipas, 45 - Holambra/SP
CEP 13825-000

Carta
17 ABR 2015
9912235013-DR/SPM/SPI
MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO
CORREIOS

Recebemos
Holambra 22 de abril de 2015
14:46h

REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY
CORREIOS
AR
PESO / WEIGHT (kg)
RQ 66040896 9 BR

MOD. MP 700.004

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARTUR NOGUEIRA
RUA TREZE DE MAIO N.º 140/150 - CENTRO
CEP 13160-000 - ARTUR NOGUEIRA - SP

Holambra, 13 de Abril de 2015

Recebi em 14 de 04 de 2015
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

Ao
Exmo. Sr. Petrus Bartolomeus Weel
Presidente da Câmara Municipal da Est. Tur. de Holambra
Em mãos

Ref; LC 251 – criação do SAEHOL

Estimado Sr. Pedro,

Relendo a Lei Orgânica do Município, deparei-me com os seguntes dizeres:

"Artigo 15 - Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e, especialmente:

.....

VI - autorizar a concessão de serviços públicos;"

Considerando que a LC 251/2013 tem no seu artigo 2º. o seguinte texto:

"Art. 2º. – O SAEHOL exercerá sua ação em todo o Município da Estância Turística de Holambra, competindo-lhe, com exclusividade:

.....

c) operar, manter, conservar e explorar diretamente, autorizar, permitir, conceder ou manter sob contrato, convênio ou consórcio nos moldes das alíneas anteriores, os serviços de abastecimento de água potável e a coleta, afastamento e tratamento do esgoto sanitário, e, da drenagem urbana do Município.

Considerando que a SAEHOL iniciou o processo de licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, do tipo TÉCNICA E PREÇO, objetivando a outorga da concessão para prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário em caráter de exclusividade. incluindo a construção, operação e manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água, coleta, tratamento e disposição final dos esgotos, gestão dos sistemas organizacionais, comercialização dos produtos e serviços envolvidos, atendimento aos usuários, bem como a prestação dos serviços complementares do Município de Holambra sob regime de concessão de serviço público, previsto na Lei Federal no. 8.987/95.

Considerando que esta aprovação da LC 251/2013 e o início do processo de terceirização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento e tratamento do esgoto sanitário trazem no seu bojo um aparente conflito com o que está previsto na LOM, solicito que o

Rua Camélia, 62- Centro CEP 13825-000 Holambra – SP
Tel. 19-99186-3936
Email; garbocz@gmail.com

Depto. Jurídico da Câmara analise este aspecto para podermos seguir com a certeza de que todo este processo acima relatado não traz no seu bojo alguma inconsistência que possa juridicamente vir a prejudicar todo este processo da Concorrência Públia no. 01/2015 da SAEHOL.

Na certeza de que este parecer poderá ser exarado ainda esta semana, aproveito a oportunidade para manifestar-lhe as minhas

Cordiais Saudações,

Ver. Géza F. G. Árbocz

Câmara Municipal de Holambra

Número de Protocolo 00271/2015

Data: 13/04/2015 Hora: 15:08:00

Procedência CÂMARA MUNICIPAL

Assunto SOLICITA INF. SOBRE A LEI COMPLEMENTAR Nº.251 DE CRIAÇÃO DA SAEHOL, VER GEZA.

Rua Camélia, 62- Centro CEP 13825-000 Holambra – SP
Tel. 19-99186-3936
Email; garbocz@gmail.com

Telefônica | vivo

Exmo. Sr.
Petrus Bartholomeus Weel
MD. Câmara Municipal de
Holambra

CT R*R 001/2015
São Paulo, 31 de março de 2015.

Senhor Presidente,

A Telefônica Brasil S.A., Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, em cumprimento à Resolução nº 598 de 23/10/2012, vem por meio desta, informar a V. Exa., as obrigações previstas contidas no Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU, aprovado pelo Decreto nº 7.512 de 30/06/2011 para o período de 2011 a 2015. Informa também a relação de localidades atendidas no ano de 2014.

I. Metas de Acessos Individuais

1. Em todas as localidades com mais de 300 habitantes deve ser implantado o STFC e as solicitações de acessos individuais devem ser atendidas no prazo máximo de sete dias (art. 5° e §1°, PGMU);

2. As solicitações de acessos individuais em estabelecimentos de ensino regular, instituições de saúde, estabelecimentos de segurança pública, bibliotecas e museus públicos, órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, órgãos do Ministério Público, e órgãos de defesa do consumidor devem ser atendidas com prioridade (art. 6°, Inciso I e Parágrafo Único, PGMU);

3. Em localidades com acessos individuais devem ser asseguradas condições de acesso ao serviço para pessoas com deficiência, seja de locomoção, visual, auditiva ou de fala, que disponham de aparelhagem adequada à sua utilização, tornando disponível Centro de Atendimento para intermediação da comunicação e atendimento no prazo máximo de sete dias contado da solicitação do acesso individual (art. 7°, Incisos I e II, PGMU);

4. Em todas as localidades com acessos individuais, deve ser ofertado o AICE – Acesso Individual Classe Especial, ofertado exclusivamente ao assinante de baixa renda – com prazo máximo de instalação de sete dias (art. 8°, PGMU);

5. Deve ser ofertado acesso individual na Área Rural, por meio de plano alternativo de oferta obrigatória de serviço, exigível a partir da cobertura pela prestadora detentora da respectiva outorga de autorização de radiofreqüência definida no edital 004/2012/PVCP/SPV – ANATEL (art. 9°, PGMU).

II. Metas de Acessos Coletivos – Telefone de Uso Público - TUP

1. Deve ser disponibilizada, no Estado de São Paulo, por município, a densidade mínima de quatro TUP por grupo de mil habitantes. (art. 10, PGMU);

Telefônica Brasil S/A Diretoria de Assuntos Institucionais
Av. Eng. Luis Carlos Berrini, nº 1.376 - 29º andar
04571-000 -São Paulo – SP - Brasil
www.telefonica.com.br

2. Devem ser disponibilizados pelo menos três TUP por grupo de mil habitantes em cada localidade (art. 10 e § 3°, PGMU);

3. Nas localidades com acessos individuais, a concessionária deve assegurar a disponibilidade de acesso a TUP, na distância geodésica máxima de trezentos metros, de qualquer ponto dentro dos limites da localidade. (art. 11, PGMU);

4. Do total de TUP instalados em cada localidade, no mínimo cinqüenta por cento devem estar em locais acessíveis ao público, vinte e quatro horas por dia. (art. 12, PGMU);

5. Nas localidades com acessos individuais, os pedidos de instalação de TUP em estabelecimentos de ensino regular, instituições de saúde, estabelecimentos de segurança pública, bibliotecas e museus públicos, órgãos do Poder Judiciário, órgãos do Ministério Público e órgãos de defesa do consumidor, devem ser atendidos, mediante solicitação e no prazo máximo de sete dias (art. 13 e Parágrafo Único, PGMU);

6. Nas localidades com acessos individuais, pelo menos, dois e meio por cento dos TUP devem ser adaptados para pessoas com deficiência, seja auditiva, de fala ou de locomoção. O TUP adaptado deve ser instalado no prazo de sete dias contado da solicitação dos interessados, observados os critérios estabelecidos na regulamentação, inclusive quanto à sua localização e destinação, devendo todos os TUP estar adaptado às pessoas com deficiência visual (art. 14 e Parágrafo Único, PGMU);

7. Todas as localidades com mais de 100 habitantes devem dispor de pelo menos um TUP, acessível 24 horas por dia (art. 15, PGMU);

8. A concessionária deve assegurar atendimento com TUP, instalado em local acessível vinte e quatro horas por dia, mediante solicitação dos respectivos órgãos competentes, nos seguintes locais situados em área rural: escolas públicas, postos de saúde públicos, comunidades remanescentes de quilombos ou quilombolas, devidamente certificadas, populações tradicionais e extrativistas fixadas nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, assentamentos de trabalhadores rurais; aldeias indígenas, organizações militares das Forças Armadas, postos da Polícia Rodoviária Federal e aeródromos públicos.

As solicitações para Acessos Coletivos poderão ser realizadas através de documentos formais dos órgãos competentes (art. 17 da Res. 598/12 da Anatel) , que deverão ser enviadas para Caixa Postal 31.231 – CEP 01309-970, devendo conter, no mínimo, nome do local, o município, o estado da federação, uma referência sobre a localização do local solicitado, entidade solicitante, nome para contato e telefone.

A responsabilidade pelo cumprimento do disposto neste artigo, para locais situados à distância geodésica igual ou inferior a trinta quilômetros de uma localidade atendida com acesso individual é da concessionária do serviço na modalidade Local, com prazo de instalação em até 90 dias, contados da data de comunicação de cobertura pela prestadora detentora da respectiva outorga de autorização de radiofreqüência definida no edital 004/2012/PVCP/SPV – ANATEL. Para distâncias superiores a trinta quilômetros a responsabilidade de atendimento é da concessionária do serviço na modalidade Longa Distância Nacional e Internacional, em até noventa dias.

O cumprimento desta meta será exigível no percentual máximo anual de trinta por cento. (art. 16, § 3° e § 4°, PGMU);

9. Todos os TUP instalados pelas concessionárias do STFC na modalidade Local devem ter a capacidade de originar e receber chamadas locais e de longa distância nacional e internacional (art. 17, PGMU).

III. Metas de Postos de Serviços Multifacilidades em Área Rural – PSM.

1. A Concessionária de STFC deve ativar um PSM para atender cada Unidade de Atendimento a Cooperativa – UAC localizado em área rural, mediante solicitação do representante legal da cooperativa ou associação membro, nos termos do art. 6° da Lei n° 5.764, de 1971, no prazo máximo de 120 dias (art. 19, PGMU);

2. Cada PSM de UAC deve dispor de pelo menos um conjunto de instalações de uso coletivo que oferte, no mínimo, as seguintes facilidades: acesso de voz, acesso à internet, com velocidade mínima de transmissão de 64 Kbps e equipamentos que permitam a digitalização, impressão e envio de textos e imagens, bem como deve estar acessível ao

público em geral sete dias por semana, no mínimo oito horas por dia, buscando-se adequação do horário de funcionamento local. (art. 20, Incisos I ao III e Parágrafo Único – PGMU).

IV. Metas de Implementação da Infraestrutura de Rede de Suporte do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC para Conexão de Banda Larga – Backhaul

1. A Concessionária deve manter a capacidade de Backhaul – infraestrutura de rede de suporte do STFC para conexão em banda larga que interliga as redes de acesso ao backbone da operadora - nas sedes dos municípios, em sua respectiva área geográfica de concessão (art. 21 - PGMU);

2. A capacidade mínima de transmissão do Backhaul mencionada para atendimento aos municípios (art. 13-A - Decreto nº 6.424, de 4 de abril de 2008) considera a população do respectivo município, observando as seguintes disposições:

I - Em município de até 20.000 habitantes, capacidade mínima de 8 Megabits por segundo – Mbps, nas respectivas sedes;

II - Em município entre 20.001 e 40.000 habitantes, capacidade mínima de 16 Mbps nas respectivas sedes;

III - Em município entre 40.001 e 60.000 habitantes, capacidade mínima de 32 Mbps nas respectivas sedes;

IV- Em município acima de 60.000 habitantes, capacidade mínima de 64 Mbps nas respectivas sedes.

3. A Concessionária deve disponibilizar o acesso à infra-estrutura de Backhaul, nos termos da regulamentação aplicável, atendendo, preferencialmente, a implementação de políticas públicas para as telecomunicações (art. 22 - PGMU).

Esclarecemos que o termo localidade mencionado no texto, está conceitualmente definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, através do Ofício n.º 066/DGC, de 14 de julho de 2006, considerando, dentre outras características, a permanência e adjacências das edificações, conforme transcrito abaixo:

"Localidade: toda parcela circunscrita do território nacional que possua um aglomerado de habitantes caracterizado pela existência de domicílios permanentes e adjacentes, formando uma área continuamente construída com arruamento reconhecível ou disposta a uma via de comunicação."

Adicionalmente, informamos ainda, as localidades atendidas no ano de 2014 conforme abaixo relacionado.

Municipio	Localidade	Atendimento
Bragança Paulista	Morro Grande da Boa Vista	Individual
Bragança Paulista	Biriça do Valado	Individual
Borborema	Recanto e Rio da Onça	Individual
Panorama	Residencial Aldeia do Lago	Individual
Mineiros do Tietê	Recanto Vale Verde	Individual
Itú	Portal de São Tiago	Individual
Castilho	late Clube Urubupunga	Individual
Capão Bonito	Ferreira das Almas	Individual
Tietê	Bela Vista	Individual
Ubatuba	Camburi (Quilombo)	Coletivo
Boituva	Campos de Boituva	Individual
São Manuel	Cataneo Angelo	Individual
Sebastianópolis do Sul	Vila Sena	Coletivo
Tuiuti	Pantano	Individual
Anhembi	Vilarejo dos Pescadores	Coletivo
Ibiuna	Bairro Saltinho	Individual
Itapeva	Bairro Avencal	Coletivo
Sales	Mirante do Tiete	Individual

Telefônica | vivo

Estas previsões estão sendo comunicadas, também ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos Prefeitos Municipais, aos Presidentes de Câmaras Municipais do Estado de São Paulo e aos Secretários Municipais de Educação e Saúde na nossa área de concessão.

Mais uma vez, a Telefônica Brasil S.A. vem reafirmar o seu comprometimento com a consolidação do setor de telecomunicações, bem como seus compromissos com seus usuários e a sociedade em geral.

Informamos que quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas pela Diretoria de Assuntos Institucionais, através dos seguintes canais:

- Pelo telefone 0800-7715-119 no horário das 09:00 às 17:00 horas de 2ª a 6ª. feira;
- Por carta para o endereço: Rua Araújo Leite, 19-70 - 2º andar 17015-341 - Bauru - SP;
- Pelo fax 14-3104-2480

Por oportuno, colocamo-nos à disposição de V. Exa., renovando nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Enylson Flavio Martinez Camolesi
Diretor de Relações Institucionais e Corporativas
Telefônica Brasil S.A

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.campinas.sp.leg.br

R. 269/15

Campinas, 27 de fevereiro de 2015.

À
Câmara Municipal de Holambra

Estamos encaminhando cópia de inteiro teor do Requerimento nº **269/2015**, de autoria do Vereador Luiz Rossini, devidamente aprovado na **7ª** Reunião Ordinária.

Atenciosamente,

Rafa Zimbaldi

Rafa Zimbaldi
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.camaracampinas.sp.gov.br

APROVADO
25 FEV. 2015
SALA DE REUNIÕES
Presidente

REQUERIMENTO DE APLAUSO 269 2015

Aplaude o deputado Chico Sardelli, do Partido Verde, por assumir a presidência da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Em São Paulo, diferente dos demais estados do país, os deputados estaduais eleitos para a Assembleia Legislativa tomam posse no dia 15 de março. O deputado estadual Samuel Moreira (PSDB), atual presidente da Mesa Diretora da ALESP, foi eleito deputado federal e tomou posse em primeiro de fevereiro, deixando a presidência da Casa para o atual vice-presidente, deputado Chico Sardelli, do Partido Verde, que exercerá o cargo até as próximas eleições, marcada para mesma data em que os deputados eleitos darão início aos seus mandatos na nova legislatura (15.03.2015).

Chico Sardelli tem 58 anos, é formado em administração de empresas, com especialização em Roma (Itália) e Los Angeles (Estados Unidos) e atua como empresário. Iniciou sua vida pública na cidade de Americana (SP), na década de 90, época em que também foi presidente municipal do Partido da Frente Liberal (PFL). Exerceu, como suplente, o mandato de deputado federal pelo PFL nas legislaturas de 1999-2003 e 2003-2007.

Além do PFL, teve rápidas passagens pelo PL e PSDB, filiando-se ao Partido Verde em meados de 2005. Em 2006 foi eleito deputado estadual, se reelegendo posteriormente para mais duas legislaturas consecutivas. Neste ínterim, por duas vezes foi líder do PV e Presidente Comissão de Meio Ambiente na Casa. Na metade da última legislatura, foi eleito vice-presidente da Mesa Diretora da ALESP, assumindo a presidência em primeiro de fevereiro de 2015.

Unidade Estadual do IBGE de São Paulo - UE/SP
Ag. do IBGE em Amparo
Av. Bernardino de Campos, 705
Amparo - SP - CEP 13900 400
tel.: (19) 3807-3280 - 38082251
agamparo@ibge.gov.br
www.ibge.gov.br

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Oficio nº 02 de 19 de março de 2015.

Excelentissimo Senhor
Petrus Bartholomeus Weel
Presidente da Câmara Municipal de Holambra

A Fundação IBGE, órgão público federal, vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que tem a missão de "Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania", realizará no dia 27/03/2015, as 10:00h, a 4ª reunião da Comissão Municipal de Estatística Agropecuária de Holambra, com o objetivo de fazer o levantamento da produção agropecuária do município.

Diante do exposto, solicitamos a Vossa Excelência, disponibilizar uma sala na Câmara Municipal para realização desta reunião.

Certos da especial atenção de Vossa Excelência, dada a importância destas informações, agradecemos antecipadamente, e deixamos o IBGE de Amparo/SP ao inteiro dispor para esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Edna Satomi Hanzawa Mitsuiki
Chefe da Agência do IBGE em Amparo

Recebi em 20 de 03 de 2015
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

Câmara Municipal de Holambra
Numero de Protocolo 00197/2015
Data: 23/03/2015 Hora: 14:19:00
Procedência IBGE
Assunto SOLICITA PLENARIO NO DIA 27/03/2015 AS 10:00 PARA REUNIÃO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL
SUBSECRETARIA DE RELACIONAMENTO COM MUNICÍPIOS

São Paulo, fevereiro de 2015

Exmo. Senhor
Petrus Bartholomeus Weel
Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Holambra – SP

Protocolo nº 168.051/14

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Fazemos referência ao Ofício nº 141/2014 – Gabinete da Presidência, de 18/11/14, endereçado ao Governador Geraldo Alckmin, por meio do qual V. Exa. encaminha a Moção nº 013/2014, de sua iniciativa em conjunto com os nobres Vereadores Jacinta Elizabeth Van Den Broek Heijden, Sebastião Ribeiro dos Santos e José Zan da Silva, que solicitam a criação da Secretaria de Proteção, Defesa e Bem-Estar Animal do Estado de São Paulo, pelos motivos que especificam.

Encaminhamos a solicitação para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente que se manifestou a respeito em 03/02/15 conforme segue:

> **"A Moção em questão justifica que a criação de uma secretaria específica asseguraria o direito constitucional de proteção à fauna e coibiria as práticas que colocam em risco sua função ecológica e provocam a extinção de espécies ou submetem os animais à crueldade. Ainda, acrescenta que a defesa animal trata-se de questão humanitária, de saúde pública e de meio ambiente.**
> **Informamos que o Estado de São Paulo exerce seu dever constitucional de proteção da fauna no âmbito de seu território por meio da atuação de quatro Secretarias com diferentes enfoques:**
> **a. A Secretaria da Agricultura e Abastecimento atua nas questões voltadas à produção animal para utilização humana;**
> **b. A Secretaria da Saúde trabalha com as questões de zoonoses, visando principalmente à saúde da população humana;**
> **c. A Secretaria do Meio Ambiente tem suas ações voltadas na conservação da fauna silvestre e atua, ainda, por meio de repasse de recursos financeiros, no controle populacional de caninos e felinos domésticos.**
> **d. A Secretaria de Segurança Pública atende as denúncias e atua coibindo os maus tratos aos animais, considerado crime ambiental.**

Ressalta-se que as políticas públicas e ações específicas desenvolvidas no âmbito das Secretarias Estaduais levam em consideração e priorizam os aspectos de bem-estar animal, a coibição de crimes contra a fauna (especialmente maus tratos), bem como aspectos que coloquem em risco a conservação da fauna silvestre e a saúde pública.
Diante do exposto, entendemos não ser pertinente a alteração da estrutura organizacional do Governo do Estado com a implantação de uma nova Secretaria."

Colocamo-nos à disposição e aproveitamos a oportunidade para enviar a V.Exa. os nossos cordiais cumprimentos.

Atenciosamente,

Rubens E. Cury
Subsecretário da Casa Civil

SRM/eb

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

detran.sp

Ofício n.º 366/15

São Paulo, 13 de março de 2015.

Excelentíssimo Senhor,

Tenho a honra de cumprimentá-lo e na oportunidade, convidá-lo para participar do ***"ENCONTRO REGIONAL DETRAN-SP/PREFEITURAS – REGIÃO CAMPINAS II",*** no qual a Presidência do DETRAN-SP apresentará os conceitos e diretrizes do seu novo modelo de atuação.

O Governo do Estado está dando continuidade ao projeto de modernização do DETRAN-SP, iniciado há 4 anos. O objetivo desse diálogo é compartilhar com cada uma das Prefeituras o estágio do trabalho desenvolvido, seus progressos, suas dificuldades, aferindo resultados e programando sua ampliação.

O evento será realizado no **dia 23 de março de 2015**, às **14horas**, na Estação Educação, localizada na Rua Conde de Parnaíba, s/n – no Centro de Mogi Mirim.
Por favor, confirmar no e-mail: presidenciadetran@sp.gov.br até 18/03/15.

Contamos com sua presença, participação e contribuição na construção do Novo DETRAN-SP.

Daniel Annenberg

DANIEL ANNENBERG
Diretor Presidente
DETRAN-SP

Ao
Excelentíssimo Senhor,
Petrus Bartholomeus Weel
Presidente da Câmara Municipal de Holambra

Sumaré, 27 de Janeiro de 2015.

Oficio Gab. n° 43/2015

Excelentíssimo Senhor
Petrus Bartholomeus Weel
Presidente da Câmara Municipal de Holambra

Ref.: Comunica nova composição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Sumaré para o Biênio 2015/2016.

Sirvo- me do presente para comunicar a Vossa Excelência nossos cumprimentos, bem como levar ao vosso conhecimento a nova composição da Mesa Diretora desta Casa Legislativa, assim composta:

PRESIDENTE: Welington Domingos Pereira – PROS
VICE-PRESIDENTE: João Maioral – PDT
1° SECRETÁRIO: Marcos da Conceição – PT
2° SECRETÁRIO: Clauduir Aparecido Menes – PSB

Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência e nobres pares, os meus protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-nos a disposição deste conceituado Legislativo.

WELINGTON DOMINGOS PEREIRA
Presidente da Câmara Municipal de Sumaré

CÂMARA MUNICIPAL DE VINHEDO
ESTADO DE SÃO PAULO

Ofício Circular nº 3/2015 – GP

Vinhedo, 21 de fevereiro de 2015.

Senhor Presidente,

Encaminhamos a composição da nova Mesa Diretiva deste Legislativo para o Biênio 2015/2016, eleita em Sessão Ordinária realizada no dia 15 de dezembro de 2014 e, colocando-nos a disposição, reiteramos nossos protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

MÁRCIO MELLE
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Avenida Tulipas, 45 - Centro
13825-000 – Holambra - SP

Reeleito deputado estadual no ano passado pelo Partido Verde com 68.721 votos, Chico Sardelli, foi ainda chefe do escritório do governo do Estado de São Paulo em Brasília no período de 2003-2004.

Atualmente é coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Setor Têxtil e de Confecção do Estado de São Paulo e da Frente Parlamentar em Defesa das Guardas Municipais. Atua também como nembro efetivo da Comissão de Transportes e Comunicações e como presidente da Comissão de Assuntos Desportivos. Enquanto presidente da Comissão de Meio Ambiente, em 2009, teve importante atuação na discussão e aprovação da lei do Executivo que instituiu a Política Estadual de Mudanças Climáticas no Estado de São Paulo.

Chico Sardelli tem como uma de suas principais características ser um homem público presente e atuante, atento às necessidades das cidades paulistas, exercendo o mandato com coerência e seriedade. Com seu trabalho, o deputado Chico Sardelli sempre honrou os votos que recebeu, correspondendo a confiança daqueles que o escolheram como seu representante.

Em seus mandatos como deputado, Chico Sardelli já apresentou mais de 90 projetos, tem 35 leis aprovadas, além de diversos requerimentos de informação e indicações. Todas as ações refletem sua preocupação com os interesses da sociedade.

Chico Sardelli dedica-se integralmente ao mandato de deputado, nunca deixando de ter contato com a população que o elegeu, apresentando projetos importantes, participando das discussões e votações em plenário, intermediando recursos para os municípios, atendendo vereadores e prefeitos, encaminhando as reivindicações da comunidade, atuando efetivamente para uma melhor qualidade de vida da população.

O deputado Chico Sardelli também é membro da direção nacional do Partido Verde, 2º Vice-Presidente do Diretório Estadual do PV-SP e Presidente do PV de Americana.

Diante do exposto, apresentamos o presente Requerimento de Aplauso pela posse do deputado Chico Sardelli do Partido Verde como presidente da honrosa Assembleia Legislativa de São Paulo.

Que do deliberado seja dada ciência à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de São Paulo e todas às Câmaras de Vereadores dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Campinas.

Sala das Reuniões, 25 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos **Rossini**
Vereador /PV

Pedro Weel - Camara Municipal Holambra

De: agamparo@ibge.gov.br
Enviado em: quinta-feira, 19 de março de 2015 16:46
Para: presidencia@camaraholambra.com.br; Géza Árbocz; jacinta@camaraholambra.com.br; Aparecido Lopes da Silva Lima
Assunto: IBGE - reserva de sala
Anexos: Ofício câmara de holambra.pdf

Excelentíssimo Senhor Petrus Bartholomeus Weel,

Respeitosamente nos dirigimos a Vossa Excelência para solicitar a disponibilização de uma sala na Câmara Municipal de Holambra, conforme o ofício que segue anexo, para a realização da reunião da Comissão Municipal de Estatísticas Agropecuárias, da qual participam o IBGE, a Casa da Agricultura, produtores e representantes da Câmara e da Prefeitura Municipal, no dia 27/03/2015, as 10:00h.

à 6ª F.

Atenciosamente,

Edna Satomi Hanzawa Mitsuiki
Chefe de agência
Agência IBGE Amparo (SP)
agamparo@ibge.gov.br
(19) 3807-3280/3808-2251/3817-9330
Av. Bernardino de Campos, 705
Bairro Ribeirão
13900-400
Amparo/SP

Nossa Missão:
Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.

Esta mensagem é reservada. Sua divulgação, distribuição, reprodução ou qualquer forma de uso é proibida e depende de prévia autorização desta Instituição. O remetente utiliza o correio eletrônico no exercício do seu trabalho ou em razão dele, eximindo esta Instituição de qualquer responsabilidade por utilização indevida. Se você recebeu esta mensagem por engano, favor eliminá-la imediatamente.

This message is reserved. Its disclosure, distribution, reproduction, or any other form of use is prohibited and shall depend upon previous proper authorization. The sender uses electronic mail in the exercise of his/her work or by virtue thereof, and the Institution accepts no liability for its undue use. If you have received this e-mail by mistake, please delete it immediately.

20/03/2015

deferido pelo Sr. Presidente.

REINALDO AMÉLIO TAGLIARI
Diretor Geral Legislativo

Camara de Holambra

De: Camara de Holambra [camaraholambra@camaraholambra.com.br]
Enviado em: segunda-feira, 23 de março de 2015 14:31
Para: 'agamparo@ibge.gov.br'
Assunto: DEFERIMENTO DE LOCAL PARA REUNIÃO

BOA TARDE,

COM OS NOSSOS RESPEITOSOS CUMPRIMENTOS, ACUSAMOS O RECEBIMENTO DE VOSSO OFÍCIO 02 DE 19 DE MARÇO, PELO QUAL SOLICITAM A LIBERAÇÃO DE LOCAL PARA REUNIÃO. CONFORME O SOLICITADO, COMUNICAMOS QUE ESTÁ À DISPOSIÇÃO DESTE CONCEITUADO ORGÃO, O PLENÁRIO DESTA CASA, COM MELHORES ACOMODAÇÕES, PARA O SUCESSO DE VOSSA REUNIÃO.

ATENCIOSAMENTE

'RUS BARTHOLOMEUS WEEL - PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ

ESTADO DE SÃO PAULO



CDD SUMARÉ - DR/SPI
23 FEV 2015
SUMARÉ-DR/SPI

Excelentíssimo Senhor
Petrus Bartholomeus Weel
Presidente da Câmara M. Holambra
Av. das Tulipas n° 45 Centro
13.825.000

Recebemos
Holambra, 16 de Março de 15
8:55

D.H.
23 FEV 2015

TRAVESSA 1º CENTENÁRIO, 32 CENTRO - CEP 13170-370 · MARÉ - SP - FONES: (19) 3883-8810 / 38838833 - FA[illegible]19) 3873-1865

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

Carta
9912224271/2008-DR/SPI
C. M. CAMPINAS
CORREIOS

À Presidência da Câmara Municipal de Holambra
Rua Av. Tulipas, 45 - Centro
Holambra - SP
CEP: 13825-000.

Recebemos
Holambra, 23 de Março de 15
9:12

Data de postagem

10/03/15

Cópia p/ Eduardo

COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETIVA DA CÂMARA DE VEREADORES DE VINHEDO 2015/2016

Presidente:	**MÁRCIO MELLE – PSB**
Vice-Presidente:	**JOSÉ ROBERTO GOMES DA SILVA JÚNIOR (JÚNIOR CHOCA) - SDD**
1º Secretário:	**Dr. ALEXANDRE DE SOUZA VIOLA – PPS**
2º Secretário:	**VALDECIR SOUZA DOS SANTOS (VAL SOUZA) – PTB**

VEREADORES:
ANA LUIZA GENEZINI – PTB
APARECIDO ANTONIO DIAS (BACURAU) – PTB
Dr. DARIO PACHECO DE MORAES – PSDB
EDUARDO CÉSAR GELMI – PMDB
JOSÉ HAMILTON PORT - PROS
MARTA LEÃO – PSD
PAULO ALEXANDRE PALMEIRA – PSB
RODRIGO PAIXÃO – PSOL
RUBENS NUNES – PR
VALDENIR RAMOS DA SILVA (NIL RAMOS) – PROS
VALDIR BARRETO – PSOL

Câmara Municipal de Americana
Estado de São Paulo

Ofício Especial - CMA

Americana, 23 de fevereiro de 2015.

Assunto: **Composição da Mesa Diretora**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Temos a grata satisfação de comunicar a Vossa Excelência que em Sessão Solene, realizada em 19 de dezembro de 2014, foi eleita a Mesa Diretora que dirigirá os trabalhos desta Casa de Leis, no biênio 2015-2016, ficando assim constituída:

Presidente: **PEDRO PEOL – PV**
Vice-Presidente: **LUCIANO CORRÊA - SDD**
Primeiro Secretário: **ADELINO LEAL - PT**
Segundo Secretário: **DAVI RAMOS – PC DO B**
Terceiro Secretário: **LUIZ DA RODABEN - PP**
Quarto Secretário: **TONHÃO DO VETERANOS – PMDB**

DEMAIS VEREADORES

Antonio Carlos Sacilotto - PSDB
Celso Zoppi - PT
Dr. Alfredo Ondas - PMDB
Dr. Otto Kinsui - PMDB
Dr. Ulisses Silveira - PV
Eduardo da Farmácia - SDD
Joãozinho do Quiosque - PSB
Leonora do Postinho - PPS
Moacir Romero - PT
Odair Dias - PV
Paulo Chocolate – PSC
Téo Feola – PC do B
Valdecir Duzzi - SDD

Aproveitamos o ensejo para colocar essa Casa de Leis a seu inteiro dispor e estender-lhe protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

PEDRO PEOL
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Petrus Bartholomeus Weel
Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Av. Tulipas, 45 - Centro
CEP 13825-000 - Holambra - SP
/rfl

Câmara Municipal de Carapicuíba

Estado de São Paulo

Ofício Circular nº 001/2015

Carapicuíba, em janeiro de 2015.

Tenho a honra de lhe comunicar que, na 33ª Sessão Ordinária, realizada no dia 22 de outubro de 2014, foi eleita a Mesa Diretora que dirigirá os trabalhos deste Legislativo Municipal no biênio de 2015/2016, ficando assim constituída:

Presidente	*: Abraão José da Costa Júnior*	**- PT**
Vice-Presidente	*: Francisco Fernandes Teixeira*	**- PMDB**
1º Secretário	*: Flávio Silva de Freitas*	**- PRP**
2º Secretário	*: Paulo Xavier de Albuquerque*	**- PSDB**
3º Secretário	*: José Wanderley de Andrade*	**- PDT**

Segue abaixo a relação dos Vereadores da 12ª Legislatura:

Abraão José da Costa Júnior	PT	*Jefferson Soares de Macedo*	PRP
Alexandre Simões Pimentel	PT	*José Salvador da Silva*	PRB
André Luiz dos Santos	PHS	*José Wanderley de Andrade*	PDT
Carlos Roberto Mendes Peixoto	PR	*Marciano Fernandes da Silva*	PT
Elias Fernandes Cassundé	PMDB	*Orcival Crepaldi*	PMDB
Flávio Silva de Freitas	PRP	*Paulo Xavier de Albuquerque*	PSDB
Francisco Fernandes Teixeira	PMDB	*Ronaldo de Souza*	PSC
Gilmara Almeida Gonçalves Rievrs Oliveira	PSC	*Sérgio Fernandes Filho*	PRB
		Sônia Maria Esteves dos Santos	SOLIDARIEDADE

Ao ensejo, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos votos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Abraão José da Costa Júnior
Presidente

Avenida Mirian, 92 – Centro – Carapicuíba – SP. (11) 4184-2733 – Fax: (11) 4183-1655

Carla - Camara Municipal Holambra

De: Câmara Municipal de Carapicuíba [cmc.presidencia@uol.com.br]
Enviado em: segunda-feira, 23 de fevereiro de 2015 11:05
Para: camaram.iaras@laser.com.br; camiacri@webcruz.com.br; camara@iacanga.com.br; ass.camara.hort@bol.com.br; carla@camaraholambra.com.br; herculandia@itelefonica.com.br; cm_guzolandia@ig.com.br; cam.guatapara@uol.com.br; diretoriaplenario@camaraguarulhos.sp.gov.br; administrativo@camaraguaruja.sp.gov.br; celia@cmguariba.sp.gov.br; guarei@terra.com.br; camara@provale.com.br; camaramg@osite.com.br; camungps@terra.com.br; camaragu.blv@terra.com.br; gilmarflorian@hotmail.com; camaraguaraci@ig.com.br; camara@clickrede.com.br; camaramguara@netsite.com.br; camaraguapiara@camaraguapiara.sp.gov.br; camguapi@netone.com.br; camara@enetec.com.br; camaradeguaicara@itelefonica.com.br; cmglicerio@ig.com.br; cmgetulina@hotmail.com; camarasalgado@terra.com.br; cmgp@sunrise.com.br; cmgastaovidigal@votuporanga.com.br; camara@cmgarca.sp.gov.br
Assunto: Mesa Diretora - biênio 2015-2016
Anexos: Oficio Circular n 001-2015 - Mesa Diretora 2015-2016.pdf

Bom Dia!

Encaminho anexo ao presente e-mail, arquivo contendo o Ofício Circular nº 001/2015, subscrito pela Presidência desta Casa de Leis, através do qual informamos a composição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Carapicuíba, biênio 2015/2016; bem como os demais Vereadores que compõem o Poder Legislativo Carapicuibano, atualmente.

Att,

Renata Martins

Setor de Expediente e Protocolo Geral

(11) 4184-2733 / (11) 4553-5134

Câmara Municipal de Americana

PRAÇA DIVINO SALVADOR, 05 - CEP 13465-689 - AMERICANA - SP

PB200226 3EB743

BRASIL

Correios

R$ 01,30

26.02.15 - 14:50

CARTA

AGF VILA PAVAN/SPI

A Sua Excelência o Senhor
Petrus Bartholomeus Weel
Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Av. Tulipas, 45 - Centro
CEP 13825-000 - Holambra - SP

Recebemos

Holambra, 12 de Março de 15

09:01

CÂMARA MUNICIPAL DE VINHEDO

ESTADO DE SÃO PAULO





A Sua Excelencia o Senhor
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Av. Tulipas, 45 - Centro
13825-000 - Holambra - SP

Recebemos

Holambra, 16 *de* Março *de* 15

8:55

Remetente: **CÂMARA MUNICIPAL DE VINHEDO**

Endereço: **AVENIDA DOIS DE ABRIL, 78 - CENTRO**
CAIXA POSTAL 11 - VINHEDO - SP

CEP | 1 | 3 | 2 | 8 | 0 | - | 0 | 0 | 0 |

NOVA ODESSA
EXERCITANDO A INCLUSÃO.

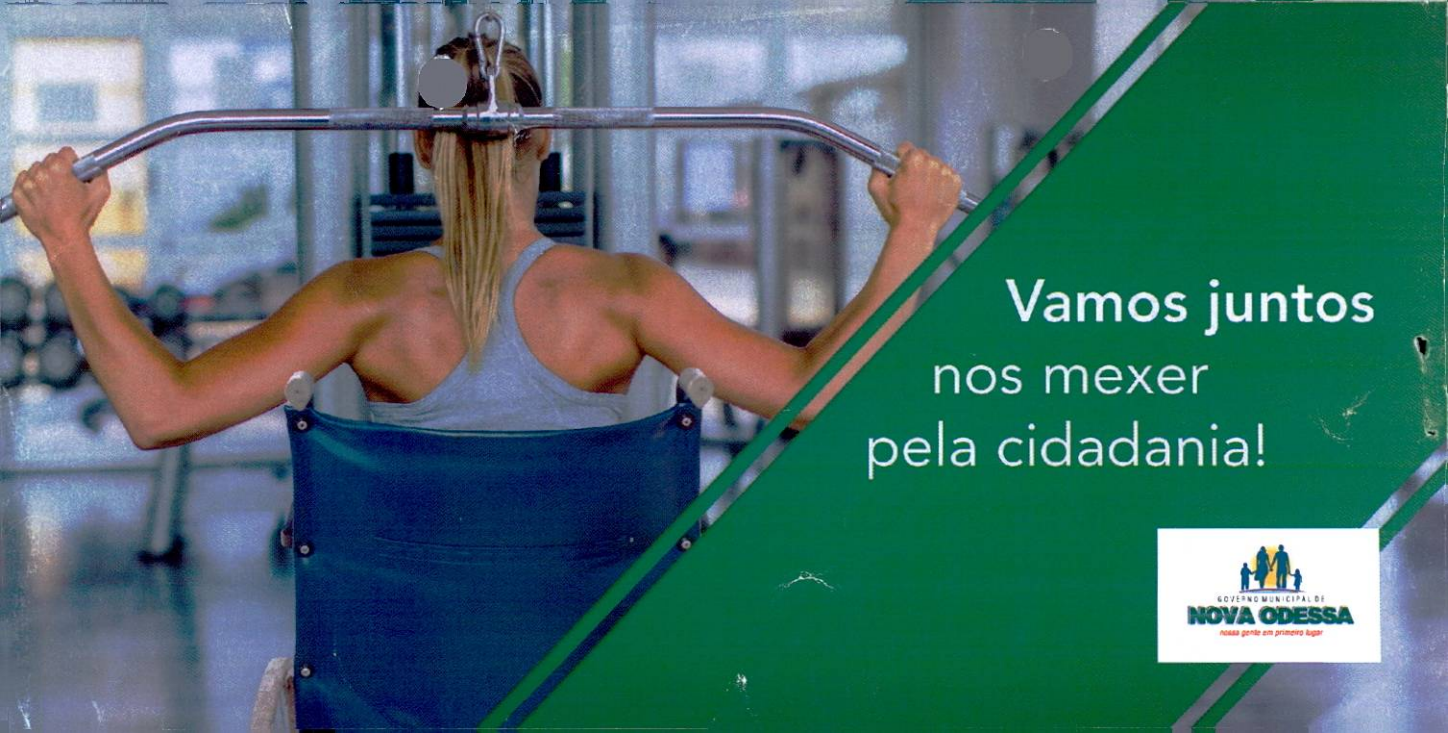
Venha participar do evento que marca mais uma importante iniciativa para a nossa cidade: a **inauguração da primeira academia adaptada para deficientes de Nova Odessa**.

A novidade chega para promover a inclusão social através do **esporte**, com a melhoria na **qualidade de vida** das pessoas com necessidades especiais, favorecendo a **reabilitação física** e estimulando a prática de exercícios em equipamentos **compatíveis com as suas necessidades**.

Inauguração da Academia Adaptada Leonildo Felipe Bichof.
Data: 21/2/2015 | Horário: 8h30 | Telefone: (19) 3498-1561
Local: Ginásio de Esportes Jaime Nércio Duarte (o Carioba)
Rua João Bassora, 543, Jardim Santa Rosa

GOVERNO MUNICIPAL DE
NOVA ODESSA
nossa gente em primeiro lugar

NOVA ODESSA


Vamos juntos
nos mexer
pela cidadania!
GOVERNO MUNICIPAL DE
NOVA ODESSA
nossa gente em primeiro lugar

Município de Nova Odessa

Av. João Pessoa, 777 - Centro - Fone: (19) 3476-8600
CEP: 13460-000 - Nova Odessa
Estado de São Paulo

Carta
12 FEV 2015
9912290176/2012-DR/SPI
Pref. Mun. de Nova Odessa

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA/SP
PETROS BARTHOLOMEU WEEL
AV. TULIPAS,0045
CENTRO
HOLAMBRA/SP CEP.13825-000

Recebemos

Holambra, 23 de fevereiro de 15

.....

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.campinas.sp.leg.br

Of.CE.CMC. 006/2015
05 de fevereiro de 2015

Senhor Presidente,

Cumprimentando V. Exa., informo que em sessão especial realizada no dia 16 de dezembro de 2014, foi eleita a composição da mesa diretora deste Legislativo para o biênio 2015/2016.

Na oportunidade, encaminho a composição da nova mesa diretora e a relação dos vereadores para o mandato de 2015/2016.

Sendo o que se apresenta, coloco-me à disposição de V. Exa., e reitero protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Rafa Zimbaldi

Rafa Zimbaldi
Presidente

A SUA EXCELÊNCIA, O SENHOR
PEDRO WEEL
PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA - SP

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.campinas.sp.leg.br

Composição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Campinas 2015/2016

Presidente:	Rafa Zimbaldi
1° Vice-Presidente:	Luiz Henrique Cirilo
2° Vice-Presidente:	Aurélio Cláudio
1° Secretário:	Pastor Elias Azevedo
2° Secretário:	Campos Filho
3° Secretário:	Vinicius Gratti
4° Secretário:	Tico Costa
Corregedor:	Jorge Schneider
Corregedor Substituto:	Cidão Santos

VEREADORES	PARTIDO
André von Zuben	PPS
Ângelo Barreto	PT
Antonio Flôres	PSB
Artur Orsi	PSDB
Aurélio Cláudio	PDT
Campos Filho	DEM
Carlão do PT	PT
Carmo Luiz	PSC
Cid Ferreira	SDD
Cidão Santos	PROS
Edison Ribeiro	PSL
Gilberto Cardoso	PSDB
Gustavo Petta	PCdoB
Jaírson Canário	SDD
Jeziel Silva	PP
Jorge da Farmácia	PSDB
Jorge Schneider	PTB
Luiz Henrique Cirilo	PSDB
Jota Silva	PSB
Luiz Carlos Rossini	PV
Luis Yabiku	PDT
Marcos Bernardelli	PSDB
Neusa do São João	PSD
Pastor Elias Azevedo	PSB
Paulo Bufalo	PSOL
Paulo Galtério	PSB
Pedro Tourinho	PT
Professor Alberto	PR
Rafa Zimbaldi	PP
Thiago Ferrari	PTB
Tico Costa	SDD
Vinicius Gratti	PSD
Zé Carlos	SDD

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

Carta

9912324751/2013-DR/SPI

CMC

CORREIOS

A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR
PEDRO WEEL
PRES. CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
AV. TULIPAS, 45 - CENTRO
HOLAMBRA - SP
13825-000

CÂMARA MUNICIPAL
DE CAMPINAS
PROTOCOLO
CERIMONIAL

05 FEV 2015

Nº

CÂMARA MUNICIPAL
GAB. DA PRESIDÊNCIA
CERIMONIAL
CAMPINAS

Recebemos

Holambra, 23 de fevereiro de 15

8:00

Av. da Saudade, 1004, Bairro Ponte Preta, 13041-670						Unidade de Distribuição
Para uso dos Correios		Mudou-se		Não procurado	Ass. Funcionário e Data	
		Endereço Insuficiente		Ausente		
		Não eciste nr. indicado		Falecido	___/__/__	
		Desconhe				
		Rejeitado				CARIMBO

CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

Ofício nº 43-29/2015 CMH

Hortolândia, 04 de fevereiro de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor
Petrus Bartholomeus Weel
Presidente da Câmara Municipal de Holambra

Assunto: **Encaminha Moção nº 04/2015**

Encaminho a Vossa Senhoria para conhecimento, a MOÇÃO nº 04/2015, de autoria do Senhor Vereador Cleuzer Marques de Lima de " APELO À AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS (ARTESP) E À EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO (EMTU) PARA A CRIAÇÃO DE BILHETE ÚNICO REGIONAL E INTERMUNICIPAL, MELHORIA NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS E INTENSIFICAÇÃO DAS FISCALIÇÕES DAS OPERAÇÕES, DOS HORÁRIOS, DOS LOCAIS DE PARADAS E MEDIDAS DE SEGURANÇA" aprovada na Sessão Ordinária de 03 de fevereiro de 2015.

Atenciosamente,

Gervásio Batista Pozza
Presidente

Rua Joseph Paul Julien Burlandy, nº 250, (Antiga Rua 02) Parque Gabriel – Hortolândia/SP – CEP: 13186-620
Fone/Fax: (19) 3897-9900 www.cmh.sp.gov.br

NP:00015265

CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

Lido e Aprovado no Expediente da sessão Ordinária de 03 FEV. 2015

MOÇÃO Nº 4/2015

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Moção de Apelo à Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos (ARTESP) e à Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU) para a criação de Bilhete Único Regional e Intermunicipal, melhoria na qualidade dos serviços e intensificação das fiscalizações das operações, dos horários, dos locais de paradas e medidas de segurança

É de notório conhecimento que a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos (ARTESP), por força do Decreto Estadual nº 29.913, de 12 de maio de 1989, possui a atribuição de regular, fiscalizar e controlar os serviços de Linhas de Transporte Urbano Intermunicipal.

Não obstante, segundo o Decreto Estadual nº 58.353, de 29 de agosto de 2012, compete a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU) fiscalizar e regulamentar o transporte intermunicipal dentro das regiões metropolitanas formalmente estabelecidas, ou seja, Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), Região Metropolitana de Campinas (RMC), Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) e Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN),

Considerando que o município de Hortolândia está localizado na Região Metropolitana de Campinas, na atualidade composta de 20 municípios e de população estima de 2,97 milhões de habitantes, ou seja, a cidade está situada dentro da área de atuação da EMTU, bem como da ARTESP.

Considerando que os munícipes de Hortolândia e demais moradores da RMC não diferenciam uma cidade da outra quando saem ao trabalho, às compras, ao lazer, aos seus cultos religiosos, etc.

Considerando que a movimentação destes munícipes e de grande parcela de moradores da RMC ocorre através de ônibus suburbanos, sem lugares marcados, que podem, inclusive, transportar pessoas em pé, além de fazerem diversas paradas para embarque e desembarque de passageiros ao longo do trajeto.

Considerando que, nesta importante região metropolitana, são constantes as reclamações dos usuários sobre o alto valor da passagem, os atrasos, os descumprimentos de itinerários, os abusos de velocidade e frenagens bruscas, o desrespeito aos idosos e aos portadores de deficiências.

Diante de todo o exposto, considerando a importância e relevância do presente tema, este vereador subscrevente propõe a presente Moção de Apelo à Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos (ARTESP) e à Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU) para a criação de Bilhete Único Regional e Intermunicipal, melhoria na qualidade dos serviços e intensificação das fiscalizações das operações, dos horários, dos locais de paradas e medidas de segurança, requerendo que, após aprovada, da mesma seja dado conhecimento ao Governador do Estado de São Paulo, ao Secretário Estadual de Transportes, à ARTESP, à EMTU, às Prefeituras e Câmaras das cidades que compõe a Região Metropolitana de Campinas, ao Parlamento da Região Metropolitana de Campinas e à imprensa da região.

Sala das Sessões 27 de janeiro de 2015

Cleuzer Marques de Lima
Vereador

Marcos Antônio Panício
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

Ofício nº 41-08/2015 CMH

Hortolândia, 04 de fevereiro de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor
Petrus Bartholomeus Weel
Presidente da Câmara Municipal de Holambra

Assunto: **Encaminha Moção nº 02/2015**

Encaminho para conhecimento, a MOÇÃO nº 02/2015, de autoria do Senhor Vereador Adaílton Sá dos Santos de "APLAUSOS AO DEPUTADO ESTADUAL CHICO SARDELLI PELA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PAULISTA" aprovada na Sessão Ordinária de 03 de fevereiro de 2015.

Atenciosamente,

Gervásio Batista Pozza
Presidente

Rua Joseph Paul Julien Burlandy, nº 250, (Antiga Rua 02) Parque Gabriel – Hortolândia/SP – CEP: 13186-620
Fone/Fax: (19) 3897-9900 www.cmh.sp.gov.br

NP:00015308

CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

Lido e Aprovado no Expediente da sessão Ordinária de 03 FEV. 2015

MOÇÃO Nº 2/2015

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Moção de Aplausos ao Deputado Estadual Chico Sardelli pela Presidência da Assembleia Legislativa Paulista.

Nos termos do inciso IV do Art. 184 do Regimento Interno, encaminho a presente Moção de Aplausos, nos seguintes termos:

O deputado estadual Chico Sardelli tem 25 anos de vida pública, dedicados em prestar serviço à sociedade. Em seus dois mandatos de deputado federal e dois de deputado estadual, sendo eleito em outubro passado para o terceiro mandato consecutivo na Assembleia Legislativa, mostrou empenho em solucionar problemas, atender as reivindicações da comunidade e intermediar recursos para os municípios.

A atuação do deputado Chico Sardelli é focada em melhorar a qualidade de vida da população. Seus projetos e leis confirmam essa sua preocupação. Tem como uma de suas principais características ser um homem público presente e atuante, atento às necessidades das cidades paulistas, exercendo o mandato com coerência e seriedade.

Na Assembleia Legislativa, já apresentou mais de 90 projetos e tem cerca de 40 leis aprovadas. Por duas vezes atuou como líder da bancada do Partido Verde. Coordena as Frentes Parlamentares em Defesa das Guardas Municipais e em Defesa do Setor Têxtil e de Confecção. Tem participação ativa nas comissões permanentes e em CPIs (Comissões Parlamentar de Inquérito).

Chico Sardelli dedica-se integralmente ao mandato de deputado, nunca deixando de ter contato com a população que o elegeu, atendendo vereadores e prefeitos, encaminhando as demandas da comunidade.

Pela sua experiência política e determinação conquistou um importante espaço na Assembleia Legislativa, assumindo a função de presidente do Parlamento Paulista, razão pela qual nos manifestamos em parabenizá-lo nesse importante momento de sua vida pública.

Pelo exposto, é que propomos a presente Moção de Aplausos, requerendo que, aprovada, da mesma seja enviada cópia ao Diretório Estadual do PV, Diretório Nacional do PV, a todas as Câmaras Municipais da RMC (Região Metropolitana de Campinas), ao deputado Chico Sardelli, imprensa local e regional, para que tomem conhecimento de seu inteiro teor.

Sala das Sessões 30 de janeiro de 2015.

Adailton Sá dos Santos
Vereador

Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO



A Sua Excelência
Pedro Weel
Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Rua Antônio Damásio Filipini, 188 – Sala 5
Centro
Holambra – SP

NOVO ENDEREÇO
Câmara Municipal de Hortolândia
Rua: Joseph Paul Julien Burlandy, 250
Parque Gabriel - Hortolândia - SP
Cep: 13 186-620

Recebemos

Holambra, 23 de fevereiro de 15

8:00

FENALEGIS

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES
DOS LEGISLATIVOS E TRIBUNAIS DE CONTAS MUNICIPAIS

São Paulo, 20 de janeiro de 2015.

Senhor(a) Procurador(a) da Câmara Municipal,

Participamos os termos de nossa correspondência de 17 de novembro último, enviado à presidência dessa Casa, por ser de interesse da Mesa e do corpo de colaboradores. Na ocasião, anexamos informativo que se encontra disponível em nosso sítio na internet informando que o Ministério do Trabalho concedeu Registro Sindical à FENALEGIS, como Federação representativa dos servidores das 5.569 Câmaras Municipais do Brasil onde não haja sindicato de servidores específico do Poder Legislativo.

Somos uma entidade sindical de servidores, mas parceira dos parlamentares, de suas entidades representativas e das nossas instituições. Atuamos na defesa dos servidores tendo presente o respeito e reconhecimento que esperamos da sociedade. O bom funcionamento e o entrosamento do tripé que dá sustentação às Casas Legislativas - formado por Servidores Comissionados, Servidores Efetivos e Parlamentares - é a base do nosso trabalho e, nesse sentido, fazemos duas solicitações, para as quais pedimos sua participação:

1 – Que nos seja indicado um representante, servidor comissionado ou efetivo, ou ainda parlamentar, para ser o contato entre a Fenalegis e essa Casa de Leis, recebendo as publicações oficiais, informações, paradigmas jurídicos e de gestão, além do calendário de eventos.

2 – Que essa Câmara Municipal envie a Brasília o representante, e outros membros que também possam acompanhar, à Assembleia Geral Extraordinária, que ocorrerá na Câmara dos Deputados dias 26 e 27 de fevereiro, com programação que será oportunamente encaminhada.

Temas relevantes para as Câmaras de Vereadores e Tribunais de Contas Municipais serão tratados neste encontro, tais como: a Data-base específica do Poder Legislativo - essa grande conquista; o fortalecimento das funções dos advogados dos Legislativos em discussão que será coordenada pela Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de São Paulo; e as funções de Diretores Gerais, sempre respeitadas as realidades e os regimes de contratações de cada Câmara, dentre outros assuntos igualmente significativos.

As indicações de representantes e inscrições para o evento contendo nome, cargo/função, e-mail e telefone de contato podem ser feitas por ofício endereçado à nossa sede ou pelo e-mail fenalegis@fenalegis,org.br ou ainda pelo tel (11) 3105-8476.

Nesses termos, subscrevemo-nos. Cordialmente,

Rodrigo P.P. Ravena
Diretor Jurídico (Secretário Geral Administrativo da Câmara de São Paulo - SP)

Cícero Santos da Silva
Secretário Geral (Servidor da Câmara Municipal de Barbalha – CE)

Paulo A. Baccarin
Dirigente da Confelegis
(Procurador-chefe da Câmara Municipal de São Paulo - SP)

Antonio Carlos Fernandes Jr
Presidente
(servidor da Câmara Municipal Municipal de São Paulo - SP)

Monte Mor em 23 de Janeiro de 2015

Ofício GPCMM nº. 06/2015

Senhor Presidente;

Venho através do presente informar a composição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monte Mor, eleita para o biênio de 2015/2016:

Presidente – Marcos Antonio Giati - PSD
Vice-Presidente- Everaldo de Morais Santana - PMDB
1ºSecretário – Neide Garcia Fernandes - PMDB
2ºSecretário- Valdecir Torres - PMDB

Sem mais para o momento, aproveito do ensejo para apresentar votos de elevada estima e distinta consideração.

Marcos Antonio Giati
Presidente da Câmara Municipal

Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Petrus Bartholomeus Well
Av. Tulipas, nº45, Centro
Holambra/SP – CEP: 13825-000

Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Jaguariúna, 14 de janeiro de 2015

Ofício Circular nº 001/2015

Prezado(s) Senhor(es)

Comunicamos a composição da Mesa Diretora desta Câmara Municipal, para o biênio 2015/2016, que ficou assim constituída, em eleição ocorrida em Sessão Ordinária realizada por esta Casa, em 9 de dezembro de 2014, conforme Regimento Interno:

Presidente: Vereador Adilson José Abrucez (PSDB)
Vice-Presidente: Vereador Ângelo Roberto Torres (PCdoB)
Primeiro Secretário: Vereador Luiz Carlos de Campos (PTB)
Segundo Secretário: Vereador Romilson Nascimento Silva (PV).

Informamos que esta Casa de Leis, além dos Vereadores acima, é constituída pelos seguintes senhores:

Vereador Alexandre da Silva Santos (PMDB)
Vereador Alfredo Chiavegato Neto (PTB)
Vereador David Hilário Neto (PTB)
Vereador Fábio Augusto Pina (PTB)
Vereador Gerson Antonio (PSB)
Vereador Luiz Gustavo Gothardo (PSDB)
Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco (PMDB)
Vereador Rodrigo da Silva Blanco (PMDB)
Vereador William de Souza Silva (PSB).

Atenciosamente.

CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DE JAGUARIÚNA

VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ
Presidente

HOLAMBRA – SP

- Câmara Municipal

Análise do projeto de lei s/nº 2015, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar

A Sra Andréia Pereira Campanha, Coordenadora Administrativa da Câmara Municipal de Holambra, Estado de São Paulo, encaminha-nos para análise e opinião projeto de lei de autoria do Poder Executivo Municipal local.

RESPOSTA

Trata o projeto de lei, objeto da consulta, de autorizar o Chefe do Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar ao orçamento geral do Município em execução no exercício em curso.

I – Introdução

A autorização e a abertura dos créditos adicionais suplementares e especiais têm as suas normas estabelecidas nos arts. 40 a 46 e respectivos parágrafos, incisos e alíneas, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, combinados com o art. 167, V, da Constituição da República, cujos conceitos são expostos a seguir:

1. ***Suplementares***, são autorizados por Lei e abertos por Decreto do Executivo, destinam-se a reforçar dotações alocadas às despesas já autorizadas na Lei Orçamentária. A autorização poderá ser na própria Lei Orçamentária que lhe determinará o limite, expresso em valor monetário ou em percentual a ser aplicado em um item que pode ser uma dotação, arrecadação de uma receita ou, ainda, o valor correspondente à previsão de cada receita ou a totalidade da receita prevista.
2. ***Especiais,*** são autorizados por Lei e abertos por Decreto do Executivo, destinam-se a realizar despesas não incluídas no orçamento original. A lei que autorizar a abertura desta espécie de crédito poderá também autorizar a sua suplementação, ou seja, já conter dispositivo autorizando a sua suplementação até determinado limite, que poderá ser expresso em valor monetário ou em

percentual a ser aplicado em um item, tal qual a Lei Orçamentária.

De acordo com o art. 43, parágrafos e incisos respectivos, da Lei 4.320/64, a abertura dos créditos adicionais suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. Consideram-se recursos para a abertura de um desses créditos adicionais, desde que não comprometidos, *o superávit financeiro*, *o excesso de arrecadação*, as *anulações parciais ou totais de dotações* alocadas às despesas autorizadas pela Lei Orçamentária, ou a créditos adicionais e *operações de crédito* vinculadas a ações específicas.

Observe o consulente, que a utilização dos recursos indicados para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais depende de se constatar o descompromentimento dos mesmos, sem o que torna-se inviável a suplementação e a operacionalização da despesa por meio de créditos especiais.

Entende-se como recurso comprometido o que se destina a programas especiais de trabalho, convênios, empréstimos vinculados a ações específicas, ou ainda, aquele que, por lei ou contrato, se destina a um órgão, ao Poder Legislativo, a um programa de trabalho ou a uma ação específica, o que nos leva a analisar e avaliar o recurso antes da sua indicação.

Assim, sempre que se desejar autorizar uma suplementação ou a abertura de um crédito especial, a primeira providência é verificar a origem dos recursos indicados para um desses créditos adicionais.

II – Análise do projeto de lei, objeto da consulta

A análise do projeto de lei, objeto da consulta, nos revela o seguinte:

a) A mensagem de *justificativa*, informa que o crédito suplementar solicitado é para dar continuidade ao processo de implantação do PMAT, Programa

de Modernização Administrativa e Tributária dos Setores Básicos, mas não esclarece quais as atividades que serão beneficiadas com os recursos da suplementação.

b) A mensagem justificativa informa I o tipo de recurso a ser utilizado na abertura do crédito suplementar solicitado, ou seja, a operação de crédito do PMAT (inciso IV). Quanto ao outro recurso referente ao inciso III do art. 43 da Lei 4320/64, não há qualquer esclarecimento, conquanto esteja mencionado no projeto de lei.

III - Conclusão

Assim, diante do exposto, em que pese a justificativa não mencionar claramente o recurso proveniente de anulação parcial de dotação orçamentária (inciso III – Lei 4320/64), ainda que esteja mencionada no art. 2º do projeto de lei, é de se concluir pela aprovação do projeto de lei, objeto da consulta.

É o parecer
Heraldo da Costa Reis
(Finanças, Orçamento, Contabilidade)
Tel. 21. 2142.9732

.

Câmara Municipal de Sumaré – SP.
Vereador João Maioral

À
Câmara Municipal de Holambra
Aos Excelentíssimos Senhores Vereadores.

Ofício 73/2015.

Ref: As novas regras do artigo 75 da Medida Provisória 664/2014, que prejudicará aos novos pensionistas do INSS.

Venho através deste, mui respeitosamente manifestar-me contrariamente ao artigo 75 da Medida Provisória 664/2014, que reduzira em 50% do valor a ser pago aos pensionistas do INSS.

Tenho a convicção, que algumas medidas provisórias apontadas pelo Governo Federal são de suma importância para o desenvolvimento econômico do Brasil, entretanto, não deve atingir de forma direta a população brasileira que sempre trabalhou para a construção de um país tão rico, e ver de forma drástica seus direitos adquiridos e conquistados com tanto "suor", sendo exterminado a cada dia, trazendo transtornos além de financeiros como também emocionais para uma classe da sociedade que dependem dos benefícios previdenciários.

Esses mesmos recursos pagos aos beneficiários pensionistas, já entraram nos cofres da união em forma de contribuição ao INSS pelo próprio trabalhador.

O prejuízo mais uma vez recairá sobre o cidadão, que além da necessidade do apoio no momento da perda de um "ente querido", terá que readequar sua vida financeira.

O Governo Federal mostra o corte como se fosse uma "ação proporcional", ou seja, já que houve o falecimento, sendo assim diminuirá 50% do recurso, na verdade essa matemática não existe, sendo a realidade que os credores, cobrarão as dívidas do pensionista independente de redução do Governo Federal.

Diante do exposto, ***venho aos nobres parlamentares sugerir que enviem moções, ofícios ou outro documento que desejarem de vossa autoria ao Congresso Nacional, para que não aprove o artigo 75 da Medida Provisória 664/2014, visando à continuidade e permanência no direito dos PENSIONISTAS a receber 100% da pensão por morte.***

Segue anexo:

- Cópia da Medida Provisória 664/2014.

Obs.

1) A Medida Provisória 664/2014 foi publicada em 30/12/2014, sendo assim o Congresso Nacional tem 120 dias a contar da data de publicação para aprovação da mesma.

2) Estou enviando ofícios sobre a Medida Provisória 664/2014 para:
- Presidenta da República;
- Presidente do Congresso Nacional;
- Ministro da Previdência Social;
- Câmaras Municipais e Deputados da Região Metropolitana.

Contando com a atenção, antecipo agradecimentos e apresento protestos de elevada consideração e estima.

Sumaré, 21 de Janeiro de 2015.

JOÃO MAIORAL
Vereador
Telefone (19) 9-9837-9841
vereadorjoaomaioral@sumare.sp.gov.br

EDIÇÃO EXTRA

ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CLI Nº 252-A

Brasília - DF, terça-feira, 30 de dezembro de 2014

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 3
Ministério do Esporte 3

Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 664, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

Altera as Leis nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.876, de 2 junho de 2004, nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 25. .....

.....

IV - pensão por morte: vinte e quatro contribuições mensais, salvo nos casos em que o segurado esteja em gozo de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez.

....." (NR)

"Art. 26. .....

I - salário-família e auxílio-acidente;

II - auxílio-doença e aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, for acometido de alguma das doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e da Previdência Social, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade que mereçam tratamento particularizado;

.....

VII - pensão por morte nos casos de acidente do trabalho e doença profissional ou do trabalho." (NR)

"Art. 29. .....

.....

§ 10. O auxílio-doença não poderá exceder a média aritmética simples dos últimos doze salários-de-contribuição, inclusive no caso de remuneração variável, ou, se não alcançado o número de doze, a média aritmética simples dos salários-de-contribuição existentes." (NR)

"Art. 43. .....

§ 1º .....

a) ao segurado empregado, a partir do trigésimo primeiro dia do afastamento da atividade ou a partir da data de entrada do requerimento, se entre o afastamento e a data de entrada do requerimento decorrerem mais de quarenta e cinco dias;

.....

§ 2º Durante os primeiros trinta dias de afastamento da atividade por motivo de invalidez, caberá à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral." (NR)

"Art. 60. O auxílio-doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para seu trabalho ou sua atividade habitual, desde que cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei:

I - ao segurado empregado, a partir do trigésimo primeiro dia do afastamento da atividade ou a partir da data de entrada do requerimento, se entre o afastamento e a data de entrada do requerimento decorrerem mais de quarenta e cinco dias; e

II - aos demais segurados, a partir do início da incapacidade ou da data de entrada do requerimento, se entre essas datas decorrerem mais de trinta dias.

.....

§ 3º Durante os primeiros trinta dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença ou de acidente de trabalho ou de qualquer natureza, caberá à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral.

§ 4º A empresa que dispuser de serviço médico, próprio ou em convênio, terá a seu cargo o exame médico e o abono das faltas correspondentes ao período referido no § 3º e somente deverá encaminhar o segurado à perícia médica da Previdência Social quando a incapacidade ultrapassar trinta dias.

§ 5º O INSS a seu critério e sob sua supervisão, poderá, na forma do regulamento, realizar perícias médicas:

I - por convênio ou acordo de cooperação técnica com empresas; e

II - por termo de cooperação técnica firmado com órgãos e entidades públicos, especialmente onde não houver serviço de perícia médica do INSS.

§ 6º Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão." (NR)

"Art. 74. .....

.....

§ 1º Não terá direito à pensão por morte o condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.

§ 2º O cônjuge, companheiro ou companheira não terá direito ao benefício da pensão por morte se o casamento ou o início da união estável tiver ocorrido há menos de dois anos da data do óbito do instituidor do benefício, salvo nos casos em que:

I - o óbito do segurado seja decorrente de acidente posterior ao casamento ou ao início da união estável; ou

II - o cônjuge, o companheiro ou a companheira for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade remunerada que lhe garanta subsistência, mediante exame médico-pericial a cargo do INSS, por doença ou acidente ocorrido após o casamento ou início da união estável e anterior ao óbito." (NR)

"Art. 75. O valor mensal da pensão por morte corresponde a cinquenta por cento do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento, acrescido de tantas cotas individuais de dez por cento do valor da mesma aposentadoria, quantos forem os dependentes do segurado, até o máximo de cinco, observado o disposto no art. 33.

§ 1º A cota individual cessa com a perda da qualidade de dependente, na forma estabelecida em regulamento, observado o disposto no art. 77.

§ 2º O valor mensal da pensão por morte será acrescido de parcela equivalente a uma única cota individual de que trata o **caput**, rateado entre os dependentes, no caso de haver filho do segurado ou pessoa a ele equiparada, que seja órfão de pai e mãe na data da concessão da pensão ou durante o período de manutenção desta, observado:

I - o limite máximo de 100% do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento; e

II - o disposto no inciso II do § 2º do art. 77.

§ 3º O disposto no § 2º não será aplicado quando for devida mais de uma pensão aos dependentes do segurado" (NR)

"Art. 77. .....

§ 1º Reverterá em favor dos demais a parte daquele cujo direito à pensão cessar, mas sem o acréscimo da correspondente cota individual de dez por cento.

§ 2º .....

.....

III - para o pensionista inválido pela cessação da invalidez e para o pensionista com deficiência mental, pelo levantamento da interdição; e

IV - pelo decurso do prazo de recebimento de pensão pelo cônjuge, companheiro ou companheira, nos termos do § 5º.

.....

§ 5º O tempo de duração da pensão por morte devida ao cônjuge, companheiro ou companheira, inclusive na hipótese de que trata o § 2º do art. 76, será calculado de acordo com sua expectativa de sobrevida no momento do óbito do instituidor segurado, conforme tabela abaixo:

Expectativa de sobrevida à idade x do cônjuge, companheiro ou companheira, em anos (E(x))	Duração do benefício de pensão por morte (em anos)
55 < E(x)	3
50 < E(x) ≤ 55	6
45 < E(x) ≤ 50	9
40 < E(x) ≤ 45	12
35 < E(x) ≤ 40	15
E(x) ≤ 35	vitalícia

§ 6º Para efeito do disposto no § 5º, a expectativa de sobrevida será obtida a partir da Tábua Completa de Mortalidade - ambos os sexos - construída pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, vigente no momento do óbito do segurado instituidor.

§ 7º O cônjuge, o companheiro ou a companheira considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade remunerada que lhe garanta subsistência, mediante exame médico-pericial a cargo do INSS, por acidente ou doença ocorrido entre o casamento ou início da união estável e a cessação do pagamento do benefício, terá direito à pensão por morte vitalícia, observado o disposto no art. 101." (NR)

Art. 2º A Lei nº 10.876, de 2 junho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º Compete aos ocupantes do cargo de Perito Médico da Previdência Social e, supletivamente, aos ocupantes do cargo de Supervisor Médico-Pericial da carreira de que trata a Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e do Ministério da Previdência Social - MPS, o exercício das atividades médico-periciais inerentes ao Regime Geral da Previdência Social de que tratam as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social, e à aplicação da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e, em especial:

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

* Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 10002014123000001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

.....

III - caracterização da invalidez para benefícios previdenciários e assistenciais;

IV - execução das demais atividades definidas em regulamento; e

V - supervisão da perícia médica de que trata o § 5º do art. 60 da Lei nº 8.213, de 1991, na forma estabelecida pelo Ministério da Previdência Social." (NR)

Art. 3º A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 215. Por morte do servidor, os dependentes, nas hipóteses legais, fazem jus à pensão a partir da data do óbito, observado o limite estabelecido no inciso XI do **caput** art. 37 da Constituição e no art. 2º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Parágrafo único. A concessão do benefício de que trata o **caput** estará sujeita à carência de vinte e quatro contribuições mensais, ressalvada a morte por acidente do trabalho, doença profissional ou do trabalho." (NR)

"Art. 217. .....

I - o cônjuge;

II - o cônjuge divorciado, separado judicialmente ou de fato, com percepção de pensão alimentícia estabelecida judicialmente;

III - o companheiro ou companheira que comprove união estável como entidade familiar;

IV - os filhos até vinte e um anos de idade, ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez;

V - a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do servidor; e

VI - o irmão, até vinte e um anos de idade, ou o inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, enquanto durar a invalidez ou a deficiência que estabeleça a dependência econômica do servidor;

§ 1º A concessão de pensão aos beneficiários de que tratam os incisos I a IV do **caput** exclui os beneficiários referidos nos incisos V e VI.

§ 2º A concessão de pensão aos beneficiários de que trata o inciso V do **caput** exclui os beneficiários referidos no inciso VI.

§ 3º Nas hipóteses dos incisos I a III do **caput**:

I - o tempo de duração da pensão por morte será calculado de acordo com a expectativa de sobrevida do beneficiário na data do óbito do servidor ou aposentado, conforme tabela abaixo:

Expectativa de sobrevida à idade x do cônjuge, companheiro ou companheira, em anos (E(x))	Duração do benefício de pensão por morte (em anos)
55 < E(x)	3
50 < E(x) ≤ 55	6
45 < E(x) ≤ 50	9
40 < E(x) ≤ 45	12
35 < E(x) ≤ 40	15
E(x) ≤ 35	vitalícia

II - o cônjuge, companheiro ou companheira não terá direito ao benefício da pensão por morte se o casamento ou o início da união estável tiver ocorrido há menos de dois anos da data do óbito do instituidor do benefício, salvo nos casos em que:

a) o óbito do segurado seja decorrente de acidente posterior ao casamento ou início da união estável; ou

b) o cônjuge, o companheiro ou a companheira for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade remunerada que lhe garanta subsistência, mediante exame médico-pericial, por doença ou acidente ocorrido após o casamento ou início da união estável e anterior ao óbito, observado o disposto no parágrafo único do art. 222.

III - o cônjuge, o companheiro ou a companheira quando considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade remunerada que lhe garanta subsistência, mediante exame médico-pericial, por doença ou acidente ocorrido entre o casamento ou início da união estável e a cessação do pagamento do benefício, terá direito à pensão por morte vitalícia, observado o disposto no parágrafo único do art. 222. (NR)

§ 4º Para efeito do disposto no inciso I do § 3º, a expectativa de sobrevida será obtida a partir da Tábua Completa de Mortalidade - ambos os sexos - construída pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, vigente no momento do óbito do servidor ou aposentado.

§ 5º O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no Regulamento." (NR)

"Art. 218. Ocorrendo habilitação de vários titulares à pensão o seu valor será distribuído em partes iguais entre os beneficiários habilitados." (NR)

"Art. 222. Acarreta perda da qualidade de beneficiário:

.....

IV - o atingimento da idade de vinte e um anos pelo filho ou irmão, observado o disposto no § 5º do art. 217;

VI - a renúncia expressa; e

.....

VII - o decurso do prazo de recebimento de pensão dos beneficiários de que tratam os incisos I a III do **caput** do art. 217.

Parágrafo único. A critério da Administração, o beneficiário de pensão motivada por invalidez poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das condições que ensejaram a concessão do benefício." (NR)

"Art. 223. Por morte ou perda da qualidade de beneficiário, a respectiva cota reverterá para os cobeneficiários." (NR)

"Art. 225. Ressalvado o direito de opção, é vedada a percepção cumulativa de pensão deixada por mais de um cônjuge, companheiro ou companheira, e de mais de duas pensões."(NR)

Art. 4º A Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12. Para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os regimes instituidores apresentarão aos regimes de origem os dados relativos aos benefícios em manutenção em 5 de maio de 1999 concedidos a partir de 5 de outubro de 1988." (NR)

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor:

I - na data de sua publicação para os seguintes dispositivos:

a) §§ 5º e 6º do art. 60 e § 1º do art. 74 da Lei nº 8.213, de 1991; e

b) arts.2º, 4º e alíneas "a" e "d" do inciso II do art. 6º desta Medida Provisória;

II - quinze dias a partir da sua publicação para o § 2º do art. 74 da Lei nº 8.213, de 1991; e

III - no primeiro dia do terceiro mês subseqüente à data de publicação desta Medida Provisória quanto aos demais dispositivos.

Art. 6º Ficam revogados:

I - O art. 216 e os §§ 1º a 3º do art. 218 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e

II - os seguintes dispositivos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991:

a) o § 2º do art. 17;

b) o art. 59;

c) o § 1º do art. 60; e

d) o art. 151.

Brasília, 30 de dezembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF
Guido Mantega
Miriam Belchior
Garibaldi Alves Filho

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 665, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro desemprego para o pescador artesanal, e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

I - ter recebido salários de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, relativos:

a) a pelo menos dezoito meses nos últimos vinte e quatro meses imediatamente anteriores à data da dispensa, quando da primeira solicitação;

b) a pelo menos doze meses nos últimos dezesseis meses imediatamente anteriores à data da dispensa, quando da segunda solicitação, e

c) a cada um dos seis meses imediatamente anteriores à data da dispensa quando das demais solicitações;

....."(NR)

"Art. 4º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado por um período máximo variável de três a cinco meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo, cuja duração, a partir da terceira solicitação, será definida pelo Codefat.

§ 1º O benefício do seguro-desemprego poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, satisfeitas as condições arroladas nos incisos I, III, IV e V do **caput** do art. 3º.

§ 2º A determinação do período máximo mencionado no **caput** observará a seguinte relação entre o número de parcelas mensais do benefício do seguro-desemprego e o tempo de serviço do trabalhador nos trinta e seis meses que antecederem a data de dispensa que originou o requerimento do seguro-desemprego, vedado o cômputo de vínculos empregatícios utilizados em períodos aquisitivos anteriores:

I - para a primeira solicitação:

a) quatro parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo dezoito e no máximo vinte e três meses, no período de referência; ou

b) cinco parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo vinte e quatro meses, no período de referência;

II - para a segunda solicitação:

a) quatro parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo doze meses e no máximo vinte e três meses, no período de referência; ou

b) cinco parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada,

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 10002014123000002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

Ofício Gab. da Presidência
Nº 022/2015

Excelentíssimo Senhor
Pedro Weel
Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Ref.: Comunica nova composição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Hortolândia Biênio 2015/2016

Sirvo-me do presente para transmitir à Vossa Excelência nossos cumprimentos, bem como levar ao vosso conhecimento a nova composição da Mesa Diretora desta Casa Legislativa, assim composta:

Presidente: Gervásio Batista Pozza
Vice-Presidente: Edvaldo Araujo
2º Vice-Presidente: Marcelo Ferrari
1º Secretário: Clemilda Pereira
2º Secretário: Ananias Barbosa
3º Secretário: Adailton Sá dos Santos

Nos colocando à disposição deste conceituado Legislativo Municipal para todos os assuntos que nos seja pertinente, acolhemos ainda a oportunidade para apresentar votos por elevada estima e distinta consideração.

Câmara Municipal de Hortolândia, 07 de fevereiro de 2015

GERVÁSIO BATISTA POZZA
Presidente

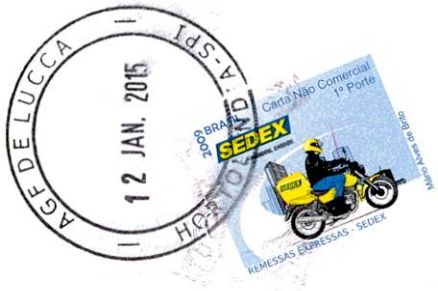
Rua Joseph Paul Julien Burlandy, nº 250, (Antiga Rua 02) Parque Gabriel – Hortolândia/SP – CEP: 13186-620
Fone/Fax: (19) 3897-9900 www.cmh.sp.gov.br

Câmara Municipal de Hortolândia

ESTADO DE SÃO PAULO

A Sua Excelência
Pedro Weel
Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Rua Antônio Damásio Filipini, 188 – Sala 5
Centro
Holambra – SP

CEP: 13825-000



Recebemos

Holambra, 28 de janeiro de 15.

8'50

NOVO ENDEREÇO
Câmara Municipal de Hortolândia
Rua: Joseph Paul Julien Burlandy, 250
Parque Gabriel - Hortolândia - SP
Cep: 13 186-620

CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

OFÍCIO nº. 101/15 – SCM **Em 13 de janeiro de 2015.**

Excelentíssimo Senhor,

Comunicamos a nova composição da **Mesa Diretora** desta Casa Legislativa, eleita na 21ª Sessão Ordinária em 15 de dezembro de 2014 e empossada no dia **02 de janeiro de 2015**, a qual atuará no biênio **2015/2016**, conforme segue:-

Presidente:- José Luiz Serra - PSB
Vice-Presidente:- Cristiano Alex Elias - PROS
1º Secretário:- Luis Henrique Araujo - PR
2º Secretário:- Marcelo C. Dantas Celloto – PSC

Informamos ainda os nomes dos demais Vereadores que compõem este Legislativo:-

Alessandro Luís de Godoy – PSB
Antonio Ganzarolli Filho - PMDB
Dr. Jayro Gouveia Goulart Filho - PPS
José Luis Nieri - PPS
Manoel Sousa Oliveira - PT

Cumprimentamos Vossa Excelência pela posse na Presidência da Câmara Municipal, extensivo aos demais membros da Mesa Diretiva, desejando pleno sucesso em seu mandato.

Atenciosamente,

JOSÉ LUIZ SERRA
Presidente

R. Prof. João Alvarenga, 75, Centro, Pedreira – SP. – CEP 13920-000 – Fone (19) 3893 3172/3893-1754
homepage: www.camarapedreira.sp.gov.br

Câmara Municipal de Pedreira

Estado de São Paulo

PEDREIRA
LABOR ET PROGRESSUS
FLOR DA PORCELANA



Ao Senhor
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
Av. das Tulipas, 45 - Centro
Holambra-SP – 13825-000



Recebemos
Holambra, 28 de janeiro de 15
8:50

Rua Prof. João Alvarenga, 75 - Centro - CEP 13920-000 - PEDREIRA - SP - FONE (19) 3893-1754 - TEL./FAX (19) 3893-3172

Câmara Municipal de Cosmópolis

"Palácio 30 de Novembro"

Ofício nº 3/2015

Cosmópolis, 05 de janeiro de 2015.

Ilustríssimos(as) Senhores(as):

Com grande satisfação, sirvo-me do presente para comunicar a Vossas Senhorias a composição da nova Mesa Diretora da Câmara Municipal de Cosmópolis para o biênio 2015/2016:

Presidente:	**Aristides Lange Filho**	**PPS**
Vice-Presidente:	**João Batista Nunes Dourado**	**PT**
1º Secretário:	**João Rodrigues Pereira**	**PTB**
2º Secretário:	**João Batista Neres de Andrade**	**PSB**

Sem mais, renovo na oportunidade os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Aristides Lange Filho
Presidente

À
Câmara Municipal de Holambra
Av. Tulipas, 45 - Centro
CEP: 13825-000

Câmara Municipal de Cosmópolis

Rua Presidente Getúlio Vargas, 500 Centro
CEP 13.150-000 Cosmópolis - SP Caixa Postal nº 73
Fone/fax:(019) 3812-9800
www.camaracosmopolis.sp.gov.br E-mail: cmcosmo@uol.com.br



À
Câmara Municipal de Holambra
Avenida Tulipas, 45 - Centro
CEP 13825-000
Holambra - SP

AC - COSMOPOLIS
08 JAN 2015
COSMOPOLIS-DR/SPI

Recebemos
Holambra, 28 de janeiro de 15
8:50

Pedro Weel - Camara Municipal Holambra

De: Camara de Holambra [camaraholambra@camaraholambra.com.br]
Enviado em: sexta-feira, 16 de janeiro de 2015 10:41
Para: imprensa@camaraholambra.com.br; presidencia@camaraholambra.com.br; jacinta@camaraholambra.com.br; garbocz@yahoo.com.br; sebribeiro@hotmail.com; cidourso_holambrasp@hotmail.com; josezan10@hotmail.com; jesus.ap.desouza@gmail.com; serjaoholambra@gmail.com
Assunto: ENC: Regularizar para cuidar e produzir

De: Secretario Arnaldo Jardim [mailto:arnaldojardim@arnaldojardim.com.br]
Enviada em: sexta-feira, 16 de janeiro de 2015 08:23
Para: camaraholambra@camaraholambra.com.br
Assunto: PRA: Regularizar para cuidar e produzir

Não está conseguindo visualizar a mensagem? Abrir em seu navegador

PRA: Regularizar para cuidar e produzir

O Governo Geraldo Alckmin sancionou o Projeto de Lei nº 219/2014 – proposta que define as bases para a implementação do PRA (Programa de Regularização Ambiental) das propriedades e imóveis rurais com o propósito de adequar a legislação estadual ao novo Código Florestal promulgado em 2012 e que a Assembleia Legislativa de São Paulo havia aprovado.

O que se busca com o PRA é a adequação ambiental com menor impacto social e econômico dentro das regras previstas pelo Código Florestal. Assim o PL 219/2014, agora convertido na Lei nº 15.684, de 14 de janeiro de 2015, detalha os procedimentos de regularização. A nova legislação estadual dá capilaridade maior ao que já consta na lei federal com a definição de conceitos, garantia de compatibilidade dos cadastros estaduais e federais das propriedades rurais e segurança jurídica para regularização.

Os aspectos relevantes considerados no PRA são as boas práticas ambientais de forma a não permitir a supressão de vegetação nativa; a revitalização das matas ciliares como prioridade; o aumento da vegetação nativa – São Paulo possui hoje 17,70% de vegetação nativa e passará a ter 24,04% de cobertura do território do Estado – ; e ganho ambiental com respeito às cláusulas sociais.

Enquanto a média de recomposição da vegetação no entorno dos rios no País é estimada entre 3,5% e 4% do território, em São Paulo com a regulamentação do PRA será de 6,54% , o que representará 7,94% de toda a área efetivamente utilizada na agropecuária.

Com a nova lei estadual em consonância com todos os critérios do Código Florestal, é esperado que a

recuperação vegetal em nosso Estado possa atingir de 1,5 a 1,8 milhões de hectares, praticamente dobrando o que já existe de vegetação nativa nas propriedades paulistas.

O PRA determina a constituição das chamadas RLs (Reservas Legais), ou seja, a reserva de um percentual da propriedade para a execução do restauro e da recomposição florestal.

Cria em São Paulo um modelo inovador para facilitar a implantação e operacionalização dos métodos de compensação de reserva legal. Com isso, o governo estadual poderá colocar em prática instrumentos econômicos de mercado que poderão, inclusive, em alguns casos, serem negociado em bolsa de valores, trabalharemos isto na regulamentação que virá em breve.

A geração dos ativos ocorreria para financiar a restauração ecológica de áreas degradadas em diferentes situações (recuperação de mata ciliar, restauração de áreas para formação de corredores de biodiversidade, recuperação de Unidades de Conservação e plantio de florestas para produção sob manejo sustentável em áreas agrícolas).

A ideia é que o governo estadual e instituições credenciadas emitam títulos para financiar projetos de restauro ecológico elegíveis de acordo com critérios técnicos e de propriedade, como de áreas essenciais para a garantia da segurança hídrica do Estado.

Os compradores dos certificados seriam os detentores de obrigações de realizar plantios de vegetação, assim como os interessados em executar compensação de reserva legal ou mesmo os interessados em compensar, voluntariamente, emissões atmosféricas ou "pegadas hídricas".

Ao facilitar o encontro de obrigações de plantio, restauro ecológico, constituição de RLs com a necessidade de financiar projetos ecológicos de prioridade governamental, uma série de benefícios podem ser considerados, como o enquadramento do "devedor ambiental" às novas regras; o planejamento e execução de projetos mais robustos de restauro ecológico; e a solução para o financiamento de restauração ecológica, dentre outro já citados.

Ao fim processo legislativo da instituição do PRA com a sanção governamental, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento entra agora em campo para uma nova etapa, a regulamentação do programa que concilia produção e preservação para ampliar a cobertura vegetal no Estado de São Paulo. Aliás, esta é uma das prioridades definidas durante meu discurso de posse na Pasta, onde afirmei:

"São Paulo aceitou enfrentar a questão da preservação versus produção para transformá-la num paradigma de produção sustentável.
Hoje a secretaria apresenta seu balanço ambiental, toca o projeto de "microbacias" do programa de desenvolvimento rural sustentável.
São animadores os dados sobre a recomposição de mata nativa, ampliou-se o cuidado com as matas ciliares e são inúmeros os programas de preservação de fontes e nascentes, muitos deles com destacada participação dos municípios e eles terão sua prioridade acentuada em nossa gestão."

A partir de agora vamos trabalhar intensamente, conforme orientou o Governador Alckmin, para o cumprimento de todos os objetivos previstos na lei que instituiu o PRA e assim garantir tranquilidade ao homem do campo, capacidade para cuidar do meio ambiente e produzir para todos!

15/01/2015

Arnaldo Jardim deputado federal licenciado e atual Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

E-mail: arnaldojardim@arnaldojardim.com.br

Site oficial: www.arnaldojardim.com.br

Twitter: @ArnaldoJardim

Facebook: Deputado Arnaldo Jardim

Se você não deseja mais receber nossos e-mails, cancele a sua inscrição.

CONVITE

66ª Festa do Figo

21ª expogoiaba

VALINHOS • SP • 2015





O prefeito de Valinhos, Clayton Machado e o presidente da Comissão Organizadora da 66ª Festa do Figo e 21ª Expogoiaba, Ederson Marcelo Valêncio, têm a grata satisfação de convidar V.Sª. e família para a solenidade de abertura do maior evento turístico do município.

Dia 17 de janeiro de 2015

Horário: 16h00
Local: Parque Municipal de Feiras e Exposições
"Monsenhor Bruno Nardini"
Rua Dom João VI, nº 82 - Jardim Santo Antonio - Valinhos/SP

REALIZAÇÃO:
PREFEITURA DE VALINHOS
TRABALHO SÉRIO, RESULTADO CERTO!

APOIO:
Circuito das Frutas

Clayton Machado
Prefeito

Ederson Marcelo Valêncio
Presidente da Comissão Organizadora

Exmo. Sr Petrus Bartholomeu Weel
Presidente da Câmara de Holambra
Av. Tulipas, 45 – C entro
Holambra/SP - Cep: 13825-000

Carta
9912340805/2013 - DR/SPI
M. VALINHOS
CORREIOS

66ª festa do figo
21ª expogoiaba
VALINHOS • SP • 2015

DESPACHO
[redacted] interessado.

Câmara Municipal da Estância Turística de
Holambra, 14 de janeiro de 15

15:33

Prefeitura do Município de Valinhos
Rua Antonio Carlos, 301 – Centro
13270-005 Valinhos - SP

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA

Estância Hidromineral - Estado de São Paulo

Serra Negra, 05 de janeiro de 2015.

Ofício Circular nº 001/2015

Prezados (as) Senhores (as),

Tenho a honra de comunicar que no dia 1º de janeiro de 2015, foi empossada a nova Mesa Diretora da Câmara Municipal da Estância Hidromineral de Serra Negra/SP, que regerá os trabalhos durante o período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, cuja composição é a seguinte:

PRESIDENTE:	Danilo Francisco Andrade Guerreiro - DEM
1º VICE-PRESIDENTE:	Edson B. O. Marquezini - PTB
2º VICE-PRESIDENTE:	Paulo Sérgio Osti – PT
1º SECRETÁRIO:	André Luiz Marchi Padula - PR
2º SECRETÁRIO:	Nestor de Toledo Marchi – PV

Na oportunidade, informo que os demais Vereadores que fazem parte desta Edilidade são os seguintes:

Deoclécio Anghinoni - DEM
Eduardo Aparecido Barbosa - PSC
Maria Rita Menegatti Pinton Tomaleri - DEM
Ricardo Favero Fioravanti – PDT
Roberto Sebastião de Almeida – PTB
Wagner da Silva Del Buono - PRTB

Prevaleço-me da oportunidade para apresentar os meus protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-nos sempre ao inteiro dispor.

Vereador DANILO FRANCISCO ANDRADE GUERREIRO
Presidente da Câmara Municipal de Serra Negra/SP

Rua Nossa Sra. do Rosário, s/nº - Centro de Convenções - Circuito das Águas Paulista
Mezanino - Salas 06 e 07 - Caixa Postal 161 - CEP 13.930-000 - Serra Negra - SP
Fone/Fax: (19) 3892.2024 - 0800.770.5488 - www.cmserranegra.sp.gov.br - e-mail: secretaria@cmserranegra.sp.gov.br

Câmara Municipal da Estância
Hidromineral de Serra Negra
Estado de São Paulo

Para:
Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra
Av. Tulipas, 45 – Centro
Holambra - SP
13825-000

Recebemos
em 14 de janeiro de 15
15:33



Caixa Postal 161 - CEP 13.930-000 - Fone/Fax: (19) 3892-2024

Recebi em 22 de 12 de 2014

PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

Correios

Brasília, dezembro de 2014

Prezado (a) Cliente,

Como ocorre todos os anos, milhões de brasileiros e brasileiras estarão recebendo neste Natal algum presente ou carta das "mãos" dos Correios. Acredito que todos nós já tivemos esse momento de surpresa e satisfação. Mas, gratificante mesmo é saber que cenas como essa só se repetem porque temos você, como parceiro e cliente. Preparamo-nos todos os dias sempre com o propósito de atendê-lo da melhor forma possível, com produtos inovadores e serviços de qualidade, esta é a nossa grande meta. Somos uma instituição gigante porque o que *fazemos pens*amos em você, que acredita e confia no nosso trabalho.

O ano que termina foi muito especial e de muitas conquistas para os Correios: construímos novas estruturas, ampliamos a nossa atuação no mercado, implantamos politicas arrojadas de atendimento, adotamos uma nova marca, tudo para reforçar ainda mais o relacionamento com os nossos clientes e a sociedade.

Queremos muito mais em 2015, pois encaramos o futuro com otimismo e na busca de melhorias contínuas, criando e entregando aos nossos parceiros comerciais as soluções que precisam.

Somos privilegiados por esta oportunidade, de sonhar os seus sonhos e comemorar as suas vitórias. Espero que essa relação cresça a cada dia para que a sua empresa e os Correios continuem compartilhando momentos tão especiais na vida de cada cidadão.

Q[illegible]os desafios do próximo ano se transformem em oportunidades de novos negócios e realizações para todos nós.

A você e a seus familiares desejo um Natal brilhante e um Ano Novo repleto de alegria e sucesso.

Glória Guimarães
Vice-Presidente de Clientes e Operações

RI113436199BR

RI113436199BR

2ª DOBRA

CORREIOS

PRÉ-SELADO

CARTA via Internet

BRASIL

Recebemos
Holambra, 22 de dezembro de 14
13:33

17/12/2014

DH

RI113436199BR

CAMARA MUN EST TUR HOLAMBRA
AVENIDA DAS TULIPAS 45, . - CENTRO
13825-000 HOLAMBRA-SP

255/750 (cviSimples.20141218060656-SC1)

1ª DOBRA

REMETENTE

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Praça Dom Pedro II, 4-55 1º Andar - Centro
17015-905 Bauru-SP

11131067

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

- Ausente
- Endereço insuficiente
- Falecido
- Não existe o número indicado
- Recusado
- Desconhecido
- Mudou-se
- Outros (Especificar) .....

DATA ___/___/___

RUBRICA DO RESPONSÁVEL

VISTO

CONSAB
SANEAMENTO AMBIENTAL
Consórcio Intermunicipal

Artur Nogueira - Conchal - Cordeirópolis - Cosmópolis
Engenheiro Coelho - Holambra - Jaguariúna

Praça Dr. Paulo de Almeida Nogueira, 56
Centro - Cosmópolis/SP - 13.150/000
Tel: (19) 3812.6389
www.consabambiental.com.br

Recebi em 22 de 12 de 2014

PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

Cosmópolis, 22 de Dezembro de 2014

Oficio nº 210 /2014

À

CAMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA SP

Ilmo. Sr. Vereador e Presidente

Petrus Bartholomeus Weel.

Ref.: Plano de Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Urbanos (PRGIRU) do Consórcio Intermunicipal na Área de Saneamento Ambiental (CONSAB)

Prezado Vereador,

Em atenção à correspondência, encaminhada por V. Sa. em 18.12.14, relacionada ao Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Urbanos (PRGIRU) do Consórcio Intermunicipal na Área de Saneamento Ambiental (CONSAB), gostaríamos primeiramente de agradecer os apontamentos e sugestões apresentadas, e informar que as mesmas são pertinentes e oportunas.

Informamos que o Plano encontra-se em fase de aprovação nas Câmaras Municipais, não podendo ser alterado no momento. As alterações e contribuições sugeridas por V. Sa. serão avaliadas visando sua *incorporação* na primeira revisão, que acontecerá no ano de 2015, esclarecemos que haverá também a inclusão dos municípios de Cordeirópolis e Jaguariúna cidades que fizeram adesão ao Consórcio Consab, após a elaboração do Plano, uma vez que a periodicidade de revisão proposta para o presente Plano é de 2 (dois) anos.

Câmara Municipal de Holambra

Numero de Protocolo 00705/2014

Data: 22/12/2014 Hora: 10:22:00

Procedência CONSAB

Assunto ENC. AO PRESIDENTE OFICO REF. PLANO REGIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESIDUOS URBANOS

CONSAB
SANEAMENTO AMBIENTAL
Consórcio Intermunicipal

Artur Nogueira - Conchal - Cordeirópolis - Cosmópolis
Engenheiro Coelho - Holambra - Jaguariúna

Praça Dr. Paulo de Almeida Nogueira, 56
Centro - Cosmópolis/SP - 13.150/000
Tel: (19) 3812.6389
www.consabambiental.com.br

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos préstimos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Dimas Antonio Starnini

Coordenador Geral

Consórcio Consab

CONSAB
SANEAMENTO AMBIENTAL
Consórcio Intermunicipal

Artur Nogueira - Conchal - Cordeirópolis - Cosmópolis
Engenheiro Coelho - Holambra - Jaguariúna

Praça Dr. Paulo de Almeida Nogueira, 56
Centro - Cosmópolis/SP - 13.150/000
Tel: (19) 3812.6389
www.consabambiental.com.br

Recebi em 22 de 12 de 2014

PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

Cosmópolis, 22 de Dezembro de 2014

Oficio nº 211/2014

À

CAMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA SP

Ilmo. Sr. Vereador e Presidente

Petrus Bartholomeus Weel.

Ref. Plano de Regional de Gestão Integrada de Resíduos Urbanos (PRGIRU) do Consórcio Intermunicipal na Área de Saneamento Ambiental (CONSAB).

Prezado Vereador,

Em atenção à correspondência, através do Ofício nº 160/2014 Gabinete da Presidência encaminhada por V. Sa. em 17.12.14, relacionada ao Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Urbanos (PRGIRU) do Consórcio Intermunicipal na Área de Saneamento Ambiental (CONSAB), gostaríamos primeiramente de agradecer os apontamentos.

1- Já encaminhamos para o Executivo o Anexo I e II devidamente com os termos de aberturas e Encerramento pelo Engenheiro Responsável Sr. Fábio Ferreira de Mello CREA SP 0601371656 Responsável técnico, com a respectiva ART de obra de Serviço.
2- Com relação as Planilhas, pertinentes a cidade de Holambra SP, encontra-se no quadro 6.3.4-3 Previsão de Despesa Total de cada Município para o Cenário III, página 271, e Cenário adotado 6.3.5 pagina 272 e 273.

Câmara Municipal de Holambra
Numero de Protocolo 00704/2014
Data 22/12/2014 Hora 10:20:00
Procedência CONSAB
Assunto ENC. RESPOSTA AO PRESIDENTE REF. OFICIO Nº160/2014

CONSAB
SANEAMENTO AMBIENTAL
Consórcio Intermunicipal

Artur Nogueira - Conchal - Cordeirópolis - Cosmópolis
Engenheiro Coelho - Holambra - Jaguariúna

Praça Dr. Paulo de Almeida Nogueira, 56
Centro - Cosmópolis/SP - 13.150/000
Tel: (19) 3812.6389
www.consabambiental.com.br

3- Com relação as tabelas de cobrança dos valores aos diversos programas que Holambra vai aderir, esclarecemos que trata-se de **Plano de Regional de Gestão Integrada de Resíduos Urbanos (PRGIRU) do Consórcio Intermunicipal na Área de Saneamento Ambiental (CONSAB), estão no Quadro 6.3.5-1 Principais Ações do Cenário Selecionado, páginas, 274 a 305.**

4- Com relação a sugestão do Plano quando sofrer alguma mudança deverá ser novamente submetido às Câmara Municipais, esclarecemos, que o Projeto de Lei encaminhado pelo executivo a está casa de Leis, em seu Artigo 1º Deixa claro que existe o Anexo I fazendo parte da referida Legislação, consequentemente todas as alterações efetuadas após aprovação da Lei, será encaminhada novamente para as Câmara Municipais para as devidas aprovações.

5- Informamos que o Plano encontra-se em fase de aprovação nas Câmaras Municipais, não podendo ser alterado no momento. Todas as sugestões e contribuições sugeridas por V. Sa. serão avaliadas visando sua incorporação na primeira revisão, que acontecerá no ano de 2015, esclarecemos que haverá também a inclusão dos municípios de Cordeirópolis e Jaguariúna cidades que fizeram adesão ao Consórcio Consab, após a elaboração do Plano, uma vez que a periodicidade de revisão proposta para o presente Plano é de 2 (dois) anos.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos préstimos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Dimas Antonio Starnini

Coordenador Geral

Consórcio Consab